



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

VALÉRIA MARQUES TAVARES DE MENEZES ETTINGER

**TECENDO A REDE DE MULHERES DE COMUNIDADES
EXTRATIVISTAS E PESQUEIRAS DO SUL DA BAHIA:
reconhecendo e afirmando “ser” mulher.**

Salvador

2013

VALÉRIA MARQUES TAVARES DE MENEZES ETTINGER

**TECENDO A REDE DE MULHERES DE COMUNIDADES
EXTRATIVISTAS E PESQUEIRAS DO SUL DA BAHIA:
reconhecendo e afirmando “ser” mulher.**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Dantas dos Reis

Salvador

2013

Escola de Administração - UFBA

E83 Ettinger, Valéria.

Tecendo a rede de mulheres de comunidades extrativistas e pesqueiras do sul da Bahia: reconhecendo e afirmando “ser” mulher / Valéria Ettinger. – 2013.
137 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Dantas dos Reis.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2013.

1. Identidade do gênero. 2. Mulheres – Condições econômicas – Canavieiras (BA). 3. Mulheres – Condições sociais – Canavieiras (BA). 4. Pescadoras - Mudança social – Canavieiras (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 305.40981

VALÉRIA MARQUES TAVARES DE MENEZES ETTINGER

**TECENDO A REDE DE MULHERES DE COMUNIDADES
EXTRATIVISTAS E PESQUEIRAS DO SUL DA BAHIA: reconhecendo e
afirmando “ser” mulher.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 18 de dezembro de 2013.

Prof. Dr. José Marcelo Dantas dos Reis
Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris VII – Universidade Denis Diderot
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dra. Claudiani Waiandt
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Federal da Universidade da Bahia

Prof. Dr. Luiz Henrique dos Santos Blume
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Estadual de Santa Cruz

Vera Lúcia Barbosa
Secretária de Políticas para Mulheres da Bahia

Dedico esse trabalho a meu filho João Vitor, minha luz, meu amor por ter suportado tantas ausências e tensões e, a todas mulheres mães, esposas, trabalhadoras, feministas, dos movimentos, das ruas, da vida, principalmente, a minha mãe pelo exemplo e pelos ensinamentos.

AGRADECIMENTO

Agradeço as energias do universo pela proteção diária e condução.

Agradeço ao meu saudoso pai que enviou, do outro lado da vida, centelhas de amor para que eu não desistisse nas horas das dificuldades e sentisse a sua presença ao meu lado.

Reverencio a mulher mais importante da minha vida, minha mãe, por ter se dedicado nessa existência a me proporcionar o melhor.

Agradeço ao meu irmão pelo apoio financeiro e fraternal.

Grata a Zizanete Soares uma mãe escolhida pela vida.

Lidiane minha fiel escudeira.

Agradeço a ele a pessoa que veio ao mundo para me fazer uma mulher melhor, uma mulher maternal, para me ensinar que a rigidez não é o único caminho para ser feliz, mas que o estar junto é o mais importante. Te amo meu filho.

Não posso deixar de agradecer:

A minha mãe preta Raildes Pereira Santos pela confiança, amizade, afeto e por ter sido tão importante na descoberta de minhas habilidades.

Ao meu amigo, meu irmão de alma, meu incentivador, meu companheiro de pesquisa, Guilhardes de Jesus Junior sou muito grata a DEUS por ter uma pessoa tão especial como você em minha vida.

Ao professor Elias Lins pelo carinho, incentivo e disponibilidade.

A professora Dinalva Melo pelas orientações metodológicas.

A minha Amiga Luana Farias por ter me apresentado o caminho que tanto desejei o mestrado em gestão social.

A professora Aline Craide e ao professor Marcelo Dantas pelas orientações.

Ao professor Miguel Accioly pela indicação para a realização da Residência Social

Aos professores do CIAGS pelos ensinamentos e por terem ratificado que o melhor da vida é ser diverso e multidisciplinar.

Ao professor Ruy Póvoas e toda a comunidade do terreiro Ilê Axê Ijexá orixá Olofum. Aos meus colegas do mestrado, em especial a Emanuelle Daltro, Say Andika e Eduardo Couto pelo carinho e afeto, pelas risadas, pelas discussões, pelos encontros mensais nos quais alimentava meu cérebro de conhecimento, diversidade

e muita alegria.

A Emanuelle Spinola, minha companheira de estudo, de viagem, de confidências, sou muito grata pelo seu legado em minha vida.

A Aline Maron Setenta pelos conselhos e compartilhamentos em prol da realização desse mestrado.

A Aniram Lins por oportunizar acesso à Rede de Mulheres.

Aos monitores do Centro de Referência a Mulher “Ser Mulher” pelo suporte na análise dos dados empíricos.

A todos os meus amigos que de alguma forma contribuíram para essa dissertação. A SPM/BA por estarem sempre disponíveis.

Aos membros da fundação ACUA-CO pelo apoio na residência social.

As mulheres e comunidades de Guapi-CO pela receptividade e experiências compartilhadas.

Aos integrantes da Associação Mãe da Resex de Canavieiras.

Por fim, as maravilhosas mulheres da Rede de Mulheres de comunidades Pesqueiras e Extrativistas do Sul da Bahia pelo que são e por tudo que representaram para mim nesses dois anos.

GENTE

Como gosto de gente.
De estar com gente
De saber as histórias dessas gentes.
De poder extrair um sorriso, um beijo e um abraço dessas
gentes.
De ouvir a felicidade e a simplicidade dessas gentes.
De poder ajudar essas gentes.
De estar feliz junto dessas gentes.
De vê que o mundo precisa enxergar essas gentes.
De saber o quanto essas gentes têm me ensinado e têm me
feito mais gente.
Feliz muito feliz por entender que essas gentes é gente.

Valéria Ettinger
Guapi – Maio de 2013

ETTINGER, Valéria. **Tecendo a rede de mulheres de comunidades pesqueiras e extrativistas do Sul da Bahia**: reconhecendo e afirmando “ser” mulher. 137f. il. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Desenvolvimento) - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2013.

RESUMO

O presente trabalho pauta sua investigação na identidade feminina das mulheres marisqueiras e pescadoras, possivelmente, transformada em virtude da formação e atuação da rede de mulheres de comunidades pesqueiras e extrativistas do sul da Bahia, tendo como objetivo Identificar e analisar o papel da rede na ressignificação social das marisqueiras e pescadoras que vivem na RESEX de Canavieiras-BA e, até que ponto, isso tem provocado mudanças nas relações econômicas e de poder, a partir dos seus componentes culturais, sejam eles reais ou simbólicos, representativos da realidade social a que pertencem. É o estudo do “reconhecer-se mulher” pertencente a uma coletividade de mulheres trabalhadoras. Tal discussão se torna relevante na medida em que essa experiência possa servir de modelo para outras realidades semelhantes, tornando-se ponto de partida para novas vivências e implementação de políticas públicas voltadas para a consolidação dos direitos da mulher, portanto, indicadoras de equidade de gênero. Buscou-se, como caminho de construção, a revisão da literatura existente, para contribuir com o embasamento teórico a respeito dos temas cultura, identidade de gênero e movimentos de mulheres e para o conhecimento empírico utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, construída, por meio de uma observação participante, através de entrevistas semi-estruturadas e história de vida, bem como por meio da análise dos relatórios da rede. Além do objetivo apresentado a pesquisa traz um comparativo entre a realidade de mulheres de uma comunidade negra colombiana que também atuam em um contexto coletivo semelhante ao das brasileiras investigadas, enriquecendo o trabalho sobre as diversas relações de gênero. E, por fim, o trabalho apresenta um direcionamento futuro para a rede e suas componentes o qual foi obtido por meio de grupo focal com suas lideranças, as quais construíram, com a pesquisadora, metas e objetivos para a manutenção da rede.

Palavras-chave: cultura, identidade, gênero, movimento de mulheres, rede, marisqueiras e pescadoras.

ETTINGER. Valéria. Weaving a network of women from fishing and extractive communities in Southern Bahia: recognizing and affirming "be" woman. 137 pp. il. 2013. (Dissertation) Master in Social Management and Development in Interdisciplinary Centre Development and Social Management, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2013.

ABSTRACT

This paper bases its research on female identity of seafood fisherwomen, possibly transformed due to the formation and performance of women in fishing and extractive communities' network in southern Bahia, aiming to identify and analyze the network's role in social reframing and seafood fishers living in RESEX Canavieiras - BA, and to what extent it has caused changes in economic relation, from its cultural components, whether it is real or symbolic, representative of the social reality to which they belong. It is the study of " recognizing themselves as woman " belonging to a collectivity of women workers. This discussion is relevant to the extent that this experience can serve as a model for other similar situations, becoming a starting point for new experiences and implementation of public policies for the consolidation of women's rights, and indicators of gender equity. We sought as a way of construction, there view of this existing literature, to contribute to the theoretical foundation of the cultural themes, gender's identity and women's movements to the empirical knowledge used as a qualitative research, built through a participant observation, over semi- structured interviews and the life of history as well as by analyzing the network's reports. Besides the goal behind the presented research a comparison between the reality of women from a Colombian black community that also act in a similar manner to the Brazilian investigated , enriching the work on the different gender relations. Finally the paper presents a future target for the network and its components, which was obtained through focus group with their leader, that built with the researcher goals and objectives for the network maintenance.

Keywords: culture, identity, gender, women's movement, network, and seafood fishing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Primeira visita a Resex de Canavieiras – Comunidade de Campinho	73
Figuras 2	Visita ao Mangue de Barra Velha e Evento da Rede de Mulheres	74
Figuras 3	Entrevista com Marisqueiras	75
Figura 4	Oficina “Pensando Indústrias Criativas” na sede da Amex	75
Figura 5	Resex de Canavieiras – Comunidade de Campinho	77
Figura 6	Ginástica Laboral com Fisioterapeuta	81
Figura 7	Entrega de Kits de Pesca e Mariscagem	86
Figura 8	Finalização da Oficina na comunidade de Chanzara	99
Figura 9	Plantadora de Coco da associação “Flor del Coco”	101
Figuras 10	Cooperativa de Mulheres Artesãs de Guapi – Coopmulheres Oficina com Mulheres Marisqueiras da Comunidade de Quiroga	102
Figura 11	Mulheres lavando utensílios de Padaria	104
Figura 12	Moradias de ribeirinhos de Guapi	105
Figura 13	Atividades produtivas e culturais das comunidades de Guapi	106
Figura 14	Cultivo de plantas em sistema de Azoteia	109
Figura 15	Teofila Bittencourt liderança de Guapi	111
Figura 16	Esperanza Cuervo Mulher empreendedora de Guapi	116
Figura 17	Vivência de Integração na oficina “Pensando Indústrias Criativas”	117
Quadro 1 -	SOWT Rede de Mulheres	119
Quadro 2 -	Plano de Ação Stand Itinerante Rede de Mulheres	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACUA	Activos Culturales Africanos
AMEX	Associação Mãe da Reserva de Canavieiras
CEDAW	Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
COOPMULHERES	Cooperativa de Mulheres Artesãs de Guapi
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da America
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
RESEX	Reserva Extrativista
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
SUS	Serviço Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CULTURA E IDENTIDADE: VETORES HUMANOS	24
2.1	IDENTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HUMANA E SOCIAL	25
3	A MULHER NO CURSO DA HISTÓRIA	31
3.1	O APOGEU FEMININO NA PRÉ-HISTÓRIA	32
3.2	A ERA DO OBSCURANTISMO FEMININO E O INÍCIO DO PATRIARCADO	33
3.3	A RESISTÊNCIA: O INÍCIO DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO	36
3.4	A MULHER BRASILEIRA E SUA IDENTIDADE DE FORMAÇÃO	40
3.4.1	Brasileiras Resistindo às Masculinidades	44
3.5	MULHERES RECONHECIDAS, PROMOVIDAS E PROTEGIDAS INTERNACIONALMENTE	48
3.5.1	Mulheres Brasileiras: Submetidas e Protegidas pelo Direito Brasileiro	51
3.6	MULHERES: DONAS DE SUA PRÓPRIA VIDA	55
3.6.1	As Mulheres Brasileiras Conquistando Espaços e Caminhando para a Autonomia	61
3.7	MULHERES MARISQUEIRAS E PESCADORAS: DA INVISIBILIDADE AO DESPERTAR	65
3.7.1	Mobilização de Mulheres Marisqueiras e Pescadoras no Brasil: o Caminho para Visibilidade e Reconhecimento	69
4	MÉTODO E TRABALHO DE CAMPO	72
4.1	A DESCOBERTA DAS MULHERES DO MANGUE	72
4.2	A REDE DE MULHERES MARISQUEIRAS E PESCADORAS DE COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO SUL DA BAHIA	76
4.2.1	Dificuldades na Implantação da Rede e Desafios Futuros	88
4.2.2	As Mudanças nas Relações Familiares, Econômicas e de poder depois da Rede	93
4.2.3	Um novo olhar, uma nova condição de “ser mulher” marisqueira e pescadora depois da rede	95
5	RESIDÊNCIA SOCIAL®: EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM COMUNIDADES DO PACÍFICO COLOMBIANO	98
5.1	RESISTÊNCIA E <i>LOCUS</i> DE FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS COMUNIDADES DO PACÍFICO COLOMBIANO	103
5.2	MULHERES DO PACÍFICO COLOMBIANO E O RESGATE DAS TRADIÇÕES ANCESTRAIS	107
5.3	MULHERES COLOMBIANAS E SUAS HISTÓRIAS DE SUBMISSÃO, RESISTÊNCIA E VISIBILIDADE: ANÁLISE COMPARATIVA COM A VIDA DAS MULHERES DA RESEX DE CANAVIEIRAS	110

6	PLANO DE INTERVENÇÃO	117
6.1	RESULTADOS	120
6.1.1.	Institucionalização da Rede e seus Desdobramentos	121
6.1.2	<i>Stand Itinerante</i>	124
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICE	136

1 INTRODUÇÃO

A Complexidade é um princípio difundido desde a criação do mundo. Em todas as suas formas, a natureza é composta de energias opostas que se atraem e promovem o equilíbrio da vida e da natureza. Nesse processo, o homem se enquadra por meio de vários saberes, bem como de duas frequências essenciais e vitais: a feminina e a masculina.

Essa construção da gênese traz a ideia de que nenhum ser e nenhum fenômeno natural nascerão e se desenvolverão de forma isolada. Para tanto, é necessário uma confluência de forças e de energias que, unidas e compostas, promovam o equilíbrio do planeta e dos seres vivos. Esse processo explica a integralidade da vida que não deve ser caracterizada, direcionada e explicada de forma fragmentada e isolada como se houvesse uma independência entre as manifestações, comportamentos e modos de viver. O homem, como parte integrante desse todo, compõe a unidade cósmica e, portanto, carrega para sua existência a pluralidade e a complexidade da vida, que é composta de características semelhantes e antagônicas, as quais se completam.

É assim que se constrói a figura humana, um ser integral que se forma por inúmeras necessidades, algumas ditas universais, mas mesmo que o seja, podem se manifestar ou se caracterizar de forma variada. É o que Morin (2011, p. 26) chamou de “*imprinting cultural*”, são os mapas cognitivos que vão se formando nos seres humanos desde o nascimento, sob a influência dos valores genéticos, familiares e de todos os grupos sociais que o homem vier a se inserir.

Não obstante, com o reconhecimento dessa integralidade humana, historicamente os grupos sociais foram se formando, construindo seus estigmas, seus dogmas, seus modelos comportamentais, suas identidades, desenvolvendo sua cultura e o modo de se entender e de se manter no mundo, por meio de um processo dinâmico e reconstrutor. Esse processo não é, exclusivamente, fruto da sua mecânica evolutiva ou das influências hereditárias, ela se constrói a partir de um interminável processo de acumulação por meio do contato e das trocas com culturas diversas, por isso que todos os sistemas culturais estão em contínuo processo de modificação.

Com esse conteúdo acumulado, o homem vai tecendo os significados do processo de apreensão, transformando-os em valores e ideias, que podem se tornar verdades, podem fluir por vários entendimentos e podem ser alvo das resistências, as quais são responsáveis pela dinâmica dos traços e traçados culturais. A cultura é o resultado de interpretações que o homem faz ao longo de sua vida, pelo que lhe foi dito, pelo que é observado e pelo que é sentido, daí a inexistência de uma pureza cultural ou de culturas lineares (GEERTZ, 1989, p. 15).

Se a constituição da identidade sofre influência de diversos fatores, dentre eles os históricos, então, à medida que eles vão variando, o sujeito poderá assumir identidades diferentes, em diferentes momentos, principalmente, quando o seu contexto, for influenciado pela conexão de culturas diversas. Na pós-modernidade essa dança cultural tem sido intensificada em virtude da globalização a qual tem proporcionado uma mistura, contínua, de diversas culturas, que influenciam diretamente na constituição das identidades do homem social (HALL, 2011, p.13).

Seguindo esta ideia, algumas sociedades foram estabelecendo papéis e funções diferenciadas para o homem e para a mulher, dando maior valor às funções ditas masculinas. Esse processo segregativo e estigmatizado formou uma cultura de invisibilidade das mulheres, levando a maioria delas a aceitar que não tinham importância no processo de construção e de desenvolvimento do seu grupo social. Segundo Luiz Alex Silva Saraiva (2012, p. 150-151), o ser estigmatizado é:

[...] alguém basicamente desacreditado em função de alguma característica que o torna diferente daqueles considerados “normais”. Esses passam a estigmatizar o portador do atributo que os diferencia como meio de, simultaneamente, ressaltar a normalidade ao destacar as diferenças. [...] o estigmatizador se vale de uma noção, muitas vezes, implícita de normalidade para infligir ao não normal níveis diversos de depreciação, de maneira a não apenas enfatizar a diferença, como também para regular os outros “normais”, mostrando-lhes o que eventualmente pode acontecer aos que não se ajustarem ao esperado (SARAIVA, 2012. p. 150-151).

Por meio dessa crença, as mulheres condicionaram a sua vida a partir da características de um gênero em detrimento do outro, estabelecendo uma relação de submissão e sujeição ao que estava imposto e o que lhes era obrigado. Desta maneira, a mulher se compreendeu a partir do viés do dominador, por um processo de incorporação de sua verdade, a qual irá compor e conduzir todas as representações sociais, levando a mulher a ser dependente da vontade dos seus donos constituídos nas figuras do pai, irmão, marido ou filho mais velho, valores que

foram transmitidos por gerações, tornando-se um padrão a ser repetido. Como conduz o raciocínio de Bourdieu:

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do *preconceito desfavorável* contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito. Essa lógica *self-fulfilling prophecy* pessimista, que provoca sua própria verificação e faz acontecer o que ela prognostica (BOURDIEU, 2012, p.44)

No entanto, todo esse fenômeno de dominação, pelo qual vêm padecendo as mulheres na história está se desintegrando por meio das lutas por direitos, a partir de um forte componente que é a união e o fortalecimento das mulheres nos seus agrupamentos sociais. Ao se unirem, as mulheres formam interconexões de interesses, tornam-se defensoras umas das outras e com isso vão resgatando a energia feminina que estava adormecida e vedada pelo véu da cultura predominante. E assim, as mulheres promovem significativas mudanças dos modelos culturais, redefinindo uma nova identidade do ser mulher e reconstruindo as suas relações consigo e com o mundo.

No entanto, não há que se pensar em uma estabilidade e tranquilidade no quesito – direitos das mulheres –, pois esses direitos continuam a ser ameaçados “como se, do fundo dos tempos históricos, mitos e estereótipos antigos teimassem em retornar, renovados a cada momento, vestidos com novas roupagens, visando assombrar as mínimas conquistas” (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 294).

Como exemplo, temos o Brasil, país de colonização predominantemente europeia, fortemente influenciada pelos valores greco-romanos, sustentados pelos princípios eclesiásticos, no qual a submissão da mulher se configurou como traço cultural marcante, inclusive, chancelada pela Legislação que, dentre outras coisas, instituiu o pátrio poder familiar, a exclusividade do voto para o sexo masculino, o crime de sedução de “mulher honesta”, o reconhecimento da legítima defesa da honra em caso de adultério feminino. Nesse contexto, as mulheres no Brasil, convivem até os dias de hoje com toda espécie de violação de direitos, notadamente a violência doméstica que é um desafio da sociedade brasileira, objeto de legislação específica, a Lei Maria da Penha, que conceitua os casos de violência doméstica e designa as medidas protetivas para a ofendida.

O Estado da Bahia não foge a essa regra, principalmente, em função dos

traços culturais de dominação masculina serem mais fortes na região Nordeste do Brasil, na qual o Estado está inserido. Distingue-se de forma especial a região sul da Bahia, que tem sido marcada pelo histórico patrimonialista e patriarcal de tradição conservadora. A partir da década de 80 (século XX), essa região foi tomada por bolsões de miséria e seus municípios assistiram à degradação da malha social em suas zonas urbana e rural. Com isso, ocorreu um considerável aumento do desemprego, do consumo de álcool e de entorpecentes, estimulando práticas atentatórias à dignidade da mulher, a exemplo da prostituição infantil e do turismo sexual.

Muitos desses municípios tinham como fonte econômica a “monocultura do cacau” que perdeu sua força com a praga da “Vassoura de Bruxa”, resultando na emergência de novas atividades produtivas, tais como a extração de mariscos e a pesca artesanal. Pode-se citar a cidade de Canavieiras que foi influenciada por essa nova perspectiva econômica, principalmente, por estar inserida em uma grande área marítima e de manguezal, que compreende um espaço laborativo, de sobrevivência e identitário para sua comunidade, evidenciando, aqueles que estão diretamente ligados as atividades pesqueira e extrativista.

Como esse *locus* constitui-se em um espaço de importância histórica, cultural e econômica para população de pescadores e extrativistas, eles perceberam a necessidade de preservar o ecossistema local da pesca e extração predatória, bem como da especulação imobiliária, versada no turismo, que despontava na região. Após muitas reivindicações, no ano de 2006, por meio de um decreto presidencial é implantada a Reserva Extrativista de Canavieiras – RESEX que compreende, conforme definição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA:

Uma Unidade de Conservação destinada à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações nativas e extrativistas. Tem como propósito garantir a terra às famílias nativas e extrativistas, conservar os recursos naturais por meio de sua exploração sustentável, organizar, capacitar ou fortalecer o processo de organização dos moradores para a co-gestão com o IBAMA dos espaços e recursos naturais, e implementar alternativas de renda que propiciem a melhoria da qualidade de vida das famílias que habitam na área (ROSÁRIO,2010, p.01).

A Reserva Extrativista de Canavieiras (RESEX) está situada no território do litoral Sul da Bahia, denominado Costa do Cacau. Sua extensão é de 100.645,85 ha,

sendo constituída 85% mar e 12% por manguezais e rios e 3% por pequenas ilhas costeiras nas quais residem os pescadores e são localizados os pontos de apoio de pesca. A RESEX é composta por 2.600 famílias distribuídas em sete comunidades: a Sede Municipal cidade de Canavieiras, as comunidades de Atalaia, Campinhos, Puxim do Sul, Puxim da Praia, Barra Velha e Oiticica, que representam um terço da população do município, bem como a comunidade de Pedra de Una e a cidade de Belmonte.

A RESEX além de proteger o ecossistema local tem dado uma melhor condição de trabalho a comunidade pesqueira e extrativista, refletindo, positivamente, na vida das famílias assistidas. Todavia, percebe-se que no contexto das relações de gênero, ainda há um forte apelo à figura masculina, como autor principal das atividades produtivas, ficando a mulher em situação secundária e, muitas vezes, sem as proteções legais decorrentes das atividades, mesmo estando muitas dessas mulheres, no exercício da pesca e da extração dos mariscos, bem como na chefia de suas famílias. Essa situação reforça a existência histórica das diferenças entre os homens e as mulheres, colocando essas em uma condição de inferioridade.

Como reação a essa realidade, tem-se verificado movimentos de mobilização de mulheres em torno de objetivos comuns, notadamente vinculados a cadeias produtivas (extrativistas, artesãs, pescadoras, etc) ou por motivação identitária (mulheres rurais, da floresta, das águas, etc.), unindo-se numa teia complexa de relações entre elas e entre seus parceiros domésticos (maridos e companheiros) e institucionais (associações, governos, redes). Um exemplo desta nova configuração é a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia.

A Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia surgiu em 2009 com a união das pescadoras e marisqueiras da região Sul da Bahia com o intuito de dar visibilidade às demandas e às necessidades do grupo, bem como valorizar a atividade extrativista e pesqueira desempenhada por mulheres residentes nas comunidades da Reserva Extrativista de Canavieiras e seu entorno. Em verdade, sua gênese se confunde com as lutas para implantação e consolidação da Unidade de Conservação.

Entendeu-se que, com a instituição da rede, as pescadoras e marisqueiras

estariam mais articuladas e mobilizadas para terem acesso às políticas públicas voltadas para as questões de gênero e poderiam adquirir maior participação nos fóruns de discussões de políticas públicas e de políticas setoriais.

A Rede conta com a participação das pescadoras e marisqueiras de seis municípios: Santa Cruz de Cabrália, Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Una e Canavieiras, todos situados na região sul da Bahia, e desde sua formação tem o apoio da ONU Mulheres (UNIFEM), além de outros parceiros locais.

A Rede iniciou formalmente suas atividades com a aprovação do seu primeiro projeto, financiado pela ONU Mulheres, que tinha como premissa a identificação das lideranças de cada comunidade e a capacitação delas para o desempenho de suas funções com base nos objetivos desejados. Nesse primeiro olhar, percebeu-se claramente a capacidade de articulação das lideranças locais, formadas por jovens ou experientes mulheres, algumas até sem escolaridade, mas com uma inserção social significativa.

O processo de reconhecimento e mobilização foi realizado com visitas a todas as comunidades que pertenciam à Reserva Extrativista e seu entorno, com o fim de apresentar o projeto, conhecer as lideranças e obter a aprovação da rede e dos seus objetivos. Mesmo com todas as dificuldades de deslocamento, devido ao grau de inacessibilidade de algumas comunidades, todas foram visitadas pelas lideranças da, então, Rede em formação. Após essa ação foi realizado no mês junho de 2010 o encontro Regional de pescadoras e marisqueiras do Sul da Bahia com a participação de representantes do governo e de outras instituições.

Nesse evento, as marisqueiras e pescadoras expuseram a necessidade de valorização do trabalho extrativista e de pesca, desempenhado por mulheres, para que elas pudessem ter acesso a todos os direitos e benefícios, decorrentes dessa atividade produtiva. Para tanto, definiram como objetivos principais da rede: a garantia dos direitos sociais básicos, tais como os benefícios previdenciários, licença maternidade, seguro pelo defeso e demais direitos relacionados à condição de ser mulher pescadora e marisqueira. Ressaltaram-se, ainda, a necessidade de promover ações voltadas a geração de renda, ao bem-estar pessoal e a valorização da auto-estima feminina (Relatório ONU-MULHERES).

Assim, com o fim de concretizar os objetivos emergidos, no primeiro encontro,

em 2011 foi aprovada a continuação do projeto. Nessa versão, o principal objetivo era capacitar e fortalecer a Rede de Mulheres e suas lideranças. A culminância dessa fase se deu com a realização do II Encontro da Rede de Mulheres, em março de 2012, no qual foi registrado a presença de quase 400 mulheres pescadoras e marisqueiras.

Fica evidente que o surgimento da rede de mulheres emerge uma nova configuração social de gênero, trazendo à tona a existência de mulheres extrativistas e pescadoras como protagonistas do processo produtivo. Nota-se, um despertar delas para sua condição de “ser mulher”, livre dos estigmas e estereótipos socialmente impostos, as quais, como um passe de mágica, conseguiram reunir cerca de 400 mulheres em um encontro para debater e construir uma nova realidade para mulheres de comunidades extrativistas e pesqueiras.

Vislumbra-se a “Rede” como um projeto inovador que poderá servir de base no acesso a direitos e melhoria das condições de vida das mulheres marisqueiras e pescadoras, inclusive, possibilitando-as a um maior engajamento político e participativo e, se for bem sucedido, poderá ser replicado para outras mulheres de outras cadeias produtivas e identidades diversas, tais como mulheres rurais, das florestas ou de periferias urbanas.

Outro vetor de estudo da Rede, diz respeito a sua natureza coletiva, ao seu grau de proteção e sustentabilidade, de influência no processo de autonomia das mulheres e nos novos arranjos econômicos no seio das comunidades.

E no âmbito territorial a rede pode ser um somatório no processo de conservação produtiva, já iniciado na delimitação da RESEX de Canavieiras-BA e servir de instrumento para o desenvolvimento do território e a manutenção e perpetuação do modo de viver das comunidades extrativistas e pesqueiras.

Com esse despontar surge o seguinte questionamento: A Rede tem influenciado na ressignificação do papel social das marisqueiras e pescadoras que vivem na RESEX de Canavieiras-BA e com isso tem provocado mudanças nas relações econômicas e de poder?

Observa-se que essa emergente ordenação de mulheres traz um forte apelo característico de objeto de pesquisa investigativa e analítica, que venha a propiciar a obtenção de dados que sejam fundamentais no estudo das questões de gênero,

bem como no tratamento de novos arranjos culturais que, porventura, estejam se formando no seio das comunidades que estão ligadas à rede, com o foco voltado às comunidades que pertencem a RESEX de Canavieiras.

Ao evidenciar esse novo arranjo coletivo, que aponta para alterações, significativas, no *status quo* local, inclusive, nas relações econômicas e de poder, é pertinente investigar se, de fato, ocorreram essas mudanças na vida das mulheres marisqueiras e pescadoras, de suas famílias e de suas comunidades. Não só, por meio de um análise objetiva, passando por critérios que envolva relações familiares, trabalho e renda, mas, também, analisando qual olhar dessas mulheres sobre suas vidas, antes e depois da rede.

Nessa premissa, o presente trabalho pauta sua investigação na identidade feminina das mulheres marisqueiras e pescadoras, possivelmente, transformada em virtude da rede, que tornou visível a atividade de extração e pesca desempenhada por mulheres, antes, considerada de exclusividade masculina. É o estudo do “reconhecer-se mulher” pertencente a uma coletividade de mulheres trabalhadoras. Nesse quesito, essa nova configuração produtiva não deve tender a uma mudança hegemônica, mas a busca de uma convivência harmônica, cooperativa e igualitária entre os gêneros.

Com fim de alcançar o objetivo acima exposto, define-se como objetivos específicos do presente trabalho: a) Investigar e analisar a opinião das lideranças femininas em relação à Rede, seu surgimento, consolidação, crescimento e resultados de sua atuação; b) Perceber e analisar os desafios no processo de implementação e manutenção da Rede e as consequências para o modo de vida das mulheres, suas famílias e comunidades; c) Verificar e analisar um novo arranjo identitário das mulheres marisqueiras e pescadoras e de suas famílias após implementação da Rede; d) Propor oportunidades de melhoria no gerenciamento e manutenção da Rede.

Para atingir tais objetivos, faz-se necessário um aporte teórico que promova a concepção referencial dos conceitos de cultura, identidade e gênero, por meio de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é aquela que se baseia em registros decorrentes de pesquisas anteriores e através de revisão da literatura disponível: livros, textos da Internet, de periódicos e de revistas especializadas

(SEVERINO, 2012, p.122).

Posteriormente, foram analisados os documentos de constituição da Rede, tais como, projetos submetidos a agências financiadoras e relatórios, os quais serviram de aporte para as informações extraídas das entrevistas com as mulheres líderes.

E por fim, para a concreção empírica, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, construída, por meio de uma observação participante, através de entrevistas semi-estruturadas e história de vida, com o objetivo de: levantar dados não encontrados nos relatórios e documentos da Rede, de identificar a visão das marisqueiras e pescadores sobre a sua condição “ser mulher” antes e depois desta e de verificar as possíveis mudanças nas relações econômicas e de poder nas suas famílias e comunidades.

Para as entrevistas foram escolhidas 10 lideranças pertencentes às comunidades da Resex e sua sede em Canavieiras, as quais participam e atuam na Rede de mulheres. Essas lideranças possuem entre 30 e 60 anos, todas possuem filhos, mas nem todas são casadas civilmente. Todas trabalham na extração e venda de marisco, desde pequenas. Todas participam do sustento familiar, sendo algumas delas chefes de família com renda média familiar entre 01 a 03 salários mínimos. Verifica-se, ainda, que as mais novas terminaram o magistério e, as mais velhas concluíram, apenas, o ensino fundamental 01, sendo que somente uma delas era analfabeta.

Ressalto, ainda, que para além dos dados levantados com as Marisqueiras da Resex a pesquisadora esteve imersa, em uma comunidade do pacífico Colombiano, observando e compreendendo a vida das mulheres da cidade de Guapi e suas adjacências. Essa observação participante, denominada de **RESIDÊNCIA SOCIAL**^{®1} foi desenvolvida em comunidades ribeirinhas que possuem modo de vida semelhante a das investigadas.

¹ É o resultado do componente curricular do Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, que tem como uma das disciplinas a Residência Social, com carga horária mínima de 160 horas. Trata-se de uma metodologia inovadora desenvolvida pelo CIAGS que instaura uma nova relação entre universidade e comunidade, complementando a formação acadêmica do estudante com uma vivência prática intensiva. Tal atividade deve ser desenvolvida, prioritariamente no exterior, em instituições cuja observação agregue conhecimento à dissertação do mestrando (www.gestaosocial.org.br).

Em virtude da exitosa experiência da pesquisadora, visto ter encontrado situações, bastante, parecidas, entre ambas comunidades, os dados obtidos na vivência serviram de análise comparativa com os dados decorrentes da pesquisa na RESEX, compondo o rol dos objetivos específicos desta dissertação. Com essa finalidade foram realizadas entrevistas com mulheres líderes e empreendedoras que não só desenvolvem atividades de mariscagem e pesca, mas que estão inseridas em cadeias produtivas agrícolas, artesanais e gastronômicas, bem como foram facilitadas oficinas nas comunidades, que possuem mulheres que estão fomentando espaços coletivos de trocas de interesses e desenvolvimento de atividades conjuntas.

Salienta-se, ainda, que por se tratar de uma dissertação projeto é imperioso construir um plano de intervenção que, na presente, desponta para estabelecer diretrizes básicas de gerenciamento da Rede, que venha garantir a sua força institucional e sua manutenção. O projeto de intervenção foi construído em conjunto com as líderes, por meio de grupo focal, com o método delineado no corpo desse trabalho. Para esse mister, participaram 10 marisqueiras escolhidas pela coordenadora da rede com idade entre 30 e 60 anos, as quais exercem ou exerceram a atividade laborativa de extração de marisco ou pesca em alguma etapa de suas vidas e todas fazem parte da rede de mulheres.

E por fim, a presente pesquisa está estruturada em 08 partes: a primeira abordando o conceito de cultura e identidade, a segunda fazendo um recorte histórico da vida das mulheres e sua inserção nos movimentos de resistência, incluindo as brasileiras, a terceira parte trazendo as conquistas de direitos das mulheres seja no plano internacional e no interno, a quarta parte dissecando sobre a realidade da mulher contemporânea seus avanços e dramas, a quinta parte abordando a realidade das mulheres marisqueiras e pescadoras e seus processos de ascensão e visibilidade, a sexta parte traz uma abordagem histórica da rede de mulheres de comunidades extrativista do Sul da Bahia, as suas dificuldades, desafios e as mudanças provocadas na vida das mulheres marisqueiras e pescadoras, a sétima parte demonstra os resultados da experiência prática na Colômbia por meio de um comparativo com a realidade das mulheres brasileiras pesquisadas e por fim a oitava parte retrata os resultados obtidos na oficina para a construção do plano de intervenção.

2 CULTURA E IDENTIDADE: VETORES HUMANOS

O homem é dotado de valores, os quais são o conjunto de apreensões e compreensões dos saberes, das crenças, das leis, da moral, dos costumes, dos componentes hereditários e de todos os signos capazes de conduzi-lo em sua vida (MORIN, 2011, p. 51). Esse fenômeno se resume na palavra Cultura, que foi definida por Edward Tylor (1871 *apud* LARAIA, 2011, p. 25) da seguinte forma:

[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Por isso MORIN (2011, p. 47) afirma que o homem é o único ser possuidor de cultura e por ela que ele se diferencia dos primatas e, assim, se realiza como ser biológico e social. É a partir desse conceito que o presente capítulo abordará a importância e ou, até mesmo, a influência da Cultura na formação do ser e do agir humano, ou seja, no reconhecimento de sua identidade.

No entanto, essas apreensões culturais não permanecem no seu formato embrionário, pois, ao serem compartilhadas, sofrerão transformações decorrentes das misturas, as quais influenciarão o indivíduo no seu presente e no seu futuro, levando-o a promover alterações no seu cotidiano e no modo de enxergar a vida e seus contextos (LARAIA, 2011, p. 45). Por isso não existir um padrão cultural ideal que impere como verdade absoluta, inclusive, em um mesmo sistema social (LARAIA, 2011, p.15-16). Assim, infere-se o referido autor (2011, p.45):

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

Ora, se a cultura organiza e constrói o pilar de uma sociedade, ela também define os valores e os padrões da vida e das relações entre seus membros, então, pode-se afirmar que as diferenças entre o gênero masculino e o feminino não foram condicionadas pelas distinções biológicas, mas por variáveis culturais. “A verificação de qualquer sistema de divisão sexual do trabalho mostra que ele é determinado

culturalmente e não em função de uma racionalidade biológica” (LARAIA, 2011, p.19).

Todo esse simbolismo estabelecido pelas crenças e pelos fundamentos predominantes, “depende de um aprendizado e este consiste na cópia de padrões que fazem parte da herança cultural do grupo” (LARAIA, 2011, p. 71) e que serão responsáveis pela modelagem identitária do sujeito.

2.1 IDENTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HUMANA E SOCIAL

A identidade é o meio pelo qual o homem se reconhece e é reconhecido pelo mundo. Essa identificação, tanto ocorre por laços sanguíneos e hereditários ou por assimilações de valores e crenças, os quais irão compor o modo de ser e de viver deste homem. No entanto, a identidade do indivíduo não é estanque, pois, ela se evidencia em um processo contínuo de redefinição, invenção e reinvenção do sujeito enquanto ser social.

Segundo Bauman a identidade é um elemento humano que hiberna, enquanto não ocorra um fato que promova um surto de questionamento sobre a sua existência, assim ele diz:

A questão da identidade só surge com a exposição a “comunidades de destino”, e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a “comunidade fundida por ideias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidade policultural (BAUMAN, 2005, p. 17).

É nesse processo de reconhecimento de si mesmo e de quem é, enquanto ser social, que o homem assimila significados – hereditários, vivenciais ou impositivos – os quais se transformam em crenças e mitos, e por meio desses estabelecem a diretriz, mesmo que temporária, do ser humano no mundo e promovem a sensação de pertença. Quando isso acontece o indivíduo se percebe como um ser coletivo, membro de um grupo, de uma comunidade ou de uma nação. “[...] A questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem” (BHABHA, 2007, p.76).

Para Hall (2011, p.13) não existem identidades unificadas que persistem no mesmo formato do nascimento até a morte do indivíduo, pois, a toda hora, estes sofrem influências das diversas representações culturais com as quais tem contato. Com isso, as identidades do passado sofrem interferências possibilitando “a criação de novas identidades e a produção de novos sujeitos” (HALL, 2011, p.18). Isto porque, segundo BHABHA (2007, p.21-65) quando ocorre um resgate das tradições, estas são temperadas por outras temporalidades culturais, afastando a possibilidade do reconhecimento de identidades originais e puras. Nesse sentido Bauman (2005, p. 17):

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Assim, o homem vai moldando a sua identidade individual e coletiva, pelas influências sociais, pelo convívio com seus pares, bem como por meio do reconhecimento do outro. O homem é um componente da sociedade, esta nasce para ele e, ambos, se entrelaçam para construir a história dos seres e tecer suas relações na busca de uma convivência harmônica. “É a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade” (MORIN, 2011.49).

Então, pode-se afirmar que identidade seria o resultado do reconhecimento que o indivíduo faz de si mesmo e da experiência de um povo, os quais são compostos de diversos saberes, significados, entendimentos e interpretações, dando a conotação de uma multiplicidade de identidades, conforme expõe CASTELLS (2012, p. 23)

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em uma visão de tempo/espço. (CASTELLS, 2012, p. 23)

Segundo Castells (2010, p. 22-23) a identidade pode ser reconhecida de duas

maneiras a primeira como fonte primária dos próprios atores, as quais são construídas por meio de um processo de individuação e a segunda quando os atores internalizam a premissa identitária influenciado por uma concepção dominante. Nesse segundo aspecto, o entendimento de um fator estará permeado, por uma ideologia, que fortalecerá a figura de dominação.

Desta forma, é cediço que a caracterização das diferenças não nasça por meio de um processo natural ele se estabelece no momento em que uma autoridade cultural se define como hegemônica e excludente, promovendo uma dilaceração de um modelo cultural tradicional ou instituído, ocasionando novos padrões culturais e reconstruções identitárias. É o chamado “mito de imposição” que já traz na sua essência uma probabilidade de mudança do seu eixo conceitual (BHABHA, 2007, p. 64-70).

Quando essa diferença se torna suprema e hegemônica ela justifica a sua força através dos estereótipos e estigmas direcionados ao ser dominado, estabelecendo, inclusive, comportamentos ideais e formais nas relações entre os diversos gêneros e a diversidade. É uma tentativa de afirmar a origem pura da perspectiva cultural dominante, que segundo Bhabha (2007, p. 116) é um fetiche que “dá acesso a uma “identidade” baseada tanto na dominação e no prazer, quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória em seu reconhecimento da diferença e recusa da mesma”.

Quando o dominador se apossa do dominado, esse vai perdendo a noção de sua própria condição, tornando-o vulnerável a aceitar e a submeter-se a representação imposta. E, no desenrolar desse processo, o dominado, que está deslocado do seu “eu” identitário, muitas vezes até do seu *locus* de pertencimento, sente-se perdido e para sobreviver ou até para sentir-se real credita a ideia do dominador (BHABHA, 2007, p. 73).

Quando creditada e afirmada, a ideia do dominador torna-se vigente e natural, passando a conduzir, orientar, promover e condicionar os comportamentos do ser social, influenciando todo o processo político, jurídico e setorial, estabelecendo seus dogmas, estigmas e estereótipos (BHABHA, 2007, p. 105-106), os quais são apropriados pelo ser dominado como se a ele pertencesse, como disse BHABHA, referindo-se à condição dos homens negros colonizados:

O drama que subjaz a essas dramáticas cenas coloniais “cotidianas” não é difícil de discernir. Em cada uma delas o sujeito gira em torno do pivô do “estereótipo” para retornar a um ponto de total identificação. O olhar da menina retorna a sua mãe no reconhecimento e recusa do tipo negróide; a criança negra afasta-se de si própria, de sua raça, em sua total identificação com a positividade da brancura que é ao mesmo tempo cor e ausência de cor. No ato da recusa e da fixação, o sujeito colonial é remetido de volta ao narcisismo do imaginário e sua identificação de um ego ideal que é branco e inteiro. (BHABHA, 2007, p. 105/106).

Diante do exemplo, resta claro que o massacre do dominante sobre o dominado não se faz somente pelas vias físicas ele, também, se impõe por meio de “uma violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” que se processa por meio da comunicação, da persuasão, do sentimento e do desconhecimento de si mesmo. (BOURDIEU, 2002, p. 07). E o dominador, para não perder o seu poder, intensifica o fuzilamento ideológico contra a diferença, com a tentativa vã de cristalizar o seu valor e sua dominação, como se o homem fosse capaz de viver dentro de uma jaula por toda uma vida.

Verifica-se que a dominação do masculino sobre o feminino, também, é imposta “pela desvalorização daquilo que é diferente”, dentro de uma ordem subjetivamente constituída. Ela é produzida, neste caso, através das expectativas de condutas desejadas socialmente para o homem e a mulher. E assim, a identidade soberana, vai se condensando pela massificação do aparelhamento de dominação, pela aceitação do padrão hegemônico e pela imitação desse padrão com o fim de ser aceito socialmente (ECCEL, ALCADIPANI, 2012, p. 56).

Frize-se, que a massificação da cultura hegemônica não se faz, apenas, “por indivíduos, mas também por grupos e instituições, como escolas, ambientes de trabalho, pelo mercado de trabalho e pelos veículos de comunicação”, e sua ratificação depende da interação social, o que os torna passíveis de mudanças e reconstruções (ECCEL, ALCADIPANI, 2012, p. 56).

As mudanças e reconstruções do padrão dominante, nem sempre são pacíficas, pois, essa ideologia, em regra, é segregativa e opressora e, portanto, gera uma resistência (BHABHA, 2007, p. 120). Corrobora com esse entendimento Bourdieu (2002, p. 22).

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de

conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica (BOURDIEU, 2002, p. 22).

Percebe-se que a manutenção de uma visão de mundo, de comportamento e de condição não são perpétuas, pois novos olhares, novas possibilidades e novos fatores internos e externos podem desencadear rupturas com o *status quo* e promover um novo modo de ser e de viver. É assim que as identidades culturais, sejam elas individuais ou coletivas, vão se alterando e promovendo um novo comando social. É por isso que o homem, jamais, conseguirá viver encarcerado fisicamente ou mentalmente e o desequilíbrio promovido pelas fixações abrirá caminhos para os rancores, a resistência e a luta por transformações.

Essas atitudes gerarão comportamentos contrafóbicos dos dominantes para manterem sua dominação, bem como dos dominados, na tentativa de sair da submissão e emergir para o campo da igualdade ou, até mesmo, para conquistar o espaço do dominado. Como afirma Bhabha (2007, p.76) “a fantasia do nativo é precisamente ocupar o lugar do senhor enquanto mantém seu lugar no rancor vingativo do escravo”.

Na atualidade, percebe-se que os efeitos da globalização, tais como o intercâmbio cultural entre os diversos povos e seus diversos valores tem intensificado os focos de resistência dos oprimidos e com isso a reconstrução de novas identidades, emergindo movimentos ativos de caráter diverso e específico, tais como o feminismo e o ambientalismo e, movimentos reativos de resistência torneados por valores éticos, religiosos, territoriais, nacionais, regionais, familiares, dentre outros, que se encontram na fronteira da exclusão ou como meio de garantir o absolutismo de uma verdade configurando-se em um fundamentalismo identitário (CASTELLS, 2010, p. 18).

Esses movimentos culminam com a formação de identidades que tem como foco principal o embate com o instituído, que Castells (2010. p. 24-25) chamou de:

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da

sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 2010, p. 24-25)

Castells (2010, p. 25) afirma, ainda, que a identidade destinada à resistência, promove formas de resistência coletiva, em face da opressão, que se assim não resistisse não teria força suficiente para combater o opressor e seus valores estigmatizantes e convincentes. Por outro lado, afirma o autor, que há um grande perigo nesse processo quando o oprimido, por uma sede de poder, tenta reverter o quadro de opressão, passando a ser o senhor da verdade. Como se fosse a “exclusão dos que excluem pelos excluídos”.

Seguindo essa possibilidade Castells (2010, p. 24) diz que essa identidade de resistência, quando conquista o seu espaço, constrói uma nova identidade, redefinindo sua posição na sociedade que se tornará legitimadora e com essa legitimação poderá promover um novo valor de dominação.

Nessas razões, é necessário que além dos movimentos de resistência e das proteções legais haja uma “transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes”, ou seja, que ocorra a quebra dos bens simbólicos que promovem os efeitos duradouros da dominação (BOURDIEU, 2002, p. 54) e que neutralizem novos conceitos e focos de uma nova dominação.

3 A MULHER NO CURSO DA HISTÓRIA

[...] Enquanto nós, 'suas' mulheres, nos vemos fechadas na casa da família, sem que nos seja dado participar de nenhuma das numerosas sociedades de que se compõe a sociedade (WOOLF 1977 apud BOURDIEU, 2002, p. 08-09).

Trazendo a discussão do poder simbólico do dominador para a questão de gênero, fica claro, que as diferenças biológicas entre o homem e a mulher não foram o fator crucial para a existência de uma cultura de submissão e de construção de uma identidade mansa, pacífica e subserviente das mulheres com relação aos homens. Visto serem elas fruto das interpretações e construções de um modelo cultural que se tornou dominante, impositivo, provocador e preconceituoso, conhecido como patriarcado. O patriarcado se estabeleceu de diversas maneiras, das mais sutis às mais agressivas e, muitas delas, pelo processo da massificação cultural, tornando-se referenciais de vida e comportamento do “ser mulher”.

A ideologia patriarcal se fez tão forte na humanidade que se confundiu com sua própria existência, quebrando o equilíbrio entre o feminino e o masculino, e estabelecendo uma guerra entre os dois gêneros. Os selos fundantes dessa ideologia firmaram-se na superioridade masculina, na submissão feminina, no controle da sexualidade feminina e na divisão sexual das tarefas entre os gêneros, formando-se uma cultura sexista e baseada em papéis excludentes (ROCHA, 2009, p. 18).

Nessa perspectiva, algumas sociedades foram estabelecendo papéis e funções diferenciadas para o homem e para a mulher, dando maior valor às funções ditas masculinas. Esse processo formou uma cultura de invisibilidade das mulheres, levando a maioria delas a aceitar que não tinham importância no processo de construção e de desenvolvimento do seu grupo social. As mulheres, por causa da crença dominante, acreditavam terem nascido, apenas, para servir o homem, procriar e cuidar da família.

Assim, partindo dessa ideologia patriarcal, esse capítulo abordará a evolução da mulher no curso da história, demonstrando as suas relações de submissão, os seus movimentos de luta por emancipação, por conquistas de direitos e por inserção nos espaços públicos. Também demonstrará o capítulo a aparição de uma mulher,

trabalhadora, dotada de poder e capacidade de reação, que vem emergindo para uma autonomia plena. Para ao fim, apresentar a história de visibilidade e de conquista dos Direitos das mulheres marisqueiras e pescadoras no Brasil.

3.1 O APOGEU FEMININO NA PRÉ-HISTÓRIA

A condição obscura e submissa da mulher não foi uma constante na história, pois, antes da fixação dos valores patriarcais vivia-se, nos primórdios, em sociedades de matriz matriarcal, consubstanciada na procriação como fator principal para a formação dos seios comunitários. Nessas sociedades, não se compreendia que o homem fosse participante na reprodução feminina, o que não gerava para ele um vínculo afetivo e de poder sobre aquela prole.

Como todo sistema matriarcal, não existia estrutura familiar como a conhecemos hoje. A ideia de casal era desconhecida. Cada mulher pertencia a todos os homens e cada homem pertencia a todas as mulheres. As crianças consideravam a todos como pais e mães. A divisão dos subgrupos da comunidade era feita por meio da origem materna. O pouco que se conhecia como família era de descendência materna; a paternidade era totalmente ignorada (ROCHA, 2009, p. 42).

Nesse período, as diferenças eram resolvidas por meio da força física ou das condições biológicas, no entanto “o mistério da procriação protegia a liderança feminina e preservava o sistema matriarcal”. (ROCHA, 2009, p. 43). E assim, os homens e as mulheres se completavam, viviam harmonicamente e mantinham-se ligados em virtude das necessidades fisiológicas.

A deusa-mãe reinou absoluta por todo o planeta desde o fim do período paleolítico até o início da idade do bronze. [...]. O sexo feminino era reverenciado por sua capacidade de reprodução e total desconhecimento do papel do homem na concepção. A subjugação, a subserviência, a punição e a destruição não marcaram presença no reinado dessa deusa. [...]. A comunhão entre homens, mulheres e natureza marcou a pré-história. Apesar de as mulheres representarem papéis predominantes em todos os aspectos da pré-história, não havia sinais de que a posição dos homens fosse de subordinação ao sexo feminino (ROCHA, 2009, p. 45).

Na contemporaneidade, em uma dimensão menor, existem pequenas comunidades que impera a força do matriarcado, como a etnia Garo na Índia. Nessa etnia, as mulheres, além de serem as chefes de família, empreenderam uma luta pela posse de suas terras devastadas e espoliadas pela exploração indiscriminada

(WESTWOOD, 2011, p.32).

Nessa sociedade matriarcal, as tradições são passadas de mães para filhas. Não é tolerada violência doméstica. O homem adúltero tem que pagar uma multa altíssima, o que inibe as traições conjugais. As mulheres Garo são livres para escolherem seus homens. Todavia, elas, ainda, padecem das dificuldades da instrução e, muitas delas, não têm acessos às universidades. “O maior sonho das mulheres Garo com boa formação é voltar para casa e fazer algo relevante para ajudar nossa comunidade a sobreviver – Quel Nokrek”. Um sonho de empoderamento para garantir melhoria das condições de vida de sua comunidade, garantindo a manutenção das gerações futuras, pois “elas preferem trabalhar nas plantações, mesmo ganhando pouco – Rijika”. (WESTWOOD, 2011, p.33).

E assim, a mulher teve seu apogeu e se estabeleceu como a condutora das relações domésticas e sociais, até o homem dominá-la e torná-la refém de seu vigor físico, econômico e sexual.

3.2 A ERA DO OBSCURANTISMO FEMININO E O INÍCIO DO PATRIARCADO

Passamos, pois, a mão nos papéis da nossa sociedade e, embora Ann estivesse brincando com a sua boneca na maior felicidade, solenemente, a presenteamos com o monte, dizendo-lhe que a tínhamos escolhido para ser a Presidente da Sociedade do futuro – com o que a coitadinha caiu em prantos” (WOLF, 2009, p. 182).

O sistema de dominação masculina iniciou-se quando o homem percebeu a sua importância no processo reprodutivo, bem como quando se estabeleceu os meios não-naturais para a produção de alimentos, como exemplo: o arado e a domesticação de animais, pois, estas atividades, precisavam da força física masculina para funcionar e para serem conduzidos. Desde então, a força do macho foi potencializada como necessária à subsistência da família, restando para mulher, apenas, as funções domésticas e os cuidados com a prole (LINS, 2011, s/p). “O homem foi tornando-se autoritário e arrogante; de parceiro igualitário transformou-se em opressor”. (ROCHA, 2009, p. 46).

Iniciou-se, então, a era do patriarcado, regime social em que o patriarca exerce autoridade preponderante sobre suas propriedades. As regras de descendência eram patrilineares; os casamentos, patrilocais; a herança e a sucessão, determinadas pelo lado masculino e a mulher de companhia,

passou a ser a propriedade mais valiosa do seu homem. (ROCHA, 2009, p. 47)

Essa nova formatação das relações familiares se intensifica quando o homem agrega valor aos resultados do seu trabalho, o que faz surgir uma nova cultura nas relações de gênero, pois, enquanto a mulher ficava em casa cuidando da prole, o homem tornava-se o grande provedor da família, gerando um sentimento de poder e força sob aqueles que dependiam dele (ENGELS, 2002, p.75).

Outro fator importante que vem a caracterizar o processo de submissão nas relações de gênero é a questão da manutenção da propriedade que deveria permanecer na família do varão, ou seja, legados aos descendentes homens. Esse processo só seria garantido se houvesse um único homem fosse o único copulador e, para isso, a mulher deveria está sobre sua total vigilância e comando (ENGELS, 2002, p. 76).

Essa concepção da mulher submissa e inferior foi sustentada por toda história antiga, inclusive, propagada pelos homens intelectuais, como os filósofos gregos que justificavam o estigma feminino com base na sua incapacidade racional e material, restando a ela, o silêncio. Segundo Pitágoras “há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas, a mulher” (ROCHA, 2009, p. 69).

Na idade Média o Cristianismo estabeleceu como dogma fundante um DEUS, único, personificado na figura masculina, que era onipresente e senhor de tudo. O homem, macho, foi considerado a imagem semelhança desse DEUS e, então, por essa razão o homem tinha o direito de vida e morte sobre suas propriedades, bens, mulher, filhos, tudo e todos que estivessem no seu território. A mulher por meio das escrituras Cristãs foi classificada em três prismas: Eva (a pecadora) a mulher como portadora e disseminadora do mal, Maria (o modelo de perfeição e santidade) quando eram virgens, mães ou esposas ou quando viviam no convento e Maria Madalena (a pecadora arrependida). As mulheres que fugiam do padrão de submissão eram consideradas infames, e se tivessem um pouco mais de ousadia eram taxadas como bruxas, perseguidas e mortas.

Outro fator religioso que justifica a submissão feminina vem da gênese, como uma forma de punição da mulher por ter sido a indutora da transgressão das regras do paraíso. Eva se deixou seduzir pela serpente e induziu Adão a comer do fruto do

pecado e, ao fazer isso, ambos foram expulsos do paraíso. Nesse processo de expulsão, o homem para fugir de sua responsabilidade do ato proibido e pecaminoso, diz, categoricamente, que a mulher é a culpada e com isso tenta se isentar da pena decorrente do seu ato.

A ideologia cristã e a massificação dos seus princípios: castidade, humildade, silêncio e trabalho foram fundamentais para estabelecer uma cultura versada no poder masculino que condicionou as mulheres a se entenderem como seres não dotados de autonomia. A mulher foi sentenciada com a pena da submissão e da fragilidade, transformando-a em um objeto a ser usado pelos seus homens (pais, irmãos e marido). Os homens tinham o direito de vida e morte sobre a mulher, podendo usá-la ao seu bel prazer. “Cabia à mulher preservar-se virgem, fazer-se bela, sedutora e esperar para servir-lhe. Saía da casa da família para o casamento, momento em que a posse sobre a mulher era transferida do pai para o filho” (ROCHA, 2009, p. 50).

O antifeminismo propagado pela igreja influenciou a formação dos núcleos familiares os quais se constituíram sob a ótica da inferioridade feminina e tornaram-se o veículo principal na reprodução dos valores da dominação. E, em sendo a família o primeiro eixo de ligação humana é no seu bojo que se impõe as primeiras experiências de divisão sexual do trabalho, que se expressa de forma legítima e natural (BOURDIEU, 2002, p. 103).

E para sedimentar o dogma religioso e o padrão familiar patriarcal o pensamento científico estabelece a mulher no papel principal e primordial na criação dos filhos, por considerar que os atributos importantes para o bem-estar da prole eram da essência feminina. (ROCHA, 2009, p.194-195)

Porém, o excesso de opressão e o sentimento de impotência provocaram a insurgência feminina ao *status quo* rumo à liberdade, ao conhecimento e a igualdade de gênero.

3.3 A RESISTÊNCIA: O INÍCIO DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO

Eu, quanto a mim, sempre achei que o dever de uma mulher era passar sua juventude tendo filhos. Eu venerava minha mãe, que teve dez; e mais ainda minha avó, que teve quinze; minha própria ambição, confesso, era ter vinte. Passamos por todas essas épocas supondo que os homens fossem igualmente industriosos e que suas obras eram de igual mérito. Enquanto criávamos os filhos, eles, supúnhamos, criavam livros e quadros. Povoamos o mundo. E eles civilizaram. Mas, agora que nós sabemos ler, o que nos impede de julgar os resultados? Antes de trazermos outra criança ao mundo, temos de nos jurar que vamos descobrir como o mundo é (WOLF, 2009, p. 169).

O processo de resistência das mulheres ao patriarcado tem como marco histórico as lutas por Direitos a partir do século XVIII. Todavia, os ideais iluministas que afirmavam a igualdade entre os indivíduos, não tinham um alcance efetivo às mulheres, pois muitos teóricos do movimento iluminista divergiam acerca dos Direitos de Igualdade e da capacidade de autogestão das mulheres sobre suas vidas e seus destinos. (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 266).

Muitos homens das Luzes ressaltaram que as mulheres, desde cedo, deveriam aprender a sua condição de subserviência, ser orientadas para o silêncio e para os trabalhos domésticos e deveriam se afastar de uma vida de liberdade e independência. (ROCHA, 2009, p. 125). Mesmo assim, muitas mulheres no século XVIII se engajaram no movimento revolucionário, exercendo uma forte influência na luta por melhores condições de vida, principalmente nos quesitos acesso à educação e ao emprego (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 271).

No início do século XIX, a mulher, ainda, mantinha a sua condição doméstica, - versada no cuidado do lar e da família; pois havia um forte apelo à exclusão das mulheres nos espaços públicos por meio da negação de direitos. Assim, a mulher seguia na sua condição de “rainha do lar”, mas submissa ao homem (SCOTT, 2012, 17). Isso era tão forte que, “para a grande maioria das mulheres, tolerar alguma violência doméstica era melhor que viver sem um companheiro” (PINSKY, PINSKY. 2005. P. 277).

Somente no final do século XIX, as mulheres iniciaram um processo de consolidação do seu papel social, tendo como símbolo a permissão para sindicalização, bem como a participação no campo de discussões político partidárias. Nesse momento, há uma conquista efetiva, na medida em que se tornou aceitável a atuação da mulher no mercado de trabalho não só por necessidade

econômica, mas também por vontade própria e desejo de emancipação pessoal (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 284).

Muito embora tenham despontado para novas funções sociais, ampliando as suas participações nos espaços públicos, as mulheres mantinham uma condição de inferioridade frente à suposta superioridade masculina, pois mesmo tendo acesso a empregos, seus salários eram inferiores, jornadas de trabalho excessivas e condições de trabalho insalubres. A mulher passou a acumular dupla jornada de trabalho, pois não se desvinculou das funções de dona de casa (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 283).

No campo da educação não foi diferente, pois a ideologia dominante era a de que a educação feminina servia como instrução para um bom desempenho das suas atividades domésticas e, muitas meninas, começavam o labor desde cedo, sendo impedidas de estudar, com o fim de melhorar o orçamento familiar. No ensino universitário, apenas, era permitido o ingresso das mulheres em cursos com conotações pedagógicas como extensão das atividades maternas e domésticas (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 275).

É nesse misto de identidade submissa com força de trabalho, que desponta, no século XIX, os primeiros focos de resistência das mulheres à opressão, tendo como pilares: os primeiros movimentos feministas e as lutas por Direitos e melhores condições de trabalho e renda.

O movimento feminista não tinha uma homogeneidade em suas ideias e práticas, contudo as feministas eram unânimes em acabar com os estigmas da inferioridade “natural” das mulheres e tinham como meta, segundo Castell (2010, p. 211) “redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo”.

A essência do feminismo, como praticado e relatado, é a (re) definição da identidade da mulher: ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora, contrariamente, afirmando a especificidade essencial da mulher, frequentemente declarando, também, a superioridade das práticas femininas como fontes de realização humana; ou ainda, declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina. Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal. (CASTELL, 2010, p. 211).

As reivindicações, mais frequentes, das feministas eram: fim das leis que

colocavam as mulheres em situação de subordinação, pelo divórcio, emancipação financeira, direito de propriedade para as mulheres casadas, proteção contra a violência masculina, ampliação da participação política e por um acesso a educação mais amplo.

Um dos pontos mais fortes de combate do movimento feminista foi a abolição do casamento e o controle da natalidade, pois, para as mais radicais, a dominação masculina na relação sexual e no casamento oprimia as mulheres. Esse ponto de vista foi impulsionado pelas feministas socialistas que argumentavam “que o amor não poderia ser “livre” para as mulheres enquanto estas continuassem tendo que cuidar dos filhos sem o apoio de um companheiro ou da sociedade” (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 291).

O movimento feminista foi um divisor de águas no processo de reconhecimento de uma identidade adormecida, por ter promovido, ampliado e divulgado os direitos das mulheres, dando substrato a uma nova mulher que viria a despontar no século XX, considerado o “século das mulheres”. Nesse sentido, Livia Barbosa (2012, p.179).

A década de 1970 assistiu, com a segunda leva do movimento feminista, uma severa e radical contestação da tradicional divisão do trabalho sexual. As feministas argumentavam que não existia nada intrínseco no ser mulher que nos condenasse a lavar, passar e cozinhar. (BARBOSA, 2012, p. 179)

Essa efervescência feminina provocou também a quebra dos dogmas sexuais, à medida que as mulheres tornam-se donas da sua vontade reprodutiva e passam a exigir dos homens a sua participação nas questões familiares. O slogan “O privado é político, nosso corpo nos pertence” foi usado nos anos 60 e 70 (século XX) nas discussões referentes à descriminalização do aborto e o uso de métodos contraceptivos (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 301).

No entanto, as mudanças e conquistas alcançadas nos séculos XIX e XX, não foram suficientes para afastar as mulheres do século XXI da dor do preconceito, da fragilidade natural e da incapacidade de ser autônoma, mesmo com muitas mulheres despontando em áreas que, antes, era de domínio masculino.

É tão notória esta realidade que muitas mulheres seguem dominadas, acreditam serem frágeis, e incapazes de sobreviver sozinhas e sonham com o príncipe encantado dos contos de fadas. Mulheres com esse perfil fazem críticas

ferrenhas ao movimento feminista, por entenderem que a “postura feminista, reivindicatória e ativa, não é atraente aos olhos masculinos e as afasta do ideal de mulher a ser seduzida, conquistada, bem aos moldes do amor cortês”, símbolo da cultura patriarcal (ROCHA, 2009, p. 31-32).

Em outra categoria existem mulheres que já saíram do limbo da subserviência, mas estão presas à remanência cultural, pois “sofrem o conflito de escolha entre ideias antagônicas. De um lado, o desejo da liberdade de escolha, a sonhada autonomia; do outro, a ilusão da segurança, o conforto da dependência” (ROCHA, 2009, p.20).

Contudo, muitas mulheres estão usufruindo das conquistas de outrora, mas longe do ideal desejado, principalmente, nas questões domésticas que, mesmo havendo homens desempenhando afazeres do lar, as mulheres, no seu grosso, arcam sozinhas com essas atividades, que são acumuladas com o labor externo e no final do mês entregam toda a sua renda para os seus homens administrarem. Sem deixar de citar a crença em um padrão identitário que as torna alvo fácil das diversas violências familiares “gerada pela educação do sistema patriarcal que as silenciaram e as fizeram sentirem-se culpadas” (ROCHA, 2009, p.32).

As lutas femininas são uma constante na história da humanidade, no entanto, pode-se afirmar que a insurreição ampla e global das mulheres contra sua opressão, tenha ocorrido nos últimos 25 anos, com variadas nuances, dependendo de cada cultura e cada país. (CASTELLS, 2010, p. 170). E o mais importante, os questionamentos e as novas visões femininas sobre o “ser mulher”, está se expandindo que nem rastro de pólvora, tornando um processo irreversível.

A conquista da cidadania plena é uma longa trajetória ainda não completada pelas mulheres, pois muitos ranços da era patriarcal ainda permanecem e muitas mulheres por se sentirem frágeis, continuam se submetendo as mais terríveis manipulações e violações de sua integridade física, mental e social. Pois, como disse Bourdieu (2002, p. 52), não é tarefa fácil destituir o valor dominante, seja do ponto de vista da tomada de consciência, seja por meio de mudanças socialmente impostas, pois o encantamento é tão profundo que impregna todas as estruturas do ser dominado e das coisas, inclusive limitando as possibilidades de pensamento e de ação.

3.4 A MULHER BRASILEIRA E SUA IDENTIDADE DE FORMAÇÃO

A mulher brasileira como parte integrante de uma comunidade colonizada por europeus, influenciados por valores Cristãos, não fugiu a regra do patriarcado, pois, elas nasceram e se constituíram em uma sociedade agrária, patriarcal, escravocrata – na técnica de exploração econômica – e híbrida por meio da mistura com: índios e negros (FREYRE, 1995, p. 04). Vale ressaltar que, mesmo com a miscigenação e intercomunicação cultural, os valores predominantes na sociedade brasileira foi a de matriz europeia. “É como se tudo fosse feito, realizado e conquistado pelo branco. “E se algum negro ou índio escapou a essa discriminação é porque certamente eles foram considerados pessoas de alma branca” (PÓVOAS, 2010, p. 73).

Sendo assim, a memória nacional foi construída apenas por uma cor, a esbranquecida (europeu), as outras duas cores (índio e negro) foram esquecidas e/ou silenciadas (POLAK, 1989), ou seja, o povo brasileiro formatou a sua compreensão da vida, dando ênfase na cultura do dominador. E assim, foi-se delineando os estigmas preconceituosos sobre as outras formas e pensamentos de ver o mundo e seus processos naturais, metafísicos e sociais.

Tudo é branco e o que é preto é do Satanás. Satã é preto, tem pé de cabra, rabo de leão, chifre de bode... Essa coisa que rola por aí pelo imaginário das pessoas. E para complicar os povos africanos não tinham concepção de Satã e nem do pecado original, os ritos fundantes são outros. Não houve queda da criatura, não houve plano de redenção. E aí como é que fica quando essas duas culturas se defrontam? Então a cultura dominante estabeleceu que os ritos da fundação foram os ritos da cultura branca e os índios dançaram e os negros dançaram também (PÓVOAS, 2012).

Tudo se inicia quando os primeiros portugueses ao aportarem nas terras brasileiras se encantam pelas possibilidades econômicas e sociais que encontraram, as quais atenderiam aos anseios de riqueza e de expansão do capital humano de Portugal. Nesse primeiro momento, os portugueses desistem do intuito exploratório, exclusivo, e passam a criar um desejo de permanência.

A fixação dos portugueses nas terras brasileiras foi ocorrendo, gradativamente, levando-se em consideração a sua fácil adaptação aos trópicos e, principalmente, pelos vínculos afetivos e sexuais que foram se formando decorrentes das misturas com as mulheres nativas e suas famílias e, posteriormente, com as negras escravizadas. Essa mistura étnica é a que irá definir a identidade cultural da

mulher brasileira, com fortes traços culturais antagônicos e complexos, mas dominada pelo padrão europeu patriarcal (FREYRE, 1995, p. 8).

Nessa dança cultural, alguns fatores contribuíram para sedimentar os símbolos da cultura patriarcal e ajudaram na formação de uma heteronomia das mulheres brasileiras.

Primeiramente, os portugueses ao chegarem no território brasileiro foram surpreendidos com mulheres nativas, livres em sua sexualidade, as quais se tornaram alvo fácil para as investidas libidinosas do homem branco, no dizer de Gilberto Freyre (1995, p. 9-10) as índias “por qualquer buginganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos “caraíbas” gulosos de mulher”.

O referido autor não reconhece esse comportamento como algo desregrado ou dotado de lúxuria, para ele seguindo alguns autores, os índios eram muito mais inocentes do que libertinos e ofereciam suas mulheres como ato de hospitalidade (FREYRE, 1995, p.102). Essa prática de entregar as moças índias para tornarem-se esposas dos portugueses, denominava-se de “cunhadismo” (RIBEIRO, 2005, p. 81).

Nesse primeiro momento, os portugueses aderiram ao comportamento poligâmico dos índios e estabeleceram vínculos afetivos e sexuais, formando núcleos familiares com “suas múltiplas índias, seus números filhos”, vivendo como se nativos fossem (RIBEIRO, 2005, p. 83). No entanto, com a chegada das missões, os portugueses influenciados pela moral cristã, condenaram o costume indígena, considerando suas relações libidinosas (FREYRE, 1995, p.100).

Isto porque, pelo vetor religioso à liberdade sexual dos indígenas era considerada incestuosa por violar os impedimentos de sangue para o matrimônio e pelo vetor econômico, em se deitando as mulheres, com vários homens, difícil seria saber a origem da paternidade, o que impediria a manutenção da propriedade (FREYRE, 1995, p.101).

Por outro lado, a possibilidade dos homens copularem com várias mulheres promoveu a promiscuidade masculina, a transmissão de doenças e o nascimento de mestiços órfãos, situação que só foi minimizada com as exigências da igreja católica aos enlaces matrimoniais. No entanto, muitos homens casados continuaram com suas relações espúrias e de libertinagem com as índias e, posteriormente, com as

negras escravas (FREYRE, 1995, p.92-93).

Observa-se que o colonizador deu significado ao comportamento do povo nativo, a partir do padrão cultural estabelecido em sua sociedade, descaracterizando a naturalidade que o povo achado tinha sobre a sexualidade livre, e com isso destruiu “as ordens de gênero locais” para impor as suas (FREYRE, 1995, p.102).

Essa mesclagem cultural, associada à interpretação do dominador sobre a sexualidade livre, sedimentou na sociedade colonial uma bipolaridade feminina “a sinhazinha que era proibida de sair de casa até para ir à missa, e a mulher livre, das ruas, que ostentava sua atividade de prostituição sem maiores represálias” (DANTAS, 2012, p.13). Essa identificação social serviu de base para a construção de estigmas sociais que, na atualidade, condicionam a sexualidade livre a uma péssima reputação feminina, bem como a aceitação social do adultério masculino, como manifestação do poder dos homens.

Outro valor patriarcal construído pela dominação do homem branco contribuiu para caracterizar indícios de violência contra a mulher, “numa espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra que predominava nas relações sexuais, como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio”, deixando a mulher a mercê do domínio ou do abuso dos homens, que lhes detinham o poder (pai, irmão, marido) (FREYRE, 1995, p.51).

Esse poder de vida e morte do homem sobre a mulher tornou-se legalizado no Brasil colônia, através das Ordenações Filipinas as quais davam ao homem o direito de aplicar castigos físicos às mulheres caso os desobedecessem. Somente em 1890, esse poder masculino foi abolido, mas a legislação manteve a punição pelo adultério, o qual só foi abolido do Código Penal em 2005. (CORTÊS, 2012, p. 275)

Mas, nem só para o sexo essas mulheres foram talhadas, elas desde sempre receberam o fardo do trabalho e do cuidado da prole, pois no início da colonização os índios, aprisionados, incluindo as mulheres, eram “capturados para o trabalho agrícola, para a gestação de crianças e para o cativo doméstico” (RIBEIRO, 2005, p.100).

Para alguns etnólogos e de acordo com relatos de jesuítas para, “a mulher tupi, a vida de casada era de contínuo trabalho: com os filhos, com o marido, com a

cozinha, com os roçados”. Verifica-se, ainda, que as mulheres cuidavam das indústrias domésticas, do suprimento de água e o transporte de fardos. E quando grávidas só deixavam de carregar os pesos em suas costas (FREYRE, 1995, p. 120).

Mais a frente, o conteúdo material da identidade feminina brasileira recebe um reforço, significativo, da negra escrava, que, também, torna-se alvo da cobiça do homem branco, principalmente, por causa dos seus dotes corporais avantajados.

No entanto, apesar da mulher de pele escura ter sido mais cobiçada, a mulher branca teve um destaque maior, não pelo genuíno gosto nacional, mas pela afirmação de uma cultura de dominação, o que hoje se confunde nas preferências masculinas e na identificação das mulheres brasileiras, que tendem a valorizar características das mulheres brancas e das mulheres negras em seus arranjos físicos. Todavia, as mulheres de hoje não se dão conta que estão validando a herança biológica das negras, visto que os caracteres que as identificam com as negras, são, muitas vezes, rechaçados. No sentido Gilberto Freyre (1995, p.10):

Branca para casar, mulata para f... negra para trabalhar, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas e as louras donzelas. (FREYRE, 1995, p. 10).

Na atualidade, o padrão estético perfeito da mulher, não mais se enquadra no acima descrito, pois acreditava-se que a mulher farta de ancas largas e seios volumosos era um modelo que caracterizava a mulher como objeto a ser consumida. Todavia, o novo modelo instituído, da mulher magra, esteticamente perfeita, não livrou a mulher do estigma da mulher consumo, pois quando as mulheres modernas buscam moldarem-se as exigências físicas, atuais, elas se enquadram na condição de objeto para serem aceitas socialmente. Por detrás dessa luta existe “uma eterna insatisfação gerada, talvez, pela insegurança, culpa, medo e ou necessidade de aprovação masculina” (ROCHA, 2009, p.185 e 192).

Denota-se que as mulheres índias e as africanas tiveram um papel fundamental na formação do povo brasileiro e de suas identidades, podendo considerá-las como a base física da família brasileira (FREYRE, 1995, p.94). Por

outro lado, a forma como as mulheres índias, as negras, as mestiças e as brancas foram tratadas e orientadas para a vida, influenciou no reconhecimento de uma identidade de gênero submissa e dominada pelos valores patriarcais. Tanto é assim, que avançando na história das mulheres brasileiras vislumbram-se focos de resistência contra a invisibilidade feminina e contra a ausência de direitos as quais foram submetidas.

3.4.1 Brasileiras Resistindo às Masculinidades

No Brasil, seguindo a onda feminista dos EUA e do velho mundo, as mulheres brasileiras iniciaram, no século XIX, à resistência contra a opressão e a luta por Direitos. É ele também que afirma que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, mas sim fruto da cultura e, portanto, passíveis de transformação (PEDRO, 2012, p.241).

Nesse mesmo século, com o advento da república, as mulheres brasileiras, iniciam sua jornada em prol de sua emancipação. É nesse contexto que a feminista Bertha Lutz e suas companheiras passam a defender e reivindicar participação das mulheres nas questões políticas, a ampliação do acesso à educação e por mais dignidade e proteção no trabalho, abrindo espaço para criação de associações representativas das mulheres (SOIBET, 2012, p. 220).

Esse movimento de mulheres foi determinante para inclusão de diversas reivindicações de interesse das mulheres na constituição de 1934, tais como: Direito ao voto, direito de manutenção da nacionalidade das mulheres casadas com estrangeiros e a transmissão desta para sua prole, proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade sexo, nacionalidade ou estado civil, direitos trabalhistas como férias, lazer, liberdade de reunião e associação e reconhecimento da maternidade como fonte de direitos. (SOIBET, 2012, p. 228) No entanto, essas militantes não conseguiram destruir alguns valores patriarcais reinantes como: a divisão sexual do trabalho e a total responsabilidade das mulheres para a atividade doméstica e pela condução dos filhos, na primeira infância (SOIBET, 2012, p. 232).

Em 1960 as mulheres brasileiras se engajaram nos movimentos políticos que

se iniciava no Brasil e que deu ensejo à repressão militar, todavia no centro desses movimentos as mulheres eram tratadas com papel secundário, não na frente das decisões e do ativismo. Essa situação levou a dissidências de algumas dessas mulheres, pois iniciaram a formação de grupos de “consciência”, no interior dos movimentos, dando vazão as falas e ideias femininas. “Porém, foram rapidamente acusadas pelos companheiros de dividir a militância ou de enfraquecê-la com “questões secundárias” (PEDRO, 2012, p. 245). Mas, sem dúvida essas mulheres foram fundamentais para combater o regime ditador em todas as suas fases.

Seu engajamento nos movimentos pela anistia dos presos políticos, que muitas vezes culminaram com passeatas exclusivamente femininas, são a parte mais conhecida dessa militância. Mas, nas organizações de esquerda Ditadura, elas também foram importantes. Guardavam armas e abrigavam militantes (aliás eram preferidas para essa função, pois levantavam menos suspeitas), traduziam jornais comunistas estrangeiros, participavam das aulas de doutrinas ideológicas, da elaboração dos planos de assaltos e sequestros, tinham aulas de tiro e muitas foram a Cuba fazer curso de guerrilha. Nas organizações clandestinas, chegaram a dirigentes. (SANCHES, 2013, s/p)

Por outro lado, a cultura machista do não-lugar da mulher nos espaços de poder e de sua condição de inferioridade potencializou as ações militares nos porões da ditadura como afirma Glenda Mezarobba, uma das coordenadoras do grupo Ditadura e Gênero, que investiga o assunto na Comissão da Verdade “Acreditamos que as mulheres sofreram violências específicas, sexuais, motivadas também por machismo, que buscavam destruir a feminilidade e a maternidade delas” e a primeira violência era em decorrência da libido, como disse a escritora Tatiana Merlino “A mulher ficava nua diante dos olhos cobiçosos e jocosos daqueles homens”. (SANCHES, 2013, s/p)

Essas violências são ratificadas nas falas de algumas dessas mulheres torturadas e execradas pelos homens do poder, observa-se:

1. “A primeira coisa que eles fizeram quando entrei na sala de depoimento foi me mandar tirar a roupa, eu já fiquei apavorada”, afirma Ana Maria Aratagy, de 66 anos. “Eu não esperava por aquilo. Eu mesma fui tirando a roupa, achei que era melhor do que deixá-los arrancar. Acho que foi pior do que as torturas que vieram depois”. Ana Maria era membro do Partido Operário Comunista quando foi presa, aos 24 anos, e estava grávida de algumas semanas, mas não sabia. Enquanto gritava, sua mãe, que havia sido presa junto com ela, ouvia da sala ao lado. Ana Maria só saiu da prisão aos cinco meses de gestação. Sua filha, hoje, tem 41 anos.

2. “Depois de nos colocarem nuas, eles comentavam a gordura ou a magreza dos nossos corpos. Zombavam da menstruação e do leite materno. Diziam ‘você é puta mesmo, vagabunda’”, afirma Ana Mércia.

3. “Levaram-me para um banheiro durante a noite, no DOI-Codi, eram uns dez homens. Fiquei sentada em um banco com dois deles me comprimindo, um de cada lado. Na minha frente, em uma cadeira, sentou um cara que chamavam de Bucéfalo. Ele me dava muito tapa na cara, a minha cabeça virava de um lado para o outro, mas eu nem sentia, porque um dos homens que estava sentado ao meu lado não parava de passar a mão em mim, colocou os dedos em todos os meus orifícios. Era tão terrível que eu pedia: ‘Coloquem-me no pau de arara’. Mas aquele homem dizia: ‘Não, gente. Não precisa levar essa aqui para o pau de arara. Comigo ela vai gozar e vai falar. Todos riam. Naquela noite, se eu tivesse tido meios, teria tentado me matar.’”. (Ieda Seixas)

4. Amélia Teles, de 68 anos, relata que não foi capaz de conter o vômito ao ver que o torturador ejaculava sobre seu corpo nu e ferido, depois de masturbar-se olhando para a vítima, amarrada na cadeira do dragão.

5. Nádia Nascimento foi presa, junto com o seu companheiro, em São Paulo. “Já foram logo me dizendo que filho de comunista não merecia nascer. Arrancaram minha roupa na frente do meu companheiro, que já estava muito machucado pela tortura, e perguntavam se ele queria que me torturassem, diziam que dependia dele. Ameaçaram me estuprar na frente dele, mesmo grávida. Até que, em um dado momento, me colocaram na cadeira do dragão. Ali, comecei a sangrar por causa dos choques e perdi meu filho”, conta Nádia, que teve uma série de complicações médicas decorrentes do aborto provocado e da falta de cuidados hospitalares. A criança se chamaria Lucas e hoje teria 39 anos de idade.

6. Criméia de Almeida, de 67 anos, conseguiu manter seu filho na barriga, a despeito das torturas. Quando a bolsa estourou, na cela solitária que ela ocupava em uma carceragem do exército em Brasília, dezenas de baratas que habitavam o lugar começaram a subir por suas pernas, alvoroçadas por se alimentar do líquido amniótico. Embora pedisse ajuda, teve de esperar horas até ser transferida a um hospital. Lá, a ex-guerrilheira do Araguaia, que havia trabalhado como parteira na Amazônia, teve as pernas e os braços amarrados. “Quando o bebê nasceu, já o levaram para longe de mim. E o médico me costurou sem anestesia, eu gritava de dor. Daí passaram a usar meu filho para me torturar. Passavam dois dias sem trazê-lo para mamar. Quando ele vinha, estava com soluço, magro, morto de fome.

7. Eleonora Menicucci, ganhou um semblante pesado ao ser indagada por Marie Claire sobre sua história na ditadura. Quando foi presa, em 1971, tinha apenas 22 anos e uma filha de 1 ano e 10 meses. Para forçá-la a dar informações de sua atividade política, os militares colocaram a menina, Maria, apenas de fralda, no frio. A criança chorava e os torturadores ameaçavam dar choques nela. Ieda Seixas, que foi aprisionada na mesma cela que a atual ministra logo depois dessa sessão de tortura, afirma: “A Eleonora andava como um animal enjaulado, de um lado para o outro, e dizia ‘minha filha, minha filha’. Tinha os olhos esbugalhados, passava a mão pelos cabelos com desespero, parecia que ia explodir. Era mais do que estar transtornada, ela estava em estado de choque” (SANCHES, 2013, s/p).

Em 1975, ainda, sob o comando dos militares, as feministas brasileiras influenciadas pelas conferências internacionais chanceladas pela ONU, criaram o

Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, dando visibilidade e credibilidade ao movimento, que, inclusive, teve uma participação importantíssima na luta pela anistia.

Nos anos de 1970 e 1980, essas mulheres passam a questionar o trabalho doméstico como um exclusivo papel feminino, por entenderem que os homens deveriam dividir as atividades do lar. Nessa perspectiva, elaboraram um plano de ação estatal para criar uma rede de solidariedade para as famílias nas quais as mulheres, também, desempenhassem atividades externas. Esse plano consistia na criação pelo Estado de “creches para as crianças permanecerem no horário de trabalho dos pais, lavanderias coletivas para otimizar o trabalho doméstico, restaurantes populares para não terem que comer todos os dias em casa (PEDRO, 2012, p. 251). No entanto, até os dias atuais esse fardo não foi, totalmente, desconstituído e, muitas dessas reivindicações não saíram do papel. Sem deixar de mencionar que a mentalidade masculina segue na concepção de que os afazeres domésticos é uma exclusividade das mães e esposas, tendo, inclusive, o suporte de algumas mulheres que continuam condicionadas dentro de um padrão cultural e, são impulsionadas por sua identidade de formação histórica (PEDRO, 2012, p. 251).

No final dos anos 1980, ocorre uma mudança teórica significativa nos estudos feministas no Brasil, sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero. A partir dessas discussões, as acadêmicas feministas no Brasil começam a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 05).

Pelo dito, vislumbra-se que, a luta das pioneiras contaminou as mulheres de todas as áreas, inclusive na arte, na música e na televisão e, após a abertura política percebe-se um crescimento da participação feminina nos espaços públicos, se associando e reivindicando seu lugar político, não só no âmbito de suas comunidades, mas nas questões político-partidárias. Essa nova posição da mulher é o embrião do surgimento das várias líderes comunitárias e das futuras representantes políticas no Brasil (PEDRO, 2012, p. 254 -255).

Nesse contexto histórico, nota-se que nas últimas quatro décadas as mulheres brasileiras alcançaram um espaço de destaque e empoderamento, significativo, todavia, as conquistas consolidadas não foram suficientes para

arrefecer as lutas por uma igualdade de gênero, pois, a sombra dos valores patriarcais, ainda, domina a memória e o comportamento dos homens e das mulheres brasileiras.

3.5 MULHERES RECONHECIDAS, PROMOVIDAS E PROTEGIDAS INTERNACIONALMENTE

Sob a perspectiva histórica, restou claro que a mulher foi inferiorizada para corresponder a um padrão socialmente instituído. Um padrão cultural que um dia considerou que o normal era o homem ter o comando supremo sobre a vida da mulher, promovendo o sexismo, como um dos pilares da desigualdade entre o gênero masculino e feminino.

Para desconstruir esse valor soberano foi necessário um despertar coletivo que, por meio das lutas, providenciou tornar visíveis os interesses das mulheres e seus desejos de mudanças. Dentre os principais anseios figurava a vontade delas de serem reconhecidas e amparadas como sujeitos de Direitos.

Essa caminhada de reconhecimento de Direitos teve o seu apogeu com o advento da Declaração Universal dos Direitos humanos que abriu caminho para proteção da igualdade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos deu ensejo à proteção Internacional dos Direitos Humanos que no seu nascedouro versava na proteção geral – “todos são iguais perante a lei” – para, posteriormente, gerar um entendimento de que era insuficiente tratar os direitos humanos de forma genérica, sendo necessário a especificação dos Direitos em virtude das diferenças entre os indivíduos, as quais não poderiam ser motivo de promoção de desigualdades. É a compreensão que o diferente também pode ser igual (PIOVESAN, 2009, p.195).

Com esse novo entendimento, a mulher se insere como sujeito de Direito, necessitando de proteção por sua condição histórica de submissão. A partir daí são firmados Tratados ou Convenções que criaram um aparato Internacional de proteção das mulheres, os quais serviram de parâmetro para os Estados aderentes as normas internacionais promulgarem leis e estabelecerem redes de proteção das mulheres nas suas ações governamentais.

Dentre os inúmeros tratados firmados internacionalmente, pode-se apontar como vetores: no âmbito geral – a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher aprovado em 1979 pela Organização das Nações Unidas – ONU² e, no âmbito regional, servindo de orientação para os Estados Americanos, incluindo o Brasil, tem-se a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a Violência contra a mulher – também conhecida como a Convenção de Belém do Pará –, editada em 1994 pela Organização dos Estados Americanos – OEA³. (PIOVESAN, 2009, p. 195).

A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW no seu art. 1º conceitua discriminação contra a mulher como: “*in verbis*”:

Toda discriminação, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo, exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (PIOVESAN, 2008, p. 223)

Assim, para que não aconteça a discriminação faz-se necessário que cada Estado crie um aparato normativo capaz de prevenir ou impedir as ações discriminatórias, bem como promova ações que sejam capazes de avançar e instituir uma equidade de gênero. Como afirma Silvia Pimentel (2010, p. 307):

Os Estados partes têm o dever de eliminar a discriminação contra a mulher através da adoção de medidas legais, políticas e programáticas. Essas obrigações se aplicam a todas as esferas da vida, a pública e a privada, e incluem o dever de promover todas as medidas apropriadas no sentido de eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização, empresa e pelo próprio Estado. (PIMENTEL, 2010, p. 307).

Nesse processo de compensação histórica, a CEDAW determina no art. 3º que os Estados assegurem: “o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem” (PIOVESAN, 2008, p. 226).

Nessa perspectiva, os Estados deverão garantir condições de saúde,

² Essa Convenção direciona a todos os Estados que são membros da ONU e que são signatários do mesmo.

³ Esse Tratado direciona a todos os Estados que são membros da OEA e que são signatários do mesmo.

educação, trabalho e renda, seja por meio de legislação protetiva ou através de medidas especiais temporárias, de caráter compensatório e positivo, com vistas a acelerar o processo de igualdade entre os gêneros. A convenção prevê, também, ações que modifiquem ou punam os padrões culturais discriminatórios “que estejam baseados na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres” (PIOVESAN, 2008, p. 229-243).

O Brasil é signatário das referidas convenções, tendo ratificado a CEDAW em 1984 e a Convenção regional em 1995. Portanto, ambas, fazem parte do conjunto normativo de Direitos Humanos da ordem jurídica brasileira, além de estarem compatíveis com os valores expressos na Constituição Federal.

Em decorrência da anuência a Convenção regional, no ano de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu Informe n.º 54, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, por causa da demora em julgar e punir o agressor da senhora Maria da Penha, que por seus atos de violência a deixou paraplégica e por pouco não ceifou a sua vida.

Nessa decisão a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recomendou ao Estado brasileiro as seguintes medidas: a finalização do processamento penal do responsável da agressão, a investigação e punição administrativa e judicial dos responsáveis pelas irregularidades e atrasos injustificados no processo do agressor de Maria da Penha, a adoção de políticas públicas voltadas a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher e uma reparação simbólica e material em favor da agredida. No que tange à reparação simbólica a lei brasileira de combate a violência doméstica foi denominada de lei “Maria da Penha”.

Percebe-se que a proteção Internacional dos Direitos humanos trouxe mais garantias assecuratórias para as mulheres, à medida que obriga os Estados-membros da ONU e da OEA a estarem atentos a toda e qualquer discriminação e violência direcionadas a elas, sob pena de serem processados, julgados e punidos internacionalmente.

3.5.1 Mulheres Brasileiras: Submetidas e Protegidas pelo Direito Brasileiro

As mulheres brasileiras, também, empenharam esforços na conquista e afirmação de seus Direitos, os quais foram efetivamente consagrados pela Constituição de 1988 ao afirmar no art. 5º I *“in verbis”* que: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

A proteção dos Direitos das mulheres brasileiras na Constituição de 1988 foi fruto de um movimento feminista, paralelo ao processo constituinte, denominado de o “lobby do batom”. Esse movimento tinha como pauta reivindicatória: a garantia de licença maternidade de 120 dias, a licença paternidade de 08 dias, a igualdade de salários entre homens e mulheres, creche nas empresas, educação gratuita em creche e pré-escola, para crianças de 0 a 06 anos, a expressão do princípio de igualdade de direitos e de deveres entre o homem e a mulher, a igualdade na sociedade conjugal, o direito das presidiárias de amamentar seus filhos, o reconhecimento da união estável como entidade familiar, o direito de posse da terra ao homem e à mulher, os direitos trabalhistas e previdenciários à empregada doméstica e a garantia de mecanismos que coibisse a violência doméstica. Das reivindicações solicitadas, cerca de 80% foram aprovadas, levando a novos arranjos nas relações de gênero no Brasil (Correio Brasiliense, 1988, p. 04).

Desde, então, toda a legislação brasileira passa por uma mutação valorativa, no sentido de se adequar à nova ideologia de Direitos consagrada na constituição de 1988. Desta forma, as normas preexistentes foram reinterpretadas conforme os ditames constitucionais e as novas só seriam promulgadas se estivessem de acordo com a constituição. Por essa ótica a constituição de 1988 operou mudanças, significativas, no seu corpo legislativo infraconstitucional, e deu ensejo à criação de uma legislação, posterior, marcada, obrigatoriamente, pela promoção da igualdade ou remediação das desigualdades.

Durante 72 anos – de 1916 a 1988 – as mulheres foram tratadas como “relativamente incapaz”, ou seja, eram consideradas sem autonomia para a vida civil e, portanto, dependentes da vontade de seu representante legal. Com essa concepção o Código Civil de 1916 estabeleceu regras versadas no poder masculino sobre o feminino, em todos os campos da vida civil, principalmente nas relações familiares (CORTÊS, 2012, p. 265).

O machismo legislativo era tão explícito que a mulher seguiu penalizada na sua honra e na reparação desta, pois, o mecanismo de avaliação dos danos sofridos pelas mulheres era diferente quando o mesmo dano ocorresse com os homens e, em muitos casos, a mulher não tinha o direito à reparação. Um exemplo clássico é a expressão “mulher honesta”, um critério que nunca foi conceituado, mas foi delineado a partir do comportamento sexual das mulheres e ceifou o direito de muitas mulheres solteiras e prostitutas de obterem a reparação quando eram alvo de violência (CORTÊS, 2012, p. 266).

Antes da constituição de 1988 estabelecer um parâmetro isonômico entre os gêneros, o Código civil sofreu um dos seus primeiros ataques no quesito dominação masculina, pois o estatuto da mulher casada (Lei nº 4121/1962) suprimiu a condição de relativamente incapaz às mulheres casadas, bem como garantiu o pátrio poder sobre a prole havida em casamento anterior. Mas, mesmo com algumas alterações as mulheres seguiam como colaboradoras dos seus maridos e só eram consideradas autônomas se exercessem profissão lucrativa (CORTÊS, 2012, p. 267).

Nessa condução evolutiva, os direitos relativos à maternidade e as relações familiares, gradativamente, foram sendo alterados por novas leis, as quais receberam o suporte normativo e valorativo da Constituição de 1988. Dentre as muitas mudanças têm-se as inovações trazidas pela lei do divórcio, o rito especial na obtenção de alimentos, a ação de investigação de paternidade, a legitimidade de filhos havidos fora do casamento, o reconhecimento da união estável como entidade familiar, o dever de sustento, guarda e educação compartilhados entre os pais, a adoção e inseminação artificial por mulheres não casadas e os alimentos gravídicos.

Além das referidas inovações, o Código Civil de 2002, traz uma nova sustentação conceitual para as relações familiares, como afirma Iáris Cortês;

Com relação aos avanços do Código de 2002, vemos que a isonomia entre mulheres e homens na família ficou mais nítida. No livro do Direito de Família, o novo Código Civil estabelece que “o casamento é a comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. [...] “Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.” Mais adiante, afirma que, “A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos (CORTÊS, 2012, p. 270).

Outra alteração trazida no Código Civil de 2002 é a adoção da expressão

poder familiar em detrimento do pátrio poder, demonstrando, assim, que o homem não deve ser considerado mais o chefe, exclusivo, da família, pois o poder familiar é responsabilidade dos consortes e não do indivíduo pai, representante do sexo masculino (CORTÊS, 2012, p. 271).

A sexualidade da mulher não é mais tratada, na legislação atual, como o meio para a procriação e satisfação dos instintos sexuais masculinos, como expressa Iáris Cortês (2012, p. 273).

No mundo inteiro, a questão da sexualidade tem passado por releituras (por conta de movimentos de mulheres, gays e feministas, entre outros) que procuram mudar os padrões que oprimem sua livre manifestação. Um dos seus efeitos é o reconhecimento de que os *direitos sexuais* não devem ficar entrelaçados aos *direitos reprodutivos* e sim ambos devem ser vistos como autônomos e paralelos, ou seja, para que sejam exercidos os direitos sexuais não é necessário exercer os direitos reprodutivos: uma pessoa pode gostar de fazer sexo, mas não deseja ter filhos. Por outro lado, para que os direitos reprodutivos sejam exercidos, não é obrigatório o exercício dos direitos sexuais: uma pessoa pode querer ser mãe ou pai e não deseja fazer sexo, para isso busca uma clínica especializada para fertilização artificial. Essa separação foi sendo construída no contexto da luta feminista por esses direitos e foi responsável, em grande parte, a partir da descoberta da pílula e do DIU, entre outros métodos contraceptivos (CORTÊS, 2012, p. 273).

Tanto é assim, que, hoje, o conceito de família é outro, visto que a mulher casa porque quer, porque gosta do homem, não porque precise dele para sustentá-la e para ser socialmente aceita, ou seja, para ser uma “mulher honesta”. Poucas mulheres, atualmente, importam-se em ficar solteiras, já que isso não as impede de amar e ter vida sexual ativa. Também ninguém mais acha reprovável que uma mulher se torne mãe solteira, ou que crie seu filho sem pai. A família mononuclear ou polinuclear é uma realidade. As pessoas casam, separam e voltam a se casar. Têm filhos das diversas relações, sem que seu comportamento seja considerado imoral.

Nas conquistas trabalhistas, as mulheres conseguiram estabelecer normas de proteção à maternidade, tais como: à licença maternidade, inclusive para mãe adotiva, à licença paternidade, à proibição de apresentação de atestados de gravidez e esterilização para admissão no trabalho e, mais recente, as empregadas domésticas conseguiram a regulamentação da sua atividade profissional. Por outro lado, mesmo com avanços e a tentativa de promover a igualdade de gênero no âmbito do trabalho, muitas mulheres, padecem da desigualdade remuneratória, de revistas íntimas e assédio sexual.

No que diz respeito à participação política, uma importante conquista foi a obrigatoriedade de cotas para mulheres no sistema eleitoral. A Lei nº 9.100/95 obrigou os partidos políticos a inscreverem, no mínimo 20% de mulheres em suas chapas proporcionais, a qual foi ampliada para 30% com o advento da Lei nº 9504/97. No entanto, apesar da legislação, os partidos não vinham cumprindo com a norma e, por essa razão, em 2009 a Lei nº 12034/2009 determinou que em caso de não observância da regra, os partidos não obteriam o registro dos seus candidatos na Justiça Eleitoral (ERUNDINA, 2012, p. 11). A deputada aponta, também, outras garantias das mulheres na política, tais como:

[...] destinação de 5% dos recursos do fundo partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O partido que não cumprir esse dispositivo deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do fundo partidário para tal destinação. Ademais, os partidos devem reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política das mulheres. (ERUNDINA, 2012, p. 11)

Em 1985, a questão da violência contra a mulher passou a ser tratada em delegacias próprias, tornando-se um problema de saúde pública. Mas, somente, em 2006 foi promulgada uma lei para prevenir, educar e punir a violência contra as mulheres denominada de lei Maria da Penha (lei nº11.340/2006).

As mulheres também adquiriram direitos relativos à saúde, tais como: a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora de mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer e no âmbito do Sistema Único de Saúde as mulheres adquiriram o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto e o direito a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama. E para as mulheres que estejam em cárcere foram dadas a estas o direito de permanecer com seus filhos no período da amamentação e receber condições mínimas de assistência.

Além das garantias legais, o Estado brasileiro é também obrigado a implementar ações no sentido de promover e tornar real a igualdade de gênero, as quais cessarão quando alcançados os seus objetivos. São as chamadas ações afirmativas, por meio de quotas, incentivos fiscais e medidas legais que busquem superar a desigualdade entre homens e mulheres.

Em 2005, o Brasil através da Secretaria Especial de Políticas para as

Mulheres da Presidência da República (SPM) implementou o plano Nacional de Direitos da Mulher, tendo como foco a autonomia e igualdade no mundo do trabalho, da educação inclusiva, da saúde da mulher, seus direitos sexuais reprodutivos, e principalmente o enfrentamento à violência contra as mulheres (SPM, 2004, p. 31). Com reformulação em 2008 que expandiu seu quadro de proteção incluindo diretrizes voltadas ao: Desenvolvimento sustentável no meio rural na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas, além da Gestão e monitoramento do pl (SPM, 2008, p. 07).

Com esse aparato legal, pode-se afirmar que no Brasil não existe uma discriminação formal de gênero, todavia, todos esses direitos e garantias legais e administrativas tornam-se meros comandos normativos, se não ocorrer uma mudança do padrão cultural vigente que propicie uma alteração dos indivíduos, sejam homens ou mulheres, bem como de toda a coletividade.

3.6 MULHERES: DONAS DE SUA PRÓPRIA VIDA

Se não tivéssemos aprendido a ler”, disse ela amargamente “ainda poderíamos estar tendo filhos na ignorância e, afinal, essa seria, creio eu, a mais feliz das vidas (WOLF, 2009, p. 180). “Não adianta – não adianta nada”, disse eu. “Depois que ela aprender a ler, somente numa coisa você poderá ensiná-la a acreditar – nela mesma” (WOLF, 2009, p. 182).

Essas transformações pelas quais passaram a sociedade, com a emergência de direitos de cidadania para as mulheres, lançaram novos olhares sobre o papel que o gênero feminino pode desempenhar tanto na vida privada quanto na esfera pública. Sen (2010, p. 246) destaca a importância desse protagonismo nas transformações sociais que potencializam a melhoria de vida de ambos os gêneros: “As mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens” (SEN, 2010, p. 246).

Esse protagonismo tem sido impulsionado pelo acesso das mulheres à instrução básica e ao conhecimento de seus direitos, os quais estão elucidando, para elas, um caminho de autonomia emocional, econômica e social, gerando transformações nas relações familiares, no olhar delas sobre si mesmo, pois “as vidas que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa certamente incluem as suas próprias” (SEN, 2010, p. 251) e mais:

[...] o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família. [...] podem, à primeira vista, parecer demasiadamente variados e díspares. Mas o que todos eles têm em comum é sua contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres – por meio da independência e do ganho de poder (SEN, 2010, p. 249).

Observa-se, assim, que as mulheres quando se reconhecem como agentes e atuam com esse mister, promovem em seu entorno transformações que não só se restringem ao âmbito familiar, mas são capazes de “influenciar a natureza da discussão pública sobre diversos temas sociais”, incluindo os processos de desenvolvimento (SEN, 2010, p. 249).

Dessa forma, para Lagarde (1996 *apud* LISBOA; LUSA, 2010, p. 873) a nova concepção de desenvolvimento surge como produto de “uma visão feminista com perspectiva de gênero, implica uma ruptura com todas as concepções anteriores de desenvolvimento”. Dito isto, os princípios que conformam a sustentabilidade buscam um novo relacionamento entre gêneros, no sentido de dar-lhes equilíbrio nas relações e, portanto, um direcionamento rumo ao desaparecimento dos mecanismos de controle e opressão do masculino sobre o feminino que se manifestam também na sua relação com o próprio Estado.

Partindo desse pressuposto, o paradigma do “desenvolvimento humano”, apoiado em seus princípios de sustentabilidade, equidade, produtividade e empoderamento, teria como objetivo atender às necessidades básicas das pessoas e, para tanto, requer uma cobrança do Estado em relação as políticas públicas que venham ao encontro das carências e privações das mulheres que, na maioria das situações são responsáveis pelo sustento das unidades domésticas (LAGARDE 1996 *apud* LISBOA; LUSA, 2010. 873).

Nesse sentido, a mulher ao apropriar-se do seu poder, por meio da educação, do trabalho, do emprego e da renda, tem sido protagonista nos processos de desenvolvimento e tem impulsionado a ruptura com o sistema, opressor, vigente.

Entretanto, a despeito de todas essas mudanças, ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de garantir equidade de gênero, posto que embora as mulheres tenham ganhado lugar na esfera pública, tem-se mantido um espaço privado que ainda não foi ocupado pelos homens: o espaço da criação de filhos e afazeres domésticos, os quais, quando desempenhados pela mulher (esposa) não são reconhecidos como trabalho, portanto, não é passível de remuneração, ademais, é considerado uma obrigação.

Vazquez (2010, p. 690) aponta que essa situação leva as mulheres a buscarem estratégias de conciliação da vida familiar e laboral que consistem fundamentalmente em abandonar ou reduzir o trabalho remunerado, diminuir o número de filhos ou mesmo desistir de tê-los, além de buscar serviços remunerados (domésticos) ou não remunerados (familiares) para as tarefas que, de acordo com sua percepção, lhe pertencem por natureza. Nesse sentido Bourdieu (2002, p. 107).

[...] as transformações profundas por que passou a condição feminina, sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas: é o caso, por exemplo, do aumento do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado com o progresso e o uso generalizado de técnicas anticonceptivas e à redução de tamanho das famílias); é, sobretudo, o adiamento da idade do casamento e da procriação, a abreviação da interrupção da atividade profissional por ocasião do nascimento de um filho, e também a elevação dos percentuais de divórcio e queda dos percentuais de casamento. (BOURDIEU, 2002, p. 107)

De fato, as mulheres obtiveram mudanças significativas que proporcionaram um novo olhar, uma nova condição do “ser mulher”, todavia essas transformações, ainda, não foram capazes de quebrar algumas estruturas de poder que, em sua invisibilidade, evidenciam a dominação sexual do masculino sobre o feminino. Isso é bastante claro nas renúncias domésticas que as mulheres profissionais são obrigadas a fazer para obter o sucesso e a ascensão profissional que deseja, por estarem elas inseridas em um campo que, tacitamente, foi construído para o homem e, em razão de ocuparem esse lugar, são persuadidas a se comportarem como se homens fossem ou são vistas dessa forma.

Pesquisas demonstram que as mulheres sofrem uma segregação ocupacional por serem obrigadas a desempenhar atividades com grau de valorização menor que a dos homens, bem como pela precarização das suas relações de trabalho. Também, as mulheres:

[...] vivem o dilema de “trabalhar como homem ou ser feminina” ao mesmo tempo em que os obstáculos às altas exigências do trabalho somam-se aos preconceitos arraigados contra as mulheres, à pressão do relógio biológico, à sobre carga com os cuidados com os filhos versus jornada de trabalho muito extensa e dificuldades com o parceiro amoroso (ECCEL, ALCADIPANI, 2012, p. 67).

Em razão dessa realidade, muitas mulheres ficam solteiras, se divorciam, casam tarde, adiam a chegada dos filhos, deixa de tê-los ou tem dificuldades na criação desses. Em outra ponta, as mulheres que se anulam profissionalmente em favor das atividades domésticas ou diminuem sua carga de trabalho sofrem pelas cobranças maritais ou aceitam as migalhas salariais que lhes são impostas. Como comprova os seguintes casos:

1. Isabel Alencar, 35 anos, mãe de Maurício de 05 anos antes do filho nascer trabalhava em uma multinacional alemã do ramo de elevadores, com um salário acima de R\$ 6 mil reais, quando retornou da licença não tinha o mesmo desempenho, saiu por um ano e, ao retornar, foi alocada em um novo cargo, com novo chefe e salário 25% menor e por não suportar a pressão que sofria, em detrimento da maternidade, foi obrigada a deixar a empresa (PAULINA, 2013, p. 82).
2. Kallyne Ciorciari, mãe de Giulia, 06 anos e Natália 06 meses, fez um acordo com a empresa para permanecer no emprego, abrindo mão das vantagens que possuía no cargo de gerente comercial, porque não tinha o mesmo vigor depois da maternidade. Propôs continuar na empresa como representante de vendas, com um salário 40% menor. “Melhor assim do que parar de trabalhar. Minha carreira faz parte da minha identidade. Para mim, ser só mãe não ia bastar” (PAULINA. 2013, p. 82).
3. Maria Beatriz Pimentel dos Santos Silva, 48 anos, Psicóloga, abandonou seu consultório em São Paulo para morar na Argentina com o marido, não conseguiu retomar a profissão, pois com a chegada dos filhos abdicou do trabalho em favor das atividades domésticas e familiares. Esporadicamente faz trabalho de tradução. “Há momentos em que tenho certeza das minhas decisões e me sinto privilegiada por poder fazer essas escolhas, pois acompanho de perto o crescimento dos meus filhos. Mas

há outros em que a coisa pega, me sinto insegura, e tenho a sensação de que, como ele ganha mais, perdi minha independência”. Diz que o preço que pagou foi a perda da autonomia financeira, que ataca em cheio a auto-estima e, ainda sofre com os ataques do marido, quando contrariado que diz: “Está cansada de quê? Passou o dia inteiro em casa” (PAULINA, 2013, p. 83-84).

Moncal (2012. p. 10) destaca que esse papel reservado às mulheres na família e na sociedade é um dos principais obstáculos para a participação feminina nas lutas políticas. Para ela, a divisão sexual do trabalho determina uma diferença que diz respeito à liberdade que se tem na estrutura social e familiar, ou seja, a mulher tem que ocupar o seu espaço e se reconhecer como sujeito autônomo e participativo.

É evidente que nessa nova configuração familiar existem ganhos evidentes para as mulheres, mas existem perdas significativas nos tratos familiares, principalmente, para os filhos que não são mais a prioridade materna. Em virtude dessas circunstâncias, há quem defenda o retorno da mulher ao lar, situação que tem ocorrido de forma sorrateira e silenciosa.

Para as que defendem o retorno da mulher ao lar, entendem que não é um retrocesso, nem a possibilidade de renascimento do modelo patriarcal. Para elas é um direito de escolha e de liberdade da mulher que a faz tão autônoma, quanto a mulher que trabalha fora de casa. Essas mulheres são chamadas de “femivores” e, para além da realização pessoal, elas afirmam que o processo compreende:

[...] uma reação á moderna sociedade de consumo e ambientalmente doente. Essas mulheres questionam; o que pode ser mais gratificante e moralmente correto do que alimentar a sua família com uma comida limpa (no sentido de não ser envenenada por agrotóxicos) e gostosa, reduzir a *carbon footprint* dos seus alimentos, e produzir sustentavelmente ao invés de consumir sempre e cada vez mais exponencialmente? Mais ainda, saber como alimentar e vestir sua família e transformar escassez em abundância, a despeito das circunstâncias, e uma grande rede de segurança. [...]. Afinal de contas, quem está mais capacitada a enfrentar os maus tempos econômicos; a executiva bem paga que perde o emprego ou a dona de casa frugal que pode contar com suas galinhas e seus ovos (BARBOSA, 2012, p.183).

Por outro lado, há quem condene essa atitude, alegando que o ideal seria a

“reconstrução da família em condições de igualdade e a responsabilidade das instituições públicas, assegurando apoio material e psicológico para as crianças” (CASTELLS, 2010, p. 271). Como afirma a feminista Rosiska Darcy (2013, p. 83):

Respeito as escolhas individuais, mas voltar para casa é retrocesso. A autonomia financeira garante a liberdade da mulher e também o respeito que ela tem dentro da família. Precisamos de novas políticas empresariais e públicas que permitam às mulheres fazer uma reengenharia do tempo e equilibrar vida profissional e privada. O desafio contemporâneo não é só um problema de divisão de trabalho entre marido e mulher, mas de toda a sociedade. (DARCY, 2013, p. 83)

Em decorrência dessas nuances culturais e identitárias, Amartya Sen (2010, p. 250) propõe ajustes cooperativos entre o homem e a mulher para que ambos tenham ganhos positivos no acordo firmado e, as relações não caiam no limbo do padrão vigente. Padrão esse que tende a impor, nos afazeres domésticos, privações maiores a mulher em detrimento do homem.

No que concernem as mulheres e os homens que são arrimo de família, os quais criam seus filhos sozinhos, é necessário que se elabore meios de cooperação para preservar e garantir um pleno desenvolvimento das famílias, levando-se em conta as realidades de cada região e localidades.

Resta demonstrado que o sentimento de utilidade e de autopertencimento das mulheres inseridas no mundo profissional representou uma forte referência para a elevação da sua auto-estima e reconstrução de sua identidade, não mais de subserviência (ROCHA, 2009, p.31). Todavia, possuir um grande capital cultural e ter independência econômica não são condições suficientes para permitir que a mulher se livre das pressões do modelo dominante, sendo necessário um esforço conjunto de colaboração intensa entre os gêneros, de forma a reconhecer-se o feminino como autônomo e protagonista de sua própria história (BOURDIEU, 2002, p.127).

Portanto, a medida que as mulheres ocuparem os espaços como verdadeiras agentes de transformação, possivelmente haverá um ganho social, pois a capacidade que elas possuem de fazer parcerias, serem cooperativas e priorizar relacionamentos será um somatório importantíssimo à assertividade e a objetividade masculina

3.6.1 As Mulheres Brasileiras Conquistando Espaços e Caminhando para a Autonomia

Hoje somos muito mais respeitadas do que no passado, quando éramos chamadas de 'mal amadas', 'as que davam chilique. Hoje as feministas "formulam, incidem, acabam criando, são ouvidas, têm audiência em governos sérios. Está no ponto ideal? Não, mas está muito melhor que há 40 anos. (LOPES, 2012, p.06).

As mulheres brasileiras também seguiram na carruagem histórica por emancipação e reconhecimento, conquistando o mercado de trabalho, ocupando assentos em instituições públicas e privadas e tornando-se mandatárias nas esferas de poder. Uniram-se em prol dos seus Direitos, conseguiram implementar uma lei contra a violência doméstica, além de lutarem pela realização de políticas públicas em prol das mulheres. Mas os desafios, ainda, são muitos, pois, mesmo com tantos avanços, as mulheres brasileiras também são vítimas dos resquícios da ideologia patriarcal.

No quesito trabalho, segundo anuário das mulheres brasileiras (2011, p. 41-47), em 2009 58,8% das mulheres com mais de 16 anos, portanto, que fazem parte da população economicamente ativa (PEA) do país, estavam trabalhando. Já entre os homens com mais de 16 anos, esse percentual chegava a 81,5%. Quando desdobrando esses dados por atividade econômica tem-se um número de 12,2% de mulheres na atividade agrícola para um de 20,5% de homens na mesma atividade.

Essa situação terá um reflexo na diferença remuneratória entre os homens e as mulheres, pois os rendimentos masculinos chegam a ser 60% superiores aos das mulheres. As mulheres ganham menos e trabalham mais, tendo em vista que suas funções não se resumem, apenas, as atividades de mulher trabalhadora, situação que é potencializada pela cultura que aponta a mulher como a única responsável pelo trabalho doméstico (ROCHA, 2009, p.30).

Segundo o Anuário das mulheres brasileiras 2011, o tempo que a mulher se dedica às atividades domésticas é superior ao dos homens, seja qual for a sua ocupação pois, enquanto as mulheres dedicam 22,4 horas por semana, os homens dedicam 9,8 horas". (MERLINO, 2012, P.05). Essa realidade é agravada, quando as mulheres são chefes de família e não tem, efetivamente, com quem dividir os afazeres domésticos e seus desdobramentos. Segundo dados do IPEA (Instituto de

pesquisa Econômica e aplicada), pesquisa realizada em 2011, cerca de 22 milhões de famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, desconstruindo o padrão cultural vigente que colocava o homem na condição de provedor “exclusivo” das famílias.

É interessante relatar que a quebra da hegemonia das famílias nucleares, as quais têm como característica principal o homem – provedor, tem-se desintegrado em virtude da “saída da mulher do ambiente exclusivamente familiar”, situação que dará à mulher independência financeira, gerando a não-dependência marital. A liberdade financeira da mulher garante confiança para o enfrentamento das imposições do dominador, bem como transforma o homem em um supérfluo, no quesito sustentação familiar e, com essa nova configuração, o salário da mulher deixa de ser, secundário, como um simples complemento da renda familiar e passa a condição de prioritário e essencial (ECCEL; ALCADIPANI, 2012, p. 67).

Contudo, para diminuir o fardo histórico carregado pelas mulheres brasileiras, é imprescindível a criação de redes eficazes de solidariedade e, que elas sejam acessadas, também, por mulheres rurais, das florestas e da pesca, visto estarem em uma situação de maior precariedade por morarem longe dos equipamentos públicos. Mas, para que a mudança seja completa e ocorra em tempo razoável, é necessário eliminar a crença de que a obrigação da criação dos filhos é única e exclusiva da mulher.

Acompanhando a trajetória de avanços, é notório o crescimento de mulheres nos espaços políticos, não só participando das discussões políticas e setoriais, mas, assumindo cargos nas esferas públicas, todavia, segundo a deputada Luiza Erundina esse avanço, ainda, é irrisório se comparado com a massa demográfica feminina, pois:

As mulheres são mais da metade da população e do eleitorado, contudo estão sub-representadas nas esferas do poder. São apenas 11% do Congresso Nacional; não chegam a 20% nos níveis mais elevados do Poder executivo. No Judiciário, nas universidades, nos sindicatos e empresas privadas ocupam, apenas, 20% das chefias (ERUNDINA, 2012, p. 11).

No campo da violência, vislumbra-se o aumento de denúncias sobre agressões contra a mulher, fruto dos reflexos das campanhas educativas, da implementação de políticas públicas e da promulgação da lei Maria da Penha. Conforme dados do Dieese (2011, p. 280): no ano de 2006 foram computadas 46.423 denúncias e no ano de 2010 foram 734.416 denúncias.

No entanto, esse quadro não representa uma curva decrescente nos casos de violência, principalmente, porque muitas agressões não são denunciadas e muitas das mulheres violentadas, desistem da denúncia por acreditarem que sofrem a agressão porque é merecedora dela. No ano de 2010 foram denunciados, em âmbito nacional, 63.831 casos de violência física, 27.433 de violência psicológica, 12.605 de violência moral, 2.318 de violência sexual e 1.839 de violência patrimonial (DIEESE, 2011, p.281). Segundo ranking de 84 países, o Brasil, está em 7º lugar em casos de “feminicídio”, sendo o Estado da Bahia o 6º colocado no ranking nacional.

Segundo Wânia Pazinato (2012, p.16-17), o machismo, ainda, é a causa principal dos casos de violência contra a mulher e, na modernidade, o quadro tem ampliado, porque a mudança de papéis na esfera feminina não é na mesma proporção no campo masculino e “isso tem provocado muitas reações para que as mulheres voltem ao seu lugar de origem e permaneçam submissas ao poder masculino”.

A reversão do quadro só ocorrerá com a manutenção das campanhas de conscientização, aliada a uma efetiva ação de recuperação da autoestima das mulheres para que elas percam o medo de denunciar, sem falar na necessária celeridade e efetividade das punições judiciais. E, na face governamental e social é preciso entender que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública e de interesse de toda a sociedade (SALATI, 2012, p.17).

A mulher brasileira também adquiriu uma autonomia no campo das escolhas sexuais e reprodutivas, visto não ser mais tabu ou uma condenação social a virgindade feminina, bem como a condição de ser mãe solteira. No entanto, essa liberdade não atingiu o campo da escolha gestacional, pois no Brasil, a interrupção da gravidez só é permitida em caso de má-formação fetal ou estupro, pois o direito de escolha perde em detrimento à vida.

E, para sedimentar todas essas conquistas, a criação da secretaria de políticas para as mulheres, sem dúvida, propiciou um melhor gerenciamento das questões de gênero no país, bem como tem impulsionado a elaboração de programas governamentais, em todas as instâncias da federação, firmando parcerias com instituições privadas, com o fim de garantir a progressão da realização de políticas públicas voltadas aos interesses das mulheres brasileiras.

Mesmo com tantas demonstrações de melhorias não se chegou a um padrão de equilíbrio nas relações de gênero no Brasil, principalmente, de acordo com Amelinha Teles (2012, p. 29), enquanto “houver uma mulher em condições não digna, isso irá repercutir em todas as mulheres” e mais:

[...] só haverá emancipação de fato quando todas as mulheres tiverem, ao menos, o direito ao salário e condições básicas garantidas para que se possa exercer esse direito, como refeitórios comunitários, creches, lavanderia popular, transporte escolar, atendimento em hospitais adequados, entre outras medidas. (TELES, 2012, p. 29)

Para se chegar a essa condição emancipatória adequada, só o caminho da auto-organização poderá promover e impulsionar a realização dos direitos e a perenização de uma igualdade plena. Pois, a união de interesses e a participação feminina é capaz de influenciar não só as decisões políticas e de romper com os ciclos discriminatórios de reprodução de esteriótipos e atitudes sexistas. Como expõe Loreley Gomes (2012, p. 29) que um dos grandes entraves da emancipação feminina brasileira é a cultura machista e homofóbica, que não é, um pensar masculino, mas de toda a sociedade, inclusive das mulheres persuadidas pelo valor patriarcal.

Devemos minar cotidianamente todos os espaços de discriminação, romper com os esteriótipos, não aceitar e nem reproduzir atitudes sexistas. E, sobretudo, tomar muito cuidado com a criação das filhas, rejeitar os modelos de feminilidade, desobedecer os códigos de conduta impostos pela divisão sexual do trabalho: mulher não ri assim, não sente e anda assim, não faz, não pode. O feminismo é política e teoria, mas é também um estilo de vida, uma forma de estar no mundo, Trata-se da politização da experiência pessoal. (GOMES, 2012, p. 29)

Compreende-se, então, que a fortaleza de uma mulher é garantida pela luta de todas, pois, quanto mais esforços forem empreendidos mais mulheres sairão da escuridão e descortinarão o mundo a sua volta. Mas, se o caminho for o da omissão e do individualismo, viveremos por muitos anos sob o julgo da força patriarcal.

3.7 MULHERES MARISQUEIRAS E PESCADORAS: DA INVISIBILIDADE AO DESPERTAR

A pesca é um mundo masculino. O alto mar é o mar de fora, o espaço público, dos homens. A praia é o mar de dentro, o espaço privado, a casa das mulheres (MELO; LIMA; STADTLER, p. 06).

Está evidente que o imperativo machista da divisão sexual do trabalho estabeleceu um caráter de invisibilidade da participação da mulher nas atividades produtivas, considerando que, nessa visão, esta nasceu exclusivamente para o trabalho doméstico e para reprodução.

Vislumbra-se que em algumas cadeias produtivas esse valor dominante é tão mais intenso por reforçar a ideia de que o trabalho desempenhado pela mulher é uma extensão da atividade doméstica, tonificando o grau de desinteresse e exclusão do fazer produtivo feminino, que se resume a uma simples atividade não considerada digna de remuneração e proteção. Nesse contexto de esquecimento e abandono, encontram-se as mulheres que desempenham atividades pesqueiras, denominadas de marisqueiras e ou pescadoras.

A atividade pesqueira sempre foi apontada e caracterizada como uma função masculina, mesmo que desde sempre, as mulheres participassem do processo produtivo. Tanto é verdade, que existe um baixo índice de dados estatísticos que versem sobre o trabalho de mulheres pescadoras e marisqueiras (MANESCHY, SIQUEIRA E ÁLVARES, p.714-715).

Eu trabalho com pesca desde pequena. Desde a idade de 07 anos que eu trabalho, eu sou filha de pescador meus parentes é pescador, eu trabalho desde novinha (Maria da Conceição).

Desde os treze anos, antes eu já trabalhava porque meu pai é pescador e agente que manuseava a limpeza dos peixes e ai depois, aos trezes foi que eu fui ter que pegar na atividade do camarão e que era um trabalho a parte e eu ganhava por quilo (Pedrina).

[...] a gente não era conhecida e com a rede a gente ficou conhecida; as mulheres e a associação. Ninguém sabia que existia mulheres marisqueiras (Iraídes).

Em virtude desse histórico, a atividade pesqueira feminina passa a ter um sentido, cultural, de atividade secundária, por ser considerada um simples braço da subsistência familiar, principalmente, porque “o trabalho das mulheres pescadoras é realizado junto ao grupo familiar nos estuários, mangues e praias e não em “alto

mar”, visto como espaço dos homens”. (MELO; LIMA; STADTLER, s/p). No Brasil, segundo dados do IBAMA, cerca de 60% de toda a pesca extrativista vem da pesca artesanal e nesse percentual mais de 25% dessa pesca é desempenhada por mulheres (MELO; LIMA; STADTLER, p. 01-02).

Essa similitude entre atividade pesqueira feminina e trabalho doméstico foi responsável pela não identificação profissional das mulheres pescadoras e marisqueiras, as quais eram impedidas de participar dos espaços públicos de discussão em suas comunidades, não tinham acesso a benefícios previdenciários, a saúde, a educação e informação dos Direitos, trabalhavam de forma precária e insalubre e, quando reconhecidas como mulheres da pesca, não eram tratadas em suas especificidades, impactando nos resultados produtivos e no grau de participação das mulheres nos espaços de poder, pois não lhes sobrava tempo para ir além do espaço doméstico. Sem deixar de falar das diversas violências sofridas nas relações com seus companheiros e esposos.

Segundo Maneschy, Siqueira e Álvares (p.724) essa situação tem se agravado, inclusive, nas regiões Norte e Nordeste porque:

[...] as mulheres geralmente tecem redes, beneficiam o pescado, coletam mariscos e algas e pescam nas proximidades, atividades instáveis e descontínuas. Suas comunidades enfrentam, de ordinário, concorrência na ocupação das zonas costeiras, mais acirrada onde o turismo é mais intenso, poluição e impactos de eventos climáticos amplificados devido a desmatamentos e ocupações irregulares. Em suma, o quadro geral aponta que vulnerabilidades vêm se acentuando.

Nota-se, que uma identidade se constituiu projetando a mulher da pesca a não ser pescadora, deixando-a à mercê dos direitos, das proteções, dos benefícios e dos acessos relacionados à atividade pesqueira e, como disse Melo; Lima; Stadler (s/p): “O significado do que é ser pescadora é permeado pelo significado dos sentidos do trabalho produtivo. Quem pesca? E o local onde pesca?” e, a mulher pesca, em locais tidos como extensão do quintal ou terreiro de sua casa. Essa ideia está tão imbricada no mundo da pesca, que muitas mulheres pescadoras não conseguem diferenciar as atividades produtivas das tarefas domésticas, como se ambas pertencessem a um único núcleo, situação que dificulta, inclusive, a consciência de que são detentoras de direitos e remuneração. Como disse Ana Bárbara: “muitas marisqueiras viviam às escondidas, achando que o lugar delas era só atrás do fogão, só era embalar criança, cuidar da pesca, cuidar das suas

atividades domésticas, viviam somente pra seus lares, pra dentro de casa”.

A minha historia é assim, quando eu comecei eu era assim, só vivia pra aquilo né, pra ele e pra minhas filhas, a ideia de mulher que eu tinha era assim, ser mãe e cuidar da casa, trabalhar pra ajudar ele, e no meu caso não era nem ajudar porque eu trabalhava mais que ele né. (Elialda).

É inconteste que o alijamento dessas mulheres é decorrente da falta de acesso à educação e conhecimentos, - “porque, assim para nós marisqueiras é muito difícil, assim a pessoa viver desinformada não saber dos seus direitos” (Pedrina) – condição reforçada pela perpetuação de uma cultura patriarcal que vincula os homens ao setor produtivo e certifica à mulher o papel da maternidade. Assim, elas ficam fora dos espaços de discussão do mundo pesqueiro, não são aptas a cargos diretivos nas comunidades, não lhes é concedida a possibilidade de participação nas assembleias das organizações comunitárias da pesca, não são consideradas pescadoras, pois, suas atividades têm o caráter de subsistência familiar, reforçando o valor histórico que o lugar de mulher é em casa.

Verifica-se que essas mulheres excluídas, esquecidas, abandonadas e maltratadas, padeceram por muito tempo com a dor da invisibilidade, mas muitas delas se reconheciam como pescadoras e desejaram sair dessa escuridão que as colocava em uma posição de desigualdade frente aos homens pescadores – “As marisqueiras e pescadoras viviam nas comunidades só trabalhando que não tinham outro recurso não podiam sair das comunidades por falta de condições” (Maria da Glória). Elas perceberam que poderiam ser muito mais do que simples catadoras de mariscos, sem direitos e sem dignidade.

Essa tomada de consciência se faz tão importante, porque além da busca de uma nova forma de vida ou uma nova orientação sobre “si mesmo” essas mulheres intensificam o seu papel de construtoras e mantenedoras da cultura pesqueira. E, em se tratando da pesca artesanal, elas são fundamentais na preservação dos manejos tradicionais relacionados à pesca e à extração dos mariscos, os quais são importantíssimos para preservação ambiental e para o uso sustentado dos ecossistemas naturais. Assim, compreende Jerusa Jesus Rosário (p.05)

[...] o papel feminino é de extrema importância no que se refere à manutenção da tradição, já que é ela a educadora e socializadora maior nas sociedades pesqueiras. São as mulheres que parem, cuidam, passam a maior parte do tempo com suas crianças, numa partilha contínua de ensinamentos e aprendizados em casa, no manguezal ou na canoa. Desta

maneira, as mulheres que aprenderam e continuam ensinando, dão continuidade a jeitos singulares de ser, colaborando com a preservação de uma cultura local. Uma cultura que prediz um desenvolvimento íntimo de negociação e produção com o mundo a partir da realidade produzida pelas pessoas. (ROZÁRIO, 2010, p. 05)

Por estarem tão ligadas ao ambiente que vivem e, por terem a consciência que é dele que vem as suas sobrevivências e de suas famílias, as mulheres pescadoras e marisqueiras criam um elo de apropriação do seu *habitat*, - residencial e de labor -, desenvolvendo um sentimento de pertencimento, o qual as impulsionará a ter um olhar e uma ação mais cuidadosa com o ambiente que a circunda, além de ser um caminho a promover o desenvolvimento local, porque, no dizer de MANESCHY, SIQUEIRA E ÁLVARES (p.722) quando a mulher pescadora torna-se consciente dos seus diversos papéis – econômicos, sociais e políticos – isso faz com que verticalize as discussões sobre a atividade pesqueira para o âmbito local, a fim de melhorar as condições de vida e trabalho de suas comunidades.

[...] as mulheres que ta participando elas já faz qualquer coisa para beneficiar o manguezal se a gente entra no manguezal que é o futuro nosso para tirar o nosso sustento de lá, que dependia mais era de fiscalização para não destruir mais o manguezal (Maria da Glória)

Essa ligação e o cuidado das mulheres pescadoras com o ambiente que trabalham e vivem, tornou-se notório, em algumas regiões do país, pela luta para definir como Reserva Extrativista (RESEX) determinadas faixas litorâneas que compreendiam não só o espaço dos rios, mar e mangues, como também o continente, onde a maior parte dos pescadores e pescadoras reside com suas famílias. Toda essa luta nasce da necessidade de proteção das áreas referidas, em virtude da crescente exploração imobiliária e do uso predatório dos recursos naturais, com o fim de garantir a vida e a sobrevivência no ambiente pesqueiro, como demonstram as falas de duas marisqueiras da RESEX de Canavieras – BA.

Isso ai oh ante, desde quando eu comecei a pescar desde os doze anos, então a gente mermo sem começar esses movimento, toda uma vida a gente preversou, toda uma vida a gente cuidou, a gente não cortava os manguezais, a gente não jogava lixo no rio e depois da rede para cá, com essa resex, nós procuramos cada dia mais melhorar o meio ambiente, isso lá a gente preversa agente sempre preversou (Marlene).

De primeiro agente quebrava as folhas do mangue, a gente não quebra mais nada no mangue, a gente bate no saco, a gente aprendeu e não quebra pau nenhum do mangue, a gente usa a própria vara de pescar do aratu, a gente tomou consciência que não precisava quebrar nada do mangue (Luzia).

É nesse universo de não – identificação do ser pescadora e, portanto, enclausuradas em uma condição de privação, que essas mulheres, por se reconhecerem como tal, despontam para uma nova realidade, na qual possam ter voz ativa nas reuniões comunitárias e nas associações, bem como sejam beneficiadas e tenham acesso aos direitos relacionados a sua categoria produtiva, melhorando as suas condições de trabalho e o bem-estar de suas famílias. Pois, para essas mulheres é um prazer viver da mariscagem, viver no ambiente pesqueiro e poder ser agente multiplicador das suas vivências e saberes tradicionais.

[...] sempre eu to em contato com a mariscagem, é uma coisa que eu gosto muito e me identifico também (Ana Bárbara).

A minha vida é essa aqui eu adoro e só vou desistir quando eu morrer (Maria da Glória).

Eu não posso abandonar minha cultura, meu sonho para aceitar um contrato, abandonar minhas companheiras, elas confiaram em mim (Pedrina).

3.7.1 Mobilização de Mulheres Marisqueiras e Pescadoras no Brasil: o Caminho para Visibilidade e Reconhecimento

Já há algum tempo, nós pescadoras tínhamos nossas organizações locais nas comunidades, mas era muito frágil, pois não tínhamos muitos conhecimentos dos nossos direitos. Mas mesmo assim, nos encontrávamos em nossos próprios Estados e discutíamos nossa situação tanto na pesca como na vida, no dia a dia. Através desses encontros passamos a ver que tinha muita coisa errada, que nós não podíamos estar onde estávamos sem buscar nossos direitos e nossos espaços (RODRIGUES, 2010, s/p).

Verifica-se que o quadro transitório entre a identidade dominante e a identidade que floresceu a partir da resistência, nos anos 80, impulsionou a formação de organizações de base popular, criadas e dirigidas por mulheres, em virtude da visibilidade social que essas passaram a ter com a inserção no mercado de trabalho e a sua importância no sustento familiar. “Esses esforços coletivos não resultaram apenas no desenvolvimento de organizações populares, causando impacto nas políticas e instituições, mas também no surgimento de uma nova identidade coletiva, na forma de mulheres capacitadas” (CASTELLS, 2010, p. 223).

As primeiras mobilizações de mulheres da pesca, no Brasil, remontam aos idos 1970, com o intuito de identificar a condição de trabalho da “marisqueira”. Mas,

somente, no ano de 2004 que essas mulheres conseguiram, efetivamente, um espaço para debater sobre as suas realidades, quando se reuniram na I Conferência Nacional de Pesca. Nesse encontro, perceberam que o problema de uma era a dificuldade de todas e, por esta razão, decidiram impor que suas demandas fossem inseridas no documento oficial da conferência, como resultado dos debates do movimento de mulheres. Mas, somente na 2ª Conferência da Pesca, realizada em 2006, alcançaram esse intento. (MANESCHY, SIQUEIRA E ÁLVARES, p.727).

Com esse despertar, no ano de 2006, as mulheres pescadoras e marisqueiras se reuniram em um encontro, só de mulheres, e fundaram a Articulação Nacional das Pescadoras, trazendo a emersão os problemas que afligiam as mulheres pescadoras e marisqueiras de todo o país. Nesse encontro iniciaram os trabalhos para articular propostas de mudanças legislativas, bem como a promoção de políticas públicas que atendessem às necessidades específicas do grupo, por ser notório, até então, a ausência de políticas governamentais com observância das especificidades da produção pesqueira feminina (MANESCHY, SIQUEIRA E ÁLVARES, p.728).

As principais pautas de reivindicação tinham como diretrizes: o fortalecimento da identidade da mulher pescadora, a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, a questão da saúde da mulher pescadora e de suas doenças ocupacionais, seguro social no defeso, a questão da preservação ambiental e maiores investimentos no setor da pesca feminina, dando ênfase à necessidade de reconhecimento como atividade profissional a função desempenhada pelas mulheres pescadoras (RODRIGUES, 2010, s/p).

Pode-se afirmar que a mobilização dessas mulheres repercutiu na formulação da nova Lei de Pesca – Lei 11.959 de 29 de Junho de 2009 – “a qual incorporou uma nova concepção de pesca e abriu portas para o reconhecimento pleno das mulheres como agentes produtivos”. Nessa nova orientação, a lei incluiu como atividades pesqueiras as ações que, tradicionalmente, são desempenhadas pelas mulheres como a extração de recursos pesqueiros (art. 2º) e “[...] os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca” (art. 4º parágrafo único)”. Outro avanço trazido pela lei da pesca foi definir que pescador é toda “pessoa física”, sem qualquer definição de gênero.

No entanto, essa construção legislativa está longe de produzir uma verdadeira equidade de gênero, pois, enquanto a atividade pesqueira desempenhada por mulheres não for tratada dentro de suas especificidades, estas continuarão no limbo da cadeia produtiva e sem quaisquer garantias de melhoria e beneficiamentos.

Conclui-se que, a existência da Articulação Nacional de Pescadoras foi um divisor de águas na vida das mulheres pescadoras e marisqueiras no Brasil. Primeiro, por tornar evidente que essas mulheres fazem parte de uma categoria produtiva, não sendo apenas mulheres cuidadoras ou donas de casa. Segundo, porque propiciou a inserção dessas mulheres nos espaços públicos e de poder direcionando aos interesses para a atividade da pesca feminina e, terceiro, por servir de vetor e exemplo para formação de organizações de mulheres em todo o território brasileiro.

Certifica-se, por fim, que o coletivo de mulheres pescadoras e marisqueiras tem tido um papel fundamental na luta pelo reconhecimento de suas vulnerabilidades e na conquista de seus Direitos.

4 MÉTODO E TRABALHO DE CAMPO

O presente capítulo traz o resultado do trabalho empírico e conta a história da pesquisadora com o seu objeto de pesquisa, desde a escolha do grupo pesquisado até a obtenção dos dados para responder aos seus objetivos.

4.1 A DESCOBERTA DAS MULHERES DO MANGUE

Era outubro de 2012, primeiro dia de aula no mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social do CIAGS/UFBA, a pesquisadora se depara com a primeira angústia de uma mestranda iniciante e se questiona: “Será que o meu projeto e o meu objeto de pesquisa está adequado”? Esta angústia foi dissipada gradativamente. Primeiro, ela decidiu sobre o objeto da pesquisa para depois delinear os referenciais teóricos do seu trabalho a partir das disciplinas estudadas.

A pesquisadora já tinha decidido trabalhar com gênero, mas precisava encontrar um grupo de mulheres que tivesse uma história de luta e conquistas de direitos. Nessa busca, os pesquisadores do Serviço de atendimento a mulher – Ser Mulher da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC apresentou a ela as mulheres marisqueiras e pescadoras da RESEX de Canavieiras. Na oportunidade, a subscritora deste trabalho foi convidada para visitar a RESEX de Canavieiras com o fim de conhecer a comunidade pesqueira e, também, ouvir as histórias das mulheres do mangue daquela reserva extrativista.

Esta viagem foi crucial para que a pesquisadora decidisse e se encantasse pela vida daquelas mulheres e pelo engajamento coletivo que elas possuíam. A visita foi o início de uma história de amor, contentamento e conhecimento sobre a vida das comunidades pesqueiras e extrativistas.

Figura 1 – Primeira visita a Resex de Canavieiras – Comunidade de Campinho



Fonte: Arquivo pessoal

Vale ressaltar, se não fosse por meio do grupo da UESC, a pesquisadora, jamais, teria conseguido acesso as mulheres marisqueiras, pois, o trabalho de pesquisa desenvolvido pelo “Ser Mulher” já tinha garantido uma relação de confiança e credibilidade da comunidade com os pesquisadores daquela Universidade, o que facilitou o acesso da autora, desse trabalho, as mulheres marisqueiras e suas histórias.

Mesmo com essa vinculação ao grupo da UESC, a pesquisadora precisou se engajar em diversos eventos e trabalhos desenvolvidos pelas marisqueiras para iniciar a sua investigação, pois, conforme relatos, elas estavam cansadas de pesquisadores que penetravam em suas vidas e, após terminarem seus trabalhos iam embora e não retornavam a comunidade para fazer a devolutiva de suas pesquisas.

Foi em um desses eventos que a pesquisadora conheceu a história e o funcionamento da Rede de Mulheres e Pescadoras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia e a partir daí delineou os primeiros passos da sua pesquisa.

A autora desta pesquisa ficou imersa na atividade empírica, por dois anos, e por meio dela visitou as comunidades da Resex de Canavieiras, participou de encontros da Rede de Mulheres, vivenciou o trabalho de mariscagem, foi embalada pelas histórias de amor e apego ao trabalho no mangue, bem como ouviu relatos de luta por melhores condições de vida.

Figuras 2 – Visita ao Mangue de Barra Velha e Evento da Rede de Mulheres



Fonte: Arquivo pessoal

Vale salientar, que o está presente no dia a dia das mulheres marisqueiras facilitou a compreensão da pesquisadora na análise dos dados, pois o que era dito pelas entrevistadas, em diversos momentos, foi visto e sentido pela investigadora.

As histórias demonstram a superação dessas mulheres por meio da união, a partir da formação de um coletivo de interesses e do engajamento nas questões sociopolíticas de suas comunidades. Muitas dessas mulheres, depois da Rede, despontaram como lideranças associativas e se enxergaram como pessoa dotada de direitos e garantias. E, sem dúvida, essas mulheres depois da Rede perceberam serem agentes de transformação social.

A pesquisadora depois de conhecer: as comunidades da RESEX, a Rede de Mulheres e conversar com as marisqueiras iniciou o processo de obtenção de dados, por meio de um questionário semi-estruturado, através do qual extraiu das pesquisadas os resultados capazes de responder os seus objetivos. Vale ressaltar

que toda investigação foi realizada em conjunto com um pesquisador da UESC. Posteriormente, os dados das entrevistas foram transcritos pelos estagiários do Ser-Mulher e disponibilizados aos pesquisadores para análise e aplicação.

Figuras 3 - Entrevista com Marisqueiras



Fonte: Arquivo pessoal

A pesquisadora para construir seu plano de intervenção utilizou, também, os dados obtidos através de um grupo focal realizado em conjunto com colegas do mestrado, no qual participaram marisqueiras consideradas lideranças em suas comunidades.

Figura 4 – Oficina “Pensando Indústrias Criativas” na sede da Amex



Fonte: arquivo pessoal

Toda a metodologia do trabalho de pesquisa foi construída através das histórias contadas e vivenciadas, as quais deram a tônica da construção da presente dissertação.

4.2 A REDE DE MULHERES MARISQUEIRAS E PESCADORAS DE COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO SUL DA BAHIA

A força da Rede é de querer a mudança é por causa do coletivo, se não fosse pelo coletivo nada estaria acontecendo, se fosse um dois, nada estaria acontecendo (Pedrina).

Acompanhando a onda de engajamento sociopolítico das mulheres pescadoras e marisqueiras iniciada pela fundação da Articulação de Mulheres Pescadoras foi constituído, no ano de 2009, a Rede de Mulheres marisqueiras e pescadoras de comunidades extrativistas do Sul da Bahia, que surge em conjunto com a implantação da RESEX de Canavieiras.

O abalo da lavoura cacaueteira, nos anos de 1980, ocasionado pela praga da vassoura de Bruxa, provocou uma grave crise econômica no Sul da Bahia, gerando o empobrecimento das cidades e de suas populações. Essa conjuntura desencadeou uma onda migratória por toda a região, inclusive, para a zona litorânea e de manguezais, potencializando, nessas localidades, novos arranjos sociais, econômicos e territoriais. Uma das áreas atingidas por essa nova realidade cultural foi a cidade de Canavieiras e o seu ecossistema local. (Relatório ONU-MULHERES).

A região de Canavieiras, além do turismo, também concentrou sua atividade econômica, na pesca artesanal, possibilitada pela existência de grande área marítima e de manguezal, espaço laborativo, de sobrevivência e identitário para sua população. No entanto, esse território estava sendo ameaçado pela pesca predatória, pela carcinicultura e pela especulação imobiliária, o que acarretaria um impacto negativo para a população do mar e do mangue em virtude das consequências nefastas ao meio ambiente, tais como: a privatização das terras e das águas e o desmatamento das florestas de mangues, seguidos da contaminação desses ambientes pelo uso de venenos e depósitos de rejeitos tóxicos.

[...] porque antigamente o caranguejo a gente nem entrava dentro do manguezal, na berada mesmo quando tava andando a gente pegava lá em

cima. E não é o pessoal daqui, porque o pessoal daqui não vive do caranguejo é o pessoal de fora que destrói tudo aqui (Maria da Glória).

Quando a gente pensa que não, três ou quatro homens entraram nesse brejo e começaram a desmatar e fizeram num sei quantas varedas daqui até lá na beira da mata [...] os gringos para fazer a empresa de camarão (idem).

Assim, na tentativa de coibir as ações de degradação das terras, águas e mangues, as comunidades organizadas de Canavieiras lutaram e conquistaram a Reserva Extrativista no ano de 2006. Não foi uma conquista fácil e, até hoje, mesmo com a reserva, os nativos estão sofrendo com a pesca predatória e com pessoas que não aceitam e tentam destruir a RESEX.

Eu to desde o princípio da reunião da RESEX que aconteceu em barra velha desde o princípio e to até hoje. Foi muito difícil quando a gente vinha para a reunião da RESEX era um quebra, quebra eu mesmo quase que desisto e se a turma não ia sair eu não sai. Uma vez fomos em uma reunião em atalaia e o povo batia nas portas, não foi fácil essa RESEX não viu (Iraíldes).

Eles não gosta da gente e da reserva por causa disso porque a reserva veio pra proteger o nosso meio ambiente e os pescadores né, porque você vai conservar pra toda a vida, porque se você não conservar vai faltar (Maria da Glória).

O principal motivo que eles alegam ser contra a RESEX porque com a RESEX não se pode fazer nada, com a RESEX não se pode vender terra que é o que mais eles falam lá na comunidade (Ana Bárbara).

Figuras 5 – Resex de Canavieiras – Comunidade de Campinho



Fonte: arquivo pessoal

É importante colocar que essa situação de adesão e rejeição da RESEX terá um reflexo na formação da Rede, porque “quem participa da Rede é a favor da

RESEX, e quem não participa é contra” (Ana Bárbara). A Rede atende aos objetivos sociais das reservas extrativistas, tendo, no caso em apreço, como meta, a proteção e empoderamento das mulheres marisqueiras e pescadoras.

Por essa missão sócioambiental da RESEX que, a partir da luta pela sua implantação, atraiu a participação das mulheres marisqueiras para suas reuniões, que segundo (Edna) coordenadora da Rede, foi o estopim para a formação da Rede. Nessas reuniões as marisqueiras mais antigas – Dona Maria da Glória, Dona Maria do Camarão, Dona Iraíldes, Dona Marlene, Zenilda, Pedrina, Maria Célia, Maria Neri – apesar de não opinarem e nem decidirem sobre as questões da RESEX perceberam a necessidade de se organizarem para, também, reivindicar melhorias para sua atividade produtiva, visto não possuírem um espaço de participação efetivo nas reuniões de suas colônias, pois, quem decidia eram os homens, os quais nem sempre versavam suas decisões em prol das mulheres.

Nesse mesmo período, foi criada a Associação Mãe da RESEX de Canavieiras (AMEX). Segundo o Sr. Ernesto, ex- presidente da Amex, a instituição é uma espécie de “organização guarda-chuva” que contempla todas as outras organizações da RESEX sem retirar a autonomia das mesmas, “[...] costume dizer que é uma socioarticuladora política da RESEX na busca de melhorias e direitos.” Para Ernesto (2012), o território da RESEX é constituído por muitas comunidades “invisíveis” que ao longo do trabalho de integração da AMEX foi se tornando visível e se fortalecendo, como exemplo: as mulheres da pesca.

Assim, por essa missão de integração e interlocução das comunidades de pescadores que a AMEX aderiu a causa das mulheres marisqueiras e pescadoras, apoiando-as no processo de formação da Rede. Vale salientar que o apoio da Amex foi fundamental para o nascimento da Rede e continua sendo um importante suporte para sua manutenção.

A ideia de constituição da Rede surgiu de uma consultora da AMEX, - Jaqueline Sicupira Rodrigues -, que ao vivenciar a realidade da comunidade, aconselhou as mulheres a implantar a Rede com o fim de capacitá-las para compreenderem a causa das mulheres marisqueiras e pescadoras e, com isso, garantir para esse segmento as políticas públicas da categoria e as relativas à equidade de gênero. Como comprova o depoimento de duas marisqueiras que

participaram do processo de formação.

Jaqueline uma mineira começou a trabalhar aqui nas comunidades pela RESEX ai ela preocupou com aquela mulherada sem conhecimento de nada. A ela escreveu um projeto. E ai quando ela escreveu o projeto ela veio e me avisou. Ai ela disse eu escrevi um projeto e vamo vê, se for aceito, ai a senhora vai contar conosco? Em primeiro lugar eu vou continuar com vc e com as lideranças das comunidades. (Maria da Glória)

Jaqueline fez um levantamento e ela achava que ia fazer um movimento de mulheres que ia formar uma rede de mulheres. Depois foi que veio um povo de Brasília, um povo fora, foi ai que fui me entregar mermo, me envolver mermo. As mulheres que vieram de fora, que vieram fazer a palestra, ai trouxeram um nilon mole e mandou a gente pegar. Dona Maria da glória no começo da ponta e ai foi tecer, vamos tecer a rede, o que nois bota, passando de um a outro e ali foi formando a rede. (Maria da Conceição)

Os primeiros passos para implantação da Rede foi visitar as mulheres das prováveis comunidades que fariam parte da organização, objetivando diagnosticar o local visitado, apresentar o projeto e identificar as mulheres lideres para futuras ações. Vale ressaltar, que apesar da Rede ter se constituído no território da RESEX ela também absorveu mulheres marisqueiras e pescadoras dos municípios de Ilhéus, Itacaré e Santa Cruz de Cabrália.

De acordo com o relatório encaminhado pela rede à ONU Mulheres/UNIFEM, “as visitas foram desafiadoras e exigiu atenção especial”, porque muitas dessas mulheres estavam desacreditadas e não possuíam motivação nenhuma para participar de um coletivo de mulheres. Para a marisqueira (Ana Bárbara), a ausência de motivação era decorrente da falta de incentivo, por falta de conhecimento e porque, elas, não tinham voz nas reuniões de suas colônias. Para marisqueira (Edna) elas “estavam muito desacreditadas porque existiam outros projetos que não deram certo e, que as meninas acabaram se afastando”.

[...] porque quando chegava em cada comunidade que falava assim sobre a rede de mulher como eu falei na colônia ai... isso não vai pra frente não, isso não vai resolver nada não. Porque a gente já fizemos tantas coisas pela colônia e não foi aceito... Ai vamos ver. (Maria da Glória)

Tinha, elas falavam assim, que o pessoal queria reunir, mas nada acontecia, essas coisas assim e que nas comunidades, por exemplo a minha comunidade mesmo, ah que nunca melhora, essas coisa (Elialda)

O trabalho de campo foi realizado entre o período de 11 de março a 01 de abril de 2010. O ciclo de visitas iniciou em Belmonte no dia 11.03.2010, seguindo de Santa Cruz de Cabrália em 12.03.2010, no dia 19.03.2010 em Una e a comunidade de Pedras de Una, no dia 23.03.2010 em Ilhéus, no dia 25.03.2010 em

Itacaré e no dia 01 de abril de 2010 em Canavieiras com as representantes das comunidades: Atalaia, Barra Velha, Campinhos, Puxim da Praia, Puxim do Sul, Oiticica e sede Municipal. Nessas reuniões foram nomeadas as lideranças de cada localidade, foram marcados encontros de capacitação, bem como foi explicitado os pontos nevrálgicos da vida das marisqueiras e pescadoras, os quais seriam norteadores das reivindicações e das ações a serem implementadas pela rede (relatório ONU-MULHERES).

Nesses encontros, foi constatado que: em sua grande maioria as marisqueiras e pescadoras desconheciam os direitos assegurados a essa classe; muitas se queixaram de doenças ocupacionais como: reumatismo, LER (Lesão por Esforço Repetitivo), problemas respiratórios e outras; que faltavam condições de higiene para processarem o pescado, que necessitavam de apoio financeiro, que existia uma grave devastação ambiental nos locais de extração e pesca, que a grande maioria das mulheres tinham outras alternativas de renda, atividade secundária, quando o pescado não poderia ser capturado. E alertaram, ainda, para o difícil acesso às comunidades e para a falta de meios rápidos de comunicação (relatório ONU-MULHERES).

Uma coisa que nois nunca teve, hoje em dia nois tamo tendo uma Peterapeuta que ta fazendo todo o tipo de exercício, ginástica, de exame que agente nunca fizemos e, hoje, através da rede mulheres nois conseguimos (Marlene).

Nois somos pescador, agente trabalha no mangue, a gente não sabe como é que é a nossa saúde, por fora você vê que ta tudo bom ta tudo cor de rosa, mas por dentro você não sabe como é que ta, a rede trouxe um médico, na outra reunião trouxe uma médica pra fazer exercício com a gente, pra fazer terapia com a gente. (Maria da Conceição).

Figura 6 – Ginástica Laboral com Fisioterapeuta



Fonte: Arquivo Pessoal

As mulheres demonstraram, ainda, baixa autoestima e sentimento de desvalorização do seu papel na sociedade, relatando o preconceito do INSS com o segmento de mulheres da pesca, por entenderem “que não existe este tipo de trabalho para mulher”, - relato das participantes – e, foram enfáticas nas condições precárias da atividade pesqueira por escassez de recursos, como a ausência de energia elétrica em algumas comunidades (relatório ONU-MULHERES).

A balça ali a dificuldade, a energia, você já pensou quanto gelo já gastamos aqui para conservar esse pescado... (Maria da Glória)

O segundo momento foi a reunião das lideranças de cada Município que aconteceu no dia 17 de abril de 2010, envolvendo a participação de 22 lideranças eleitas pelas comunidades para a formação da comissão de lideranças dos municípios e definição das diretrizes do primeiro encontro regional. Nessa reunião foi abordada a importância da inserção das mulheres nas políticas públicas e na gestão participativa em cada comunidade, as quais foram motivadas pelo representante da AMEX a se inserirem no comando de suas colônias e associações (relatório ONU-MULHERES). Segundo depoimento das entrevistadas, hoje, após a rede, algumas marisqueiras estão a frente das associações de pescadores.

E hoje já sou até presidente [da Associação de pescadores e pescadoras de Oiticia...] (Iraíldes).

O primeiro encontro foi realizado nos dias 25 e 26 de junho de 2010, com apoio institucional da AMEX e da UNIFEM. Nesse encontro, pôde-se constatar: a capacidade de articulação das mulheres-lideranças em cada comunidade; a necessidade de ações de integração para a aproximação dessas mulheres na busca dos mesmos ideais e anseios, o desconhecimento dos seus direitos e a quem recorrer e o distanciamento das instituições de fomento e do Estado na divulgação e capacitação para participar de editais. Várias mulheres lembraram que o Ministério da Pesca está distante da realidade da pesca artesanal, principalmente, nas questões enfrentadas pelas marisqueiras, decorrentes da desvalorização da sua profissão (relatório ONU-MULHERES).

Também, nesse encontro, foi dito sobre a abrangência do desempenho coletivo das mulheres na busca de soluções entre as comunidades extrativistas, haja vista o histórico de luta pautado na coragem das iniciantes que acreditaram em um equilíbrio nas relações de gênero no ambiente pesqueiro. Essa constatação se reverbera na autoestima dessas mulheres e na tomada de consciência de sua importância nas mudanças efetivas e positivas provenientes dessa unidade (relatório ONU-MULHERES).

A gente reunido os grupo a gente tem como discutir o melhor, a gente faz uma parte pra nois e ajuda as outras também, como falei pra vocês que tem diferença de comunidade pra comunidade. Porque como supor eu não posso pedir uma creche porque aqui não tem criança, já tem outras comunidades, como Campinhos, Pedra de Una, Oiticica, ela tem como ter uma creche para as mãe ir pescar e as crianças ter onde ficar e as crianças ter algumas coisa para as crianças se ocupar, fazer alguma coisa, sair do colégio e ter onde ficar...(Maria da Glória)

Como finalização do 1º encontro, as lideranças se reuniram no dia 24 de julho de 2010 para avaliar os resultados do evento, chegando à conclusão que a rede e suas ações clarearam o caminho para transformar a realidade de cada mulher marisqueira e pescadora que, até então, estavam desarticuladas e desatreladas da realidade, estavam sem ação e perspectivas de mudanças e agora despertaram para novas práticas individuais e coletivas (relatório ONU-MULHERES).

Eu amadureci de tal ponto, que qualquer dificuldade que eu tiver, tanto no lado pessoal, eu sei correr atrás e se eu tiver que viajar de entrar em qualquer lugar, eu sei entrar, sei sair, sei procurar informação e eu agradeço tudo isso ao movimento, a Rede e depois a AMEX (Ana Bárbara).

A existência da Rede criou espaços de manifestação do exercício da cidadania, trazendo soluções para mudanças na qualidade de vida das pescadoras e de suas comunidades, interferindo de maneira integral e positiva, na valorização da mulher pescadora, dando-lhe visibilidade no meio que vive e suscitando a necessidade de estarem unidas para enfrentamento das problemáticas advindas da profissão (relatório ONU-MULHERES).

Eu não to fazendo nada de errado eu to lutando pra uma melhora pra mim pra os meus pessoal se é pescador igual a mim eu to lutando se eu precisar de defender um pescador eu vou a luta e a rede me deu força e ousadia.
(Maria da Conceição)

Depois da rede de mulheres meu conhecimento se ampliou e hoje eu corro atrás dos meus direitos, e dos direitos das outras também. (Pedrina)

Posteriormente, a Rede, com o apoio da ONU mulheres, conseguiu dar continuidade ao projeto inicial e, no ano de 2011, iniciou a articulação para o 2º encontro. Nessa primeira fase, a Rede reuniu lideranças dos municípios participantes com o objetivo de ouvi-las e dar continuidade aos trabalhos de instrução e capacitação, para multiplicação dos saberes em suas comunidades.

O II Encontro da Rede de Mulheres foi realizado nos dias 24 e 25 de março de 2012, em Canavieiras, no Auditório do Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães, com a presença de quase 400 mulheres do Sul, do Extremo Sul e do Baixo Sul da Bahia, as quais foram beneficiadas com palestras sobre violência contra a mulher, inclusão produtiva, Direitos humanos e Direito das Mulheres, economia doméstica e melhoria de renda e saúde da mulher (relatório ONU-MULHERES).

A gente começou, parece, com duzentas e poucas, cento e poucas mulheres e com a derradeira reunião que a gente teve, teve quase 300 mulheres, pra mim a gente teve, evoluiu né, deu um salto, a rede trouxe mais conhecimento pra gente, e os benefícios que tá vindo ai né (Maria da Conceição).

Cada comunidade teve a oportunidade de expor quais as principais necessidades e anseios das mulheres integrantes da Rede, podendo citar os seguintes: maior participação das mulheres nas reuniões, mobilização das mulheres para ocupação de cargos de liderança e para a participação em projetos e eventos, adquirir condições para emissão de documentos de pesca e o recebimento de benefícios, articular e promover atividades para geração de renda, adquirir embarcações, ampliar as parcerias institucionais, capacitação para elaboração de

projetos, capacitação dos direitos das mulheres para homens, conhecer mais pessoas de outros lugares com os mesmos objetivos, trazer mais mulheres para Rede e participar de outros encontros, criar um espaço para confecção de artesanato (cangas, crochê, chapéus e etc.), escrever um livro de receitas das iguarias da região, agregar valor aos produtos comercializados pelas marisqueiras e pescadoras, construir um centro de beneficiamento para os produtos da mariscagem e da pesca, reduzir o tempo de contribuição para aposentadoria das marisqueiras (relatório ONU-MULHERES).

No encontro de avaliação, as mulheres expuseram quais os direitos adquiridos após implantação e atuação da Rede, podendo citar: auxílio maternidade, auxílio doença e seguro defeso.

As meninas batem assim, muito obrigada, porque hoje eu sou operada, mas recebi minha licença maternidade, lá em Belmonte nem se falava, nem eu sabia que tinha licença maternidade de marisqueira, achava que não precisava receber tanto que eu não recebi (Pedrina).

As lideranças, também, relataram que, apesar de todas as dificuldades, principalmente financeira, a Rede de Mulheres está cada dia mais fortalecida e, as lideranças das comunidades estão mais capacitadas e atuantes, as quais se revelaram verdadeiras multiplicadoras de conhecimento e um exemplo a ser seguido pelas outras mulheres da Rede. É evidente que as lideranças, estando instruídas, tendem a enfatizar e fortalecer a importância da união e da participação coletiva (relatório ONU-MULHERES).

La na minha comunidade mermo eu já comecei a alertar as mulheres, porque eu não quero que elas passe pelo o que eu passei (Elialda).

Nas nossas reuniões eu falo sempre delas estudarem, incentivar para elas estudarem, para poder procurar mais conhecimento (Pedrina).

Eu faço parte de uma liderança e não adianta eu vim ouvir a verdade vê a verdade e não tirar do papel (Elionete).

[...] quando eu vi que a gente juntas, que a gente unidas poderia ir bem além, foi isso que fez eu despertar pra poder correr atrás, e as mulheres de lá são assim, eu tento inspirar pra elas isso (Ana Bárbara)

E as vezes quando eu vou lá pra fora, pra Brasília, eu falo da rede, eu convindo pessoa a ser mais um peixe pra entrar na nossa rede. Quando a gente tava lá em Brasília, ai teve um deputado que a gente disse, agente convidou ele pra entrar na rede e ele aceitou. (Maria da Conceição)

Desde então, a Rede além de promover novos encontros de capacitação e

orientação para as marisqueiras e pescadoras, ampliou seu grau de participação nos eventos regionais e nacionais relacionados ao interesse da categoria, e, hoje, tem uma representante do grupo na ONU-MULHERES.

Por conta dessa expansão e inserção, a Rede tem atraído novos parceiros como a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC e, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia - SPM, o Centro Público de Economia Solidária – CESOL, bem como tem sensibilizado algumas prefeituras locais para apoiar as suas ações.

Ai a gente começamos com aquela malha fininha... ia, catando, catando... os pequenos. E agora quem ta no meio de nós são os grandes e muita gente tá fazendo esforço de participar e procurar os projetos também...(Maria da Glória)

Tem ai o CESOL ai que ela ta fazendo ai uma reunião lá com agente que ela é da economia solidária o mesmo trabalho que Aniram fez com a gente, onde a gente escoar os nossos produtos. (Maria da Conceição)

[...] até nesse evento que teve na secretaria de educação, falando de colaboração do município, o prefeito falou ao público que era parceiro e que ia passar a ser colaborador da rede, então precisamos até se articular, as mulheradas pra poder ir lá na prefeitura” (Ana Bárbara)

Recentemente, em virtude dessas parcerias, as marisqueiras tiveram curso de informática para iniciantes, realizado na UESC, e, algumas delas, foram beneficiadas com o kit mariscagem doado pela SPM em parceria com a Bahia Pesca que, segundo dona Maria: “essa roupa foi ideal e ai depois que estava aposentada é que me apareceu essa roupa, eu não ia pescar mais, mas agora vou voltar”.

Através da rede a gente pegou a Bahia pesca e ganhou um kit marisqueira, assim não é o kit de marisqueira é o de pescadora. Aquele é kit de pescador, pra pescaria pra marisqueira pescar, trabalhar, é calça, é bota, é luva, capote e o chapéu. (Maria da Conceição)

Figura 7 – Entrega de Kits de Pesca e Mariscagem



Fonte: Arquivo Pessoal

Vale ressaltar que, muitos dos benefícios obtidos através da Rede, atingiram também os homens, como o projeto de frutífera e dos conjuntos habitacionais “e hoje temos benefícios, como o conjunto habitacional, que nós levamos para lá, a Rede levou. E isso não reflete só na vida das meninas da Rede, nos homens e nas pessoas que estão de fora” (Edna). E, com o apoio da ONU – Mulheres, a Rede editou uma cartilha contando a sua história, seus objetivos, desafios e, ainda, elencou um rol de direitos e deveres para mulheres marisqueiras e pescadoras.

As transformações geradas pelas intervenções da Rede têm atraído o interesse de mulheres de outros segmentos e cadeias produtivas, principalmente, as mulheres da agricultura, assim como, “outros grupos de mulheres que estão nos procurando como mulheres artesãs” (Edna).

Já tem muita gente das outras cidades que já tão querendo se entrosar e fazer uma rede de mulher. Em Brasília como representamos a rede de mulher com a faixa ai muita gente se interessou. Tudo misturado, aqui tem marisqueiras e agricultura. Que as mulheres da região estão procurando

saber, pra saber se temos recursos, mas tem muitas coisas que agente não pode falar (Maria da Glória).

Esse trabalho nosso na rede ela abrange não só as pescadoras como as agricultora, elas se quer participar da rede a rede ta de braços abertos, ela seje ela pescadora, marisqueiras, agricultoras, elas tem o interesse na nossa rede, ela não só tem pescadora, tem índio, tem agricultora. Teve duas vizinhas minhas que disse assim como é que fazia para ela fazer parte da rede (Maria da Conceição).

Pela trajetória apresentada a Rede fez o sol brilhar na vida das marisqueiras e pescadoras do Sul da Bahia que mudaram sua compreensão do mundo e de suas vidas.

A rede modificou tudo em minha vida eu tomava uma série de remédios, a primeira coisa que fiz foi abandonar esses remédios, ai com as experiências de outras, ouvindo a palestra de vocês. Isso me ajudou muito (Pedrina).

A rede melhorou em crescimento, em renda, porque a gente cada dia que passa vai aprendendo mais, a gente vai adquirindo mais [...] (Marlene).

Eu vejo outras mulheres como da minha própria comunidade: Maria da Glória, Marina, de vê assim que elas se instruíram muito, se evoluíram muito porque, apesar das dificuldades, mas nós temos aqueles momentos através da Rede de incentivo, de diversão que isso muda muito a vida das mulheres, né... então eu creio que as mudanças pra minhas companheiras, pras pessoas foram igual a minha porque todo mundo ta mais incentivadas e felizes. [...] que eu nunca vi na minha vida inteira; minha tia Maria da Gloria e minha sogra Maria, dançarem, brincarem, eu nunca vi elas, chegar assim em público, no meio de gente brincar e dançar (Ana Bárbara).

Muitas dessas mulheres não conseguiam falar uma palavra em público e, através da Rede e suas ações, hoje, estão inseridas nas associações, opinando, decidindo e reivindicando.

E tem aquela questão também da gente querer se abrir falar e ainda tem aquelas pessoas que ainda ta desmotivada, cabisbaixa, e da vontade da gente pegar da uma sacudida, eu to falando, eu to feliz! (Elialda).

[...] ela (Elionete) não falava nada, ficava ali guardando, assim mesmo tem outras lá que tinha suas coisas e ficava guardando ai ficava reunião só eu e outra falando e depois que ela começou a participar da rede, não, e tantas e tantas outras (Pedrina).

[...] eu não tinha assim coragem de falar com outras pessoas, de me expressar minha ideia, eu nunca me via de estar em uma reunião e eu ouvi uma pessoa falar sua ideia, sua sugestão e eu ir lá e rebater e falar não, eu não concordo com o que você ta falando, eu acho que é assim e tal, tanto que Outro dia mesmo eu tava em uma reunião e nessa reunião de repente, quando eu me vi, eu tava falando um monte de coisa assim de incentivo pra o pessoal, pra as mulheres, incentivando, dizendo que as dificuldades que agente passou hoje, a gente tem que olhar e agradecer porque aquelas dificuldades que a gente passou serviu tudo de aprendizado pra gente (Ana Bárbara).

Muito conhecimento, mais força, de ter coragem de chegar em qualquer

repartição... falar né, porque tivemos mais apoio né. (Maria da Glória)

Pode-se afirmar, com veemência, que o despertar das marisqueiras e pescadoras foi provocado pelo conhecimento adquirido após adesão à Rede de mulheres, ratificando a ideia de que a educação é um dos fatores primordiais para se obter ganho de poder. Conclusão que se confirma com os seguintes depoimentos:

Depois que passamos a conhecer nossos direitos adquirimos o respeito e a admiração da nossa comunidade e hoje ajudamos a decidir o que deve ser feito aqui e ainda ajudamos a solucionar problemas (Célia – RELATÓRIO ONU-Mulheres).

Depois da rede de mulheres as mulheres não querem ficar mais calada sabem dos seus direitos. Depois da rede as marisqueiras de Belmonte não é a mesma (Pedrina).

Eu depois da rede eu aprendi mais, porque não conhecia, sei mais alguma coisa. (Iraildes).

O que mudou mesmo foi conhecimento. Eu não sabia de nada que eu sei hoje. Eu entendo que foi para todas as pessoas (Luzia).

Bom meu amigo mudou... Antes da rede eu não tinha o conhecimento que tenho hoje. Eu não conhecia ninguém eu não saía eu não tinha o conhecimento que tenho hoje. Eu já fui em Brasília, já fui aqui na UESC. Mudou minha visão de vê as coisas. Eu antes da rede eu não ligava pra nada. Hoje eu viajo eu participo de reunião. Eu pra mim é uma mudança (Maria da Conceição)

A Rede está fomentando a felicidade, a socialização, a iluminação, o otimismo e o senso de unidade e coletividade que somados promovem bem-estar e vontade de seguir adiante.

Eu estou muito feliz com a Rede e tenho vontade de espalhar para todo mundo. Eu estava anestesiada no tempo e depois da rede eu tomei uma injeção de ânimo e o que eu puder fazer pela rede nas comunidades eu vou fazer. Hoje meu casamento é com a rede. Minha luta é com a rede” (Elialda).

4.2.1 Dificuldades na Implantação da Rede e Desafios Futuros

Sem sombra de dúvida, a Rede de Mulheres surge gerando impactos nas estruturas sociais das comunidades a que está vinculada, principalmente, porque as suas intervenções têm propiciado mudanças circunstanciais na vida das mulheres que a compõem. É notório que todo processo de mudança ou de transição gere resistência ou se depare com dificuldades para se estabelecer, assim foi e tem sido

a história de nascimento e manutenção da Rede.

Segundo as lideranças entrevistadas as principais dificuldades encontradas foram: o atrelamento da rede com a RESEX, desmotivação e descrença das mulheres, a questão financeira, a distância entre as comunidades que impacta nos processos de comunicação e a dominação masculina. A desmotivação, inclusive, foi um dos motivos que ensejaram a própria criação da Rede como expõe (Ana Bárbara):

[...] percebemos a desmotivação das mulheres, as mulheres não tinha esse momento e nenhum incentivo, nem vontade de participar de reuniões, de eventos e tal, então percebendo que as mulheres estavam desmotivadas, desatualizadas até de várias coisas, foi criada a rede.

Nas caminhadas de mobilização as lideranças se depararam com inúmeras rejeições a Rede, decorrentes de sua ligação direta com a RESEX, que, de certa forma, estabeleceu um perfil das mulheres que vieram a aderir a proposta da Rede, ou seja, quem era a favor da RESEX participava da Rede e quem não era a favor da RESEX expurgou a Rede e não aceitou a sua proposta de adesão, como afirma (Ana Bárbara):

[...] a primeira dificuldade assim que nós tivemos foi devido a criação da RESEX, tem gente que tem aquele impacto, né, que é contra a RESEX e tal, então quando agente chegava nas casas convidando, mandando outra companheira convidar, a vizinha, a prima, enfim, elas diziam: ah, não vou, não quero isso tem a ver com a RESEX, eu sou contra a RESEX, eu não quero nem saber falar nisso, não quero nem ouvir, tal [...].

Abre-se um parêntese para dizer que a Rede se faz presente nos processos políticos locais, inclusive, de enfrentamento de forças políticas e econômicas contra a RESEX e seus impactos paralisantes das investidas imobiliárias e exploratórias. Resta uma observação da importância da Rede no desenvolvimento local e na participação dessas mulheres no decidir o que é melhor para elas e para suas famílias e isso se fez por meio de informação e demonstração da preservação do seu estilo de vida e das suas riquezas naturais. Infelizmente, muitas dessas mulheres não conseguiram alcançar esse entendimento por serem influenciadas por seus homens que tinham envolvimento ou interesse nas ações invasoras.

Todavia, a desmotivação das mulheres não existia, apenas, em virtude da existência da RESEX, fatores como descrença nas propostas e possíveis resultados da Rede e condições financeiras, sendo elas, relacionadas a benefícios ou a

dificuldades, também, foram barreiras na adesão das mulheres à Rede em formação, as quais se mantêm como o “calcanhar de Aquiles” nos intentos desta.

De inicio foi um pouco difícil sim, porque as mulheres não acreditavam, elas estavam desacreditadas, achando que aquilo era coisa pra poder ficar iludida e que aquilo não ia dar fruto nenhum, não ia ter resultado nenhum (Ana Bárbara).

A maior dificuldade é a maioria do ser humano, que munchas vezes não procura entender, compreender, então elas medem distância, acha que nada vai dar certo. São as próprias mulheres. Ai eu não vou porque não vai dar certo, ai isso eu não vou porque isso não vai ter renda. Ai munchas não querem participar. Tem mulheres da comunidade que não participam porque não querem. O que elas falam diz elas que é uma coisa chata, que não vai ter renda, que é só palestra, que elas não querem (Marlene).

[...] porque teve muita peleja das mulheres se unir, porque elas achava difícil até hoje elas acha difícil para vir é um sapeco pra vir, quando eu convido para vir para reunião umas diz que vai outras diz que não vai. Eu acho que a dificuldade é o dinheiro, eles não vão dá dinheiro eu vou gastar do meu, e eu fico tapiando, vumbora é bom pra gente vocês ficam conhecidos, vocês saem, quando tem reunião assim pra fora eu convido, quando dá a passagem é mais fácil mas tem quem não quer (Iraildes).

[...] mas tem pessoa que não quer aprender quer, as vezes outra coisa independente de conhecimento de conhecer outras pessoas de aprender, quer benefícios, ai tira um dia hoje de trabalho e ai não vai ganhar nada, porque não vai ter renda nesse dia e ai muitas não querem deixar o trabalho, para ir para uma reunião para ouvir, ai acham que é difícil tirar um dia para deixar e correr atrás (Luzia).

A dificuldade também é essa, uns vai, não vai. Porque o povo eles querem vê coisa, se vc ta dando... é nesse instante que você vê um canto cheio. As pessoas diz há eu vou lá... Só vou escutar blá, blá, blá.(Maria da Conceição)

Contudo, todas elas disseram que ainda encontram resistências, mas que diante dos resultados e das mudanças visíveis na vida das participantes, muitas mulheres que, antes, rejeitavam a Rede já estão se interessando em aderir e, quando, são convidadas para participar das reuniões ficam tão encantadas que pedem “bis”.

[...] mas aí depois, elas começou ir uma levando a outra, levando a outra, falando. Ah, gostei, teve uma dinâmica boa, eu gostei, não sei o quê e tal então foi fluindo devagarinho. Mas já tem gente com interesse em participar da Rede, conheço pessoas que já, até já me procuraram (Ana Bárbara).

Agora que tão vendo resultado muitas estão dizendo que vai participar, elas estão vendo que a associação cresceu que tem um freezer pra lá (Luzia).

Já, eu cheguei a ouvir, elas dizendo, tavendo eu não queria sair de casa, agora sair e to gostando, quero participar mais (Elialda).

As entrevistadas disseram que a distância entre as comunidades e a concentração das atividades da Rede na cidade de Canavieiras, também, tem sido

um fator de desmotivação das marisqueiras, o que pode acarretar no esvaziamento das componentes da Rede, bem como ser um empecilho a novas adesões. Essa distância dificulta, inclusive, os processos de comunicação com as comunidades.

Lá em Belmonte tem pessoas para participar, mas devido a distância né, se por acaso para fortalecimento se ela pudesse porque são cinco municípios, até já foi colocado isso nas outras reuniões, cada vez fosse fazer um programa uma reunião como essa aqui fizesse em cada município pessoas mais para participar. Assim o encontro geral não fosse lá, mas que houvesse com menos pessoas fazer em Belmonte uma outra em Itacaré, em outros municípios, demais pessoas participaria e usufruía das palestras. Tem pessoas que são iguais a são Tomé, só vindo para crer, então por mais que a gente vá e transmita, tem sempre aquela lá do fundinho que a gente quer resgatar, mas fica se amarrando de não querer acreditar e que nada isso ai que essas meninas fala é tudo mentira (Pedrina).

E, reafirmando o imperativo machista, muitas mulheres, ainda, não se ligaram à Rede, por medo e impedimento dos seus homens que tentam ou já tentaram impedir a participação delas.

Teve uma companheira nossa mesmo que deixou de vir, mesmo sabendo que já sofreu espancamento do marido foi levada para o hospital, mas em nome da família e dos filhos e, ai depois disso ele lutou e afastou ela, mas nós da rede não desistimos dela e vamos lutar por ela. Eu acredito que os maridos impedem. Tem lá pessoas age por causa de proteção porque não vai de encontro ao marido (Pedrina).

Inclusive tem uma La na minha comunidade que deseja, anseia, quer ir mas o marido não deixa ela sair e ela não tem coragem pra bater de frente com ele. Ela fala que prefere aceitar, obedecer a ele do que bater de frente com ele (Elialda).

Quando perguntadas sobre os desejos futuros para a Rede e suas vidas, uma coisa que chamou a atenção da pesquisadora foi que, em todos os depoimentos, elas vislumbraram interesses para o coletivo, como que, mesmo inconsciente, elas sentissem que se houver uma melhoria ou um benefício para o todo, elas, em suas condições individuais também serão beneficiadas.

Eu sonho pra comunidade, eu queria assim que tivesse uma área para os jovens, para eles se envolverem, uma área para as crianças brincarem, uma praça pra gente conversar, segurança e saúde na nossa comunidade que a gente não tem (Luzia).

Uma academia ao ar livre para Belmonte lá tem uma praça no bairro dos pescadores (Pedrina).

Olha daqui pra frente a Rede tem que buscar muitos projetos, no meu pensar eu acharia melhor assim, assim como acabei de falar agora a Rede já criou, agente teria que montar um restaurante para que esse dinheiro multiplique da renda, mesmo que tenha as palestras, as blusas, a gente tem que multiplicar o progresso, crescer (Marlene).

Eu pensava assim que se viesse os kits cozinha, que vi lá na margarida, ai eu via as mulheres se juntar, é uma cozinha equipada com material essas coisas, muito bonita, Ali a gente podia fazer um lugar para botar as coisas para vender o marisco ali na associação (Iraíldes).

Das melhores comidas das comunidades dessas comunidades como tem em barra velha, todas as comunidades, a estrutura que nós temos ali como apresentar uma coisa melhor... Se tivermos uma cozinha... já pedi várias vezes a rede de mulheres um kit de cozinha... (Maria da Glória)

Nois tamo lutando pra vê se o governo... a gente já pediu já fizeram várias reuniões, e a gente tamo dependendo do kit de marisqueira, em ilha de maré no recôncavo, a maioria daquelas mulher já ganharam o kit de marisqueira, porque agente teve uma reunião lá e eles disseram que lá já ganharam o kit marisqueira, fogão, freezer, o kit completo (Maria da Conceição).

Mas, o grande desafio da Rede é absorver novas parcerias para garantir apoio financeiro, com o fim de expandi-la, ter mais condições de realizar suas metas e, inclusive, poder criar mecanismos de divulgação dos seus feitos, pois a escassez de recursos dificulta a expansão e as ações da Rede, inclusive, na articulação das mulheres para participar dos seus encontros.

Eu acho que é assim, de ampliar a Rede. Porque assim, tem muitas mulheres que querem participar quando tem um encontro, tem muitas outras mulheres que ainda não participam não só porque são acomodadas ou alguma coisa assim, mas porque só tem um total né de quantas podem ir, e as vezes tem que ficar algumas porque não da pra ir todos. Acho que precisa de um ... incentivo financeiro... é isso (Elialda).

Enfrentou muita dificuldade mermo. Porque se a gente quer obter alguma coisa se não tiver um incentivo, uma pessoa, um patrocínio, a dificuldade mais é o patrocínio, a questão financeira. (Maria da Conceição)

Ah, desafio futuro pra Rede, nós temos que conseguir assim umas parceria ai bem forte que libere uns caixa ai pra gente, pra poder a gente continuar... (Ana Bárbara).

Divulgar mais a Rede para interagir com outros grupos de mulheres, passar adiante o que nós aprendemos aqui (Pedrina).

O dinheiro não pode só ficar gastando ele tem que crescer, para quando a gente quiser fazer alguma coisa já tem aquele dinheiro em caixa, para investir, para o coletivo (Marlene).

E, pensando, na manutenção da Rede, foi ventilada pelas entrevistadas a necessidade de dar maior visibilidade à ela e a suas ações, bem como manter um cronograma de reuniões para garantir a fidelização e a integração das marisqueiras.

Pela minha parte agora como acabei de falar nois queria que tivesse mais reuniões para discutir o que é mais interessante para cada comunidade, se a gente se reunir de 03 em 03 meses, para discutir e incentivar mais. Que tem que ter os encontros, as reuniões. Que deveria ter uma reunião de três em três meses e todo ano uma reunião grande. Nós sabemos que o recurso

é pouco... quando nada as representantes, que venha três de cada lugar. Que reunião poderia ser um curso feito na UESC (Maria da Glória).

O que a Rede precisa de fazer é ter uma comunicação assim. A comunicação é boa. Se botar uma palhinha no jornal, pras pessoas conhecer mais. Ter propaganda. Como tem do turismo de Canavieiras. Colocar ali pra falar mais um pouco da Rede, no folhetozinho do turismo, Pra conhecer a Rede pra que serve a Rede. A propaganda é a alma do negócio (Maria da Conceição).

4.2.2 As Mudanças nas Relações Familiares, Econômicas e de Poder depois da Rede

Tudo está diferente, as marisqueiras não são mais as mesmas, os homens, mesmo sem querer, estão sendo forçados a aceitar essas novas mulheres que acordaram de um sono profundo e que estão reconstruindo suas histórias e estabelecendo uma nova forma de se relacionar com suas famílias, com seus desejos, com seu trabalho, com o mundo que as espera. Isso se confirma na contação de suas histórias.

[...] de hoje em diante eu não quero mais saber de ficar dentro de casa, acabou isso, meu compromisso é agora na associação, na Rede de mulher, é esse aqui mesmo, eu quero crescer, não é porque sou mulher que eu não posso resolver as coisas, e ai disso ela tomou para si e ela é outra mulher, e o próprio marido que é enjoado disse é melhor você ir mesmo, ela disse eu vou estudar, eu tenho que aprender mais, para entender o que as pessoas estão falando (Pedrina).

É, as duas coisas, primeiro porque as mulheres mudaram, mudaram o comportamento, mudaram a visão, elas passaram a ter vários outros conhecimentos, então quando ela chega nos seus lares que ela demonstra aquilo para o companheiro, com certeza o companheiro vai mudar a visão dele, ele não vai continuar com aquele pensamento que ele tinha antes, ah, porque o homem pode tudo, porque o homem, é. Se a mulher traz pra casa sua nova mudança faz com que o companheiro acompanhe, né (Ana Bárbara).

Hoje, depois da Rede, elas tomaram para si o comando de suas vidas e estão traçando suas diretrizes e fazendo suas próprias escolhas.

[...] hoje se você quiser tem que ser desse jeito, antes quem vivia ameaçado era eu hoje quem vive é ele. Porque se ele me deixar quem sai perdendo é ele. E a Rede foi uma solução em minha vida porque eu esqueço que tenho filho que tenho marido. Eu consigo viver sem o poder dele (Elionete).

Eu creio que sim, eu creio que várias mulheres teve esse avanço, porque eu mesmo conheço, né? Pessoas assim, que não são da minha comunidade, mas que vivia nesse mundo, digamos, que tudo quem mandava era o marido e que se dissesse: você não vai em tal lugar ela não ia e hoje ela

fala assim: Ah, vai ter um encontro, vai ter... Ele diz: você não vai, ela diz assim: eu vou, porque me eu tenho o direito. Hoje a gente sabe que tem o direito, então já tem esse avanço (Ana Bárbara).

As mulheres depois da rede estão incomodando, estão participando mais em suas comunidades e se uniram em prol dos seus interesses.

Teve uma reunião que só as mulheres falava e os homens calados e no final teve um que disse Oh Carlinhos você vai deixar essas mulheres mandar em tudo? ... (Pedrina).

Ai o presidente disse depois dessa Rede de mulheres vocês estão mais atrevidas. Depois da Rede as mulheres ficaram mais unidas em suas comunidades (M04).

Observa-se que elas estão mais encorajadas para enfrentar a dominação masculina e não aceitam as proibições e os impedimentos, estão, de fato, iniciando uma trajetória de liberdade e obtendo respeito de suas famílias.

A eu tomei uma injeção de ânimo, porque eu era bem pra baixo, e achava que meus dias ia terminar daquele jeito, só obedecendo a ele, trabalhando. A partir do momento que eu comecei a participar da rede o meu modo de pensar mudou totalmente ai eu já comecei a não aceitar as coisas que ele vinha fazendo comigo, com as minhas filhas (Elialda).

Eu tomei coragem de enfrentar o homem e voltei a estudar. Eu tomei coragem de não aceitar mais ofensas depois da rede (Elionete).

[...] ai hoje eu já falo com ele, eu resolvo as coisas com ele, não preciso ir mais para fórum, tudo é solucionado por telefone (Pedrina).

No inicio eu não saia assim sozinha para longe, quando ia em Eunápolis, mas ia acompanhada, ai meu pai ficava me desestimulando para eu sair disso que isso não era vida para mim porque eu era uma pessoa doente, que eu não poderia ficar viajando. Ele continua falando, mas de uma forma diferente, antes ele fechava a cara e ia dormir. Hoje eles me apóiam. (Pedrina)

[...] mas pelo meus filhos ele não fala nada, mas meu marido é contra tudo, tudo. Oia, Se eu entrei na colônia em 91 ele não queria. E ele só me tirando de cabeça. Ai sabe de uma a vida minha e se eu não lutar por ela por minha vida e ninguém vai querer e quem vai evoluir é eu, portanto se eu quebrar a cara... Desde que eu entrei na colônia ele não gosta e as reuniões da Rede eu bato de testa e vou. (Maria da Conceição)

A sensação de poder que o coletivo trouxe foi comprovada por uma das entrevistadas que, ao visitar mulheres em sua comunidade, constatou que as que sofriam maus-tratos não faziam parte da Rede e tiveram muito medo de falar sobre a questão.

Eu fui monitora, e ainda eu me deparei com algumas mulheres que ainda são sujeitadas, elas não fazem parte da Rede, elas nem conheciam a rede, mas ainda assim de ser agredida pelo marido, de aceitar que o marido, é:

ah, quem manda aqui sou eu, cala a boca, muito oprimida, ainda tem vários casos desses em Canavieiras que eu fiquei até surpresa de ver. Cheguei a determinado lugar mesmo que, inclusive esse garoto foi até meu aluno de estágio, e aí quanto tava fazendo as pergunta da Violência Doméstica, a maioria das pergunta quem respondeu foi o aluno. Aquilo me deixou assim tão deprimida que eu procurei me equilibrar que eu, que eu fiquei até emocionada e triste de ver. Quando perguntava assim: Você já foi espancada alguma vez pelo seu marido e tal? Quem respondia era o menino: várias vezes. Você já denunciou com essa lei Maria da Penha, você já denunciou? Ah, ela não denuncia porque ela não quer, porque ela tem medo do meu pai, então esses casos assim foi o que eu falei (Ana Bárbara).

Então, resta comprovado que a Rede, nesses 04 anos de existência, está conseguindo desconstruir uma realidade de dominação, submissão e invisibilidade das mulheres marisqueiras e pescadoras, as quais não estão mais pensando que suas vidas se resumem, apenas, aos afazeres do quarto e da cozinha, pois, mesmo não havendo ganhos financeiros elas entendem que o investimento na Rede produzirá efeitos no futuro.

A minha renda ta a mesma coisa, a minha renda eu to correndo atrás de vê.
(Maria da Conceição)

Para mim, ainda, ta a mesma coisa. Não tem renda não. (Maria da Glória)

Não tive ganhos econômicos em participar das reuniões, mas só deu aprender conhecer pessoas, deu saber, para mim é gratificante, é um ganho, ainda que nesse dia eu não tenha uma renda, mas é gratificante, eu deixo tudo, por mais necessidade que eu tenha de trabalhar todos os dias, eu deixo um dia, dois dias vou mesmo assim sem pensar em renda, eu penso no futuro. (Luzia)

Obviamente, que essas mudanças não dependem, somente, da existência da rede, sendo necessário que ela esteja aparelhada e logisticamente, organizada, para que não haja retrocessos nem abandonos, pelo contrário, que a vida dessas mulheres e de suas descendentes possa tornar-se real e digna.

4.2.3 Um novo olhar, uma nova condição de “ser mulher” marisqueira e pescadora depois da Rede

Todos os resultados apresentados direcionam para o entendimento de que as mulheres, quando se compreendem como protagonistas de sua história e são empoderadas, elas criam uma nova versão de si mesmas, pois as mudanças internas e externas são fatores que influenciam os processos culturais e por esse são influenciados, haja vista alterarem a realidade à sua volta.

Ora, se essas mulheres passaram a enxergar suas vidas de forma diferente, elas também irão se entender como mulheres de uma forma diferente, ou seja, as suas identidades serão reformuladas, ressignificadas, produzindo efeitos em todos os campos de suas vidas.

No caso em estudo, verifica-se que as transformações ocorreram no momento em que essas mulheres se reconheceram como um coletivo de interesses afins e sentiram a necessidade de trabalharem em conjunto para melhorar as condições de vida de todas, impactando nos seus contornos individuais e familiares. Desta forma, a vivência coletiva e a luta por interesses comuns são fundamentais para os processos de empoderamento e para as alterações culturais, porque a resistência ao instituído e ao hegemônico, brota uma nova forma de vida, modificando os valores vigentes. Portanto, a rede de mulheres tem influenciado na reconstrução da identidade das mulheres marisqueiras e pescadoras que vivem na RESEX de canavieiras, promovendo mudanças, significativas, no campo social, econômico e familiar dessas mulheres.

Assim, para que essa conclusão não seja uma mera divagação da pesquisadora, os depoimentos abaixo citados, ratificam a influência da Rede nas mudanças das vidas das marisqueiras e pescadoras e, traduzem o atual sentimento delas com elas, após a rede.

Eu to muito alegre, com muito mais garra pra lutar, aconteceu um reboiço mermo grande. [...] assim, meu auto instima levantou, então antes da rede eu não tinha nem dialogo com as minhas filhas e depois da rede eu comecei a dialogar com elas, meu pai [...] (Elialda).

Eu me senti mais mulher, mais independente, tudo tem sentido na minha vida depois que eu comecei a participar (Elionete).

Eu consegui muito aprendizado, muita amizade, auto-estima. Eu não conhecia nada da área da pesca, dos direitos e com a rede eu aprendi muita coisa. Isso ocorreu também com as outras meninas. Hoje elas são capazes de chegar em qualquer ministério e dizer qual sua dificuldade, qual os seus problemas (Edna).

Eu mermo fiquei mais disposição, tive mais conscientemente, consciente, conheço mais a melhoria das mulheres e isso tudo participa do melhoramento de cada uma de nós. Eu me sinto radiante, alegre, eu me sinto bem. Eu era uma mulher muito revoltada, muito sofrida e hoje em dia eu posso dizer que estou me transformando em criança (Marlene).

A gente ficou conhecida, eu fiquei mais corajosa (Iraildes).

Eu não me vejo mais como aquela garota, aquela menina que vivia na Barra Velha no meu tempo de infância e tal, porque eu hoje, eu olho pra trás, eu

não vejo aquela Aninha caipira, eu não me vejo aquela menininha mais da roça, não, eu to assim mais alegre. Eu amadureci de tal ponto, que qualquer dificuldade que eu tiver, tanto no lado pessoal, eu sei correr atrás e se eu tiver que viajar de entrar em qualquer lugar, eu sei entrar, sei sair, sei procurar informação e eu agradeço tudo isso ao movimento, a Rede e depois a AMEX (Ana Bárbara).

Eu me vejo como uma guerreira uma pessoa vitoriosa, eu me sinto feliz, eu me sinto uma pessoa feliz (Luzia).

Eu me vejo hoje muito importante, porque onde eu chego, Dona Maria da Glória... e as vezes até as outras falam assim o que você falar fala por mim, o que você falar eu apoio. Eu me sinto importante em qualquer lugar. Tá ali o deputado Afonso que me conhece de longas datas e ele sabe quem eu sou e ele sabe que eu tenho coragem de falar de pedir o que quero. Se antes da reserva eu já era... e, agora depois da Rede eu sou uma dama (Maria da Glória).

Eu me vejo feliz porque eu aprendi muitas coisas graças a Deus, tive o conhecimento. Oia... até na UESC já fui umas duas, três vezes já, tô me achando importante... (Maria da Conceição)

5 RESIDÊNCIA SOCIAL[®]: EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM COMUNIDADES DO PACÍFICO COLOMBIANO

Os programas de graduação e pós-graduação do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS tem como disciplina curricular a Residência Social que segundo a professora Tânia Fischer (2014, p. 159) compreende-se como:

Uma prática de aprendizagem por imersão em territórios localizados, que prevê a integração de estudantes em ações, projetos e programas institucionalizados por organizações e interorganizações orientadas ao desenvolvimento. Esta integração se dá com os atores sociais envolvidos e com o local de referência, que por ser mais próximo ou mais distante, desde espaços escolares microlocais à internacionais.

É um construto que compreende dois significados complementares: o residir, isto é, permanecer, criar raízes e redes, identidades e memórias, e o social, traduzido em interações de múltiplas naturezas e complexidades.

A Residência Social tem marca registrada pelo INPI, sob o nº 826073026, garantindo direitos de propriedade intelectual a Universidade Federal da Bahia, sob a tutela do CIAGS, para que este promova a tecnologia social no sistema de educação em todos os níveis (FISCHER, 2014, p. 159).

A Residência Social promove a compreensão de múltiplos conhecimentos, por meio da interação de diversidades culturais e territoriais, que são importantes para a construção dos saberes contemporâneos. Nessa perspectiva, o gestor social irá residir em um território desconhecido e, através de atividades exploratórias da realidade e de seus atores, o gestor promoverá um projeto de desenvolvimento pessoal ancorado nos ideais desenvolvimentistas do local escolhido, podendo, inclusive, aplicar seus resultados em outros territórios ou compará-los com outros estudados e de cunho semelhante (FISCHER, 2014, p. 160).

Os resultados obtidos na Residência Social podem ser transcritos por meio de relatórios, monografias, artigos científicos, documentários, bem como expostos em capítulos da dissertação-projeto ou mostrados por outros produtos acadêmicos. Contudo, sem afastar a importância dos dados tangíveis, o mais importante na experiência da Residência Social é o sentimento de solidariedade e integração

gerado no residente e a sua “formação para a transformação dos territórios do terceiro milênio” (FISCHER, 2014, p. 160).

Figura 8 – Finalização da Oficina na comunidade de Chanzara



Fonte: Arquivo Pessoal

Foi assim que a pesquisadora sentiu-se ao viver, intensamente, por 25 dias, a realidade das comunidades do Pacífico Colombiano. A sua vida não foi mais a mesma depois de ter experienciado à vida das famílias afrodescendentes, de comunidades rurais e pesqueiras, situadas à margem do rio Guapi. A vivência lhe proporcionou a compreensão das semelhanças e diferenças encontradas nas organizações coletivas das mulheres negras da região e, a partir da sua percepção a residente pôde fazer uma análise comparativa com as mulheres brasileiras investigadas.

A escolha do local para a Residência Social ocorreu por indicação do professor Miguel Accioly, que, na ocasião, aconselhou a pesquisadora a buscar um país que, ainda, tivesse práticas de pesca artesanal como a Colômbia. Nesse contexto o referido professor informou a existência de uma fundação Colombiana que

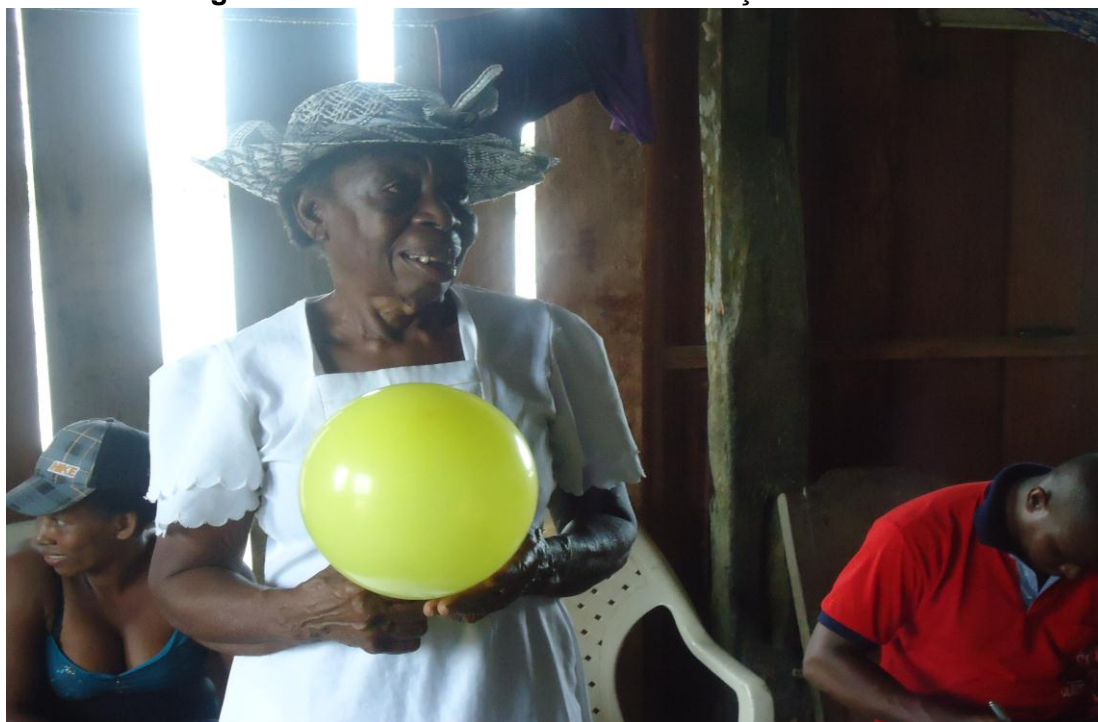
trabalhava com empoderamento de mulheres de comunidades afrodescendentes, as quais poderiam ter semelhanças com a pesquisa realizada na Rede de Mulheres da RESEX de Canavieiras.

A instituição apresentada é a Fundação ACUA – Activos Culturales Africanos – uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Bogotá – Colômbia, que tem como missão: promover o empoderamento sustentável das comunidades afrodescendentes organizadas da América Latina, a partir da valorização e afirmação de suas culturas. Nessa perspectiva, a fundação ACUA tem como finalidade fomentar o desenvolvimento das comunidades rurais e urbanas a partir da geração de renda e valorização da cultura de origem africana, por meio de intercâmbio de saberes, pelo reconhecimento social, institucional e acadêmico das tradições (Em: <<http://www.programaacua.org/page/sobre-acua>>. Acesso em: 22 de Maio de 2013).

Após conversa com o professor e indicação dos membros da instituição a pesquisadora firmou parceria com a Fundação ACUA que fez o intercâmbio com a comunidade experienciada e criou todas as condições para sua permanência no local da vivência – a cidade de Guapi no pacífico Colombiano –, inclusive, dotando-a de todos os contatos, aparatos de segurança e ajuda de custo para o desenvolvimento de sua investigação. Em contrapartida, a residente entregou a Fundação um Diagnóstico Sócio-Territorial das comunidades e empreendimentos locais visitados.

Além dos dados concretos obtidos, a residente saiu dessa experiência com o coração feliz e saudoso da alegria, do aconchego, da aceitação, da simplicidade, da esperança, da vontade de vencer, crescer e ser melhor do povo de Guapi. Sem deixar de mencionar na rica troca cultural vivida por meio da culinária e da sabedoria das tradições afrodescendentes.

Figura 9 – Plantadora de Coco da associação “Flor del Coco”



Fonte: Arquivo Pessoal

Foi uma experiência enriquecedora que trouxe à pesquisadora o contato com um lugar desconhecido, um lugar distante, um lugar que tem gente com força de lutar por seus direitos e que está numa busca constante por oportunidades. É a história de um povo que vive a margem da sociedade e cheio de marcas históricas, mas, mesmo diante de todas as dificuldades e tristezas, não perdeu a esperança e abriu seus sorrisos, suas dores e clamou por ajuda, sonhando com dias melhores.

Para a residente o maior legado da Residência Social são as marcas intangíveis deixadas com a estada em outros territórios e suas interações culturais, pois ela saiu de Guapi com a certeza de que tem um compromisso com o seu território, com o planeta e com os processos desenvolvimentistas para as gerações futuras.

Na Residência Social a pesquisadora analisou empreendimentos de mulheres situados na cidade de Guapi como a Cooperativa de mulheres artesãs (Coopmulheres), a rede Matamba e Guasa e a Fundação Chiyangua, bem como foram investigadas associações de mulheres e realizadas entrevistas com mulheres líderes e empreendedoras.

Figuras 10 – Cooperativa de Mulheres Artesãs de Guapi – Coopmuheres
Oficina com Mulheres Marisqueiras da Comunidade de Quiroga



Fonte: Arquivo Pessoal

A metodologia utilizada foi desenvolvida por meio de entrevistas com as líderes e mulheres da comunidade. Nessa mesma pesquisa, foram feitas visitas *in loco* para observar e analisar as necessidades locais e as possíveis potencialidades do território, que, porventura, pudessem gerar novas fontes de rentabilidade para os entes comunitários.

No processo da observação participante, utilizou-se do método história de vida e grupo focal, para poder entender: o contexto de empoderamento das mulheres investigadas e o interesse dos grupos de mulheres que compõe cada comunidade visitada e realizar o comparativo que se descreve abaixo.

Por fim, para entender o contexto sócio-cultural e territorial do Pacífico Colombiano, também, foi feita uma pesquisa bibliográfica para obtenção de dados teóricos.

5.1 RESISTÊNCIA E *LOCUS* DE FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS COMUNIDADES DO PACÍFICO COLOMBIANO

Os negros chegaram à costa Pacífica trazidos pelos espanhóis como mão-de-obra, escrava, para explorar o território na extração de ouro e prata. Após, o período de escravidão e os processos de libertação dos negros e emancipação do território, população negra foi migrando e se fixando às margens dos rios e, ali, iniciaram um processo de povoamento da região Pacífica por afrodescendentes.

Las numerosas proclamaciones de emancipación hechas por Bolívar entre 1816 y 1821 produjeron una serie de rebeliones de negros em varias partes de las tierras bajas. Em 1821 ocurrió un levantamiento particularmente fuerte en el río Saija, donde incitados por revolucionários blancos, los esclavos quemaron campamentos mineros y huyeron rio abajo y a lo largo de las playas que bordean el manglar. Además, durante las guerras de independencia muchos negros de Barbacoas y del Chocó se unieron a las fuerzas revolucionarias; cuando las guerras terminaron, muchos de ellos se asentaron en los Valles del Cauca y Magdalena (TAVARES. 2005. p.163).

As comunidades do Pacífico possuem, na atualidade, 149 territórios, considerados afrodescendentes, sobre uma área de pouco mais de 05 milhões de hectares e nesses territórios vivem 1219 comunidades, que estão distribuídas na zona litorânea ou ribeirinha (INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN 2006, v. 0, p.11)

Com esse processo de povoamento das regiões ribeirinhas e de mangues, o rio e suas margens agrícolas tornaram-se o espaço de construção das identidades dessas comunidades, que em quase sua totalidade é constituída de afrodescendentes e mestiços, haja vista o processo de diminuição da população indígena pelas investidas exploratórias do colonizador (TAVARES, 2005, p. 164).

Figura 11 – Mulheres lavando utensílios de Padaria



Fonte: Arquivo Pessoal

As margens ribeirinhas são o *locus* de integração social, de subsistência, de trabalho e renda e de formação cultural dos povos da costa Pacífica Colombiana. É nesse espaço que eles constroem suas casas, criam seus filhos e se apropriam da fauna e da flora nativa, para garantir a segurança alimentar, crescimento econômico e desenvolvimento territorial.

Figura 12 – Moradias de ribeirinhos de Guapi



Fonte: Arquivo Pessoal

Nesse contexto, encontram-se as comunidades que estão às margens do rio Guapi e seus afluentes, as quais têm na força das tradições o sustentáculo econômico e social de seu povo. Hoje a região se mantém, economicamente, por meio da agricultura, da pesca e extração de mariscos, da extração de ouro e prata, bem como da cultura através da música, da gastronomia e do artesanato. (INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN, 2006, v. 0, p.15).

Figuras 13 – Atividades produtivas e culturais das comunidades de Guapi



Fonte: Arquivo Pessoal

Observa-se que, para manutenção dessas tradições sociais, econômicas e culturais as mulheres têm exercido um papel fundamental, visto serem protagonistas das atividades ancestrais e tradicionais, bem como por ajudarem os homens nas funções que eles desempenham decorrentes da produção, comercialização e uso dos produtos agrícolas e pesqueiros.

Para nosotros los hombres y las mujeres negras pertenecientes a una comunidad y grupo étnico, el Territorio Región del Pacífico está constituido por nuestros rios, montes, esteros, fincas y veredas, así como por los conocimientos y las costumbres que tenemos para cuidar y utilizar cada espacio. El territorio también expresa las diferentes formas como nos organizamos para salir a pescar, hacer La minería, cazar, buscar madera em La montaña, sembrar y cosechar em las fincas. Nuestro territorio también está constituido por los saberes que tenemos de las plantas medicinales para curar los males del cuerpo y del alma. El territorio es saber reconocer en el monte com el canto al pájaro y com el rastro al animal. También es cada uma de las maneras como nos relacionamos entre nosotros y com los de afuera (INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN, 2006, v.01, p. 17-18).

Reafirma-se, com o exposto, o processo de inclusão comunitária das mulheres e sua importância nos processos produtivos e seus desdobramentos nas comunidades negras Colombianas.

5.2 MULHERES DO PACÍFICO COLOMBIANO E O RESGATE DAS TRADIÇÕES ANCESTRAIS

As Mulheres do Pacífico Colombiano também construíram sua trajetória com base nas tradições da vida em comunidade, na preservação dos costumes ancestrais e no uso da biodiversidade como *locus* de sobrevivência, bem como são participantes ativas no processo de manutenção dos saberes por meio dos ensinamentos e experiências com os seus descendentes.

Nessa trajetória de valorização das comunidades tradicionais e de seus costumes, a legislação Colombiana define como conhecimento ancestral aquele:

Asociado a la biodiversidad como los conocimientos, innovaciones y prácticas de las comunidades indígenas y locales que tienen estilos de vida pertinentes para la conservación y utilización sostenible de la biodiversidad, en concordancia com el Convenio sobre Diversidad Biológica (INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN, 2006, v.01. p. 28).

E assim, as comunidades vão traçando o seu modo de viver preservando as suas tradições, mantendo suas identidades culturais e perpetuando seus valores comunitários.

La ancestralidad es entendida com el conjunto de conocimientos, saberes, sentires y formas propias de las comunidades que ha sido transmitido de generación em generación y que, a su vez, es el resultado de um proceso constante y permanente de construcción y reconstrucción cultural y de enriquecimiento y adaptación, que tuvo como punto de partida los

conocimientos y experiencias de nuestros ancestros traídos de África y que conjuntamente con los elementos adquiridos con el contacto con los europeos e indígenas logró desarrollarse en cada uno de los espacios en los que se establecieron las comunidades negras. La ancestralidad está determinada por la posibilidad de tener clara la importancia de nuestros ancestros, de nuestros abuelos, bisabuelos y tatarabuelos que, a partir de sus posibilidades y condiciones, construyeron nuestras sociedades, dejándonos un rico legado social, económico, cultural y religioso que hoy nos permite identificarnos como comunidades negras. (INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN, 2006, v.01. p. 33).

Vale ressaltar, que o conhecimento ancestral é extraído da memória viva das comunidades, as quais os transmitem pelos ensinamentos e experiências dos seus pais, parentes e das escolas, estando as mulheres numa situação de destaque, por serem investidoras diretas da agregação familiar, a qual nas comunidades tradicionais depende, prioritariamente, da manutenção do homem no seu território. Para tanto, é necessário que esse território esteja apto ao seu contínuo manejo e uso, que só ocorrerá se houver a transmissão e a perpetuação das tradições (INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN, 2006, v.01. p. 34).

Desta forma, a proteção das tradições ancestrais se faz necessária para: preservar a integridade da vida e da cultura das comunidades, fomentar o interesse dos jovens no engajamento das atividades delas decorrentes, evitar o uso indevido do território e dos seus bens naturais, como proteção do planeta e das gerações futuras e garantir que as comunidades se beneficiem de maneira adequada e equitativa do seu território. (INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN, 2006, v.01, p. 34).

Nessa perspectiva, as mulheres negras, do pacífico colombiano têm demonstrado um forte engajamento no resgate e preservação das tradições ancestrais, com o fim de melhorar as condições de vida de suas famílias e desenvolver economicamente o seu território. Saliento que essa adesão à causa ancestral tem gerado um sentimento de coletividade e tem ampliado o grau de empoderamento dessas mulheres.

Isso se faz notar nas experiências associativas visitadas pela pesquisadora como a fundação Chiyangua que é uma organização que se dedica ao cultivo e comercialização de plantas aromáticas, medicinais e condimentarias por meio da técnica de Azoteia. A fundação está situada no Município de Guapi e tem por objetivo desenvolver um trabalho focalizado na preservação dos recursos naturais, no resgate das práticas de produção tradicional e na preservação do meio ambiente, bem como na reivindicação étnica e de posicionamento de gênero (FUNDAÇÃO

ACUA, 2006).

Figura 14 – Cultivo de plantas em sistema de Azoteia



Fonte: Arquivo Pessoal

No passado essas práticas tinham um significado importantíssimo, porque eram exercidas por mulheres de grande sabedoria nas comunidades como: as remedeiras, parteiras, pois eram dotadas dos conhecimentos ancestrais. Sob essa prática, as mulheres se reuniam para preparar o terreno, para plantar, para recolher as sementes, para troca de remédios e, assim, era estabelecida a segurança alimentar e de saúde da comunidade.

No entanto, esses métodos tradicionais foram se escasseando e afetando a realidade sócioambiental da região, deixando suas comunidades em estado de vulnerabilidade. É nessa conjuntura que nasce a fundação Chiyangua com o fim de encontrar alternativas de retomar as antigas práticas e melhorar a vida das mulheres e de suas famílias.

Apesar, da fundação Chiyangua, ter como objetivo a recuperação da produção de plantas medicinais, aromáticas e condimentares, ela, também, tem atuado no fortalecimento das comunidades de mulheres marisqueiras e pescadoras, com o fim de orientá-las no manejo da cadeia produtiva, sem a perda dos processos tradicionais, mas, também, orientar essas mulheres nas questões de gênero.

5.3 MULHERES COLOMBIANAS E SUAS HISTÓRIAS DE SUBMISSÃO, RESISTÊNCIA E VISIBILIDADE: ANÁLISE COMPARATIVA COM A VIDA DAS MULHERES DA RESEX DE CANAVIEIRAS

A história de vida das mulheres Guapirenhas traz em sua construção uma forte identificação com a realidade das mulheres marisqueiras e pescadoras da Resex de Canavieiras, seja relacionado ao trabalho e ao modo de viver, seja no que tange as relações de poder e familiares. Aponta-se, ainda, como dados equivalentes os resultados decorrentes dos processos coletivos, sobre os quais se despontam toda uma trajetória de transformação e empoderamento dessas mulheres.

Como na trajetória da líder Guapirenha Teófila Bittencourt, uma mulher rural, que foi alvo da violência doméstica quando não tinha conhecimento dos seus direitos. Segundo Teófila ela só saiu dessa condição porque teve o apoio de sua mãe e por ter ouvido de um estranho, que não entendia como uma mulher com a força que demonstrava poderia se permitir a maus tratos. E, somente, após a sua separação que se sentiu “mais forte e mais consciente para orientar as mulheres a se valorizarem a se estimarem e a entenderem que elas são capazes de definir seu rumo sem maus tratos”, pois antes:

O que sabia é que ele tinha que me pegar quando quisesse pegar, pensava que teria que me castigar porque ele tinha razão, porque eu havia cometido algum erro. Eu vivia trancada, lavando, cozinhando, passando e ele na rua. Apesar de ser muito trabalhador, ficava na cidade com mulheres, bebendo e jogando e, quando chegava, me pegava com golpes, um processo horrível

Figura 15 – Teofila Bittencourt liderança de Guapi



Fonte: Arquivo Pessoal

Com essa tomada de consciência ela reinicia a sua vida de mulher trabalhadora e forma uma associação para reivindicar melhores condições de trabalho para “madres comunitárias”, despontando no campo da liderança. Por conta dessa experiência, Teófila foi convidada para um encontro de mulheres africanas, promovido pela Universidade de Cartagena no ano de 1991. Nesse encontro, as representantes de cada região teriam que falar sobre a situação das mulheres de sua cidade pelo tempo de 30 minutos, assustou-se, porque nunca tinha falado para um público tão grande e, à época, muito pouco sabia sobre os direitos das mulheres. Não titubeou e foi ouvida por 600 mulheres. Depois desse evento, sua vida não foi mais a mesma.

Esse encontro mudou minha vida, pois assumir um compromisso de conhecer-me como mulher e como mulher afrodescendente, de não me permitir ser mais violentada e de poder fazer alguma coisa para ajudar outras mulheres nas questões de direitos e reivindicação de gênero

O processo coletivo foi fundamental para que Teófila enxergasse novas possibilidades para sua vida e para a vida de outras mulheres, principalmente, as mulheres rurais, por serem mais carentes de informação e acesso aos Direitos. A partir dessa tomada de consciência, surge a oportunidade de criar um coletivo de

mulheres negras, para que, reunidas, pudessem conhecer, discutir e reivindicar os seus direitos. Ao ser questionada sobre o significado do coletivo de mulheres em sua vida disse:

Que como mulher rural deixei de ser submissa, a ser uma mulher com comportamentos definidos e claros, sei o que quero e, sei o que vou buscar e conseguir. Eu mudei, minha família também, foi uma mudança grande. As pessoas que me conheceram, antes, sabem o quanto eu mudei. E, tenho certeza que posso fazer algo de bom para as mulheres e para minha comunidade, se é que já comecei, mas acredito que vou conseguir

Nesse mesmo compasso, observa-se os resultados evolutivos e positivos na trajetória das mulheres membros da COOPMULHERES – Cooperativa de mulheres artesãs da cidade de Guapi. Inicialmente, a COOPMULHERES tinha como objetivo desenvolver economicamente as mulheres cooperadas em suas atividades produtivas, mas, ao longo do tempo, foi ampliando suas atividades para proporcionar a essas mulheres conhecimentos em direitos humanos e sociais.

[...] todas buscamos la integración y la solución a problemas sociales y de género, mejorar la calidad de vida, superarnos para adquirir conocimientos, autonomía e independencia y valorar nuestra identidad cultural (fonte: folder coopmulheres).

Isto porque, segundo sua presidente de honra Silveria Rodrigues, as artesãs depois da cooperativa venceram as barreiras da indiferença social e das proibições maritais. Quando elas começaram, os esposos reclamavam, porque estavam saindo, porque não estavam cuidando dos filhos, questionavam o que elas estavam fazendo e porque não estavam fazendo a comida, mas com a cooperativa:

Nós mulheres cooperadas demos um vôo muito alto. Uma mudança muito grande com as relações familiares, esposo, filhos e com a sociedade. Se hoje fôssemos analisá-las diria essa não sou eu”. A cooperativa ajudou-me a superar a morte do meu companheiro, quando minha filha tinha 08 meses, a cooperativa salvou-me de uma depressão, tirou-me da tristeza (Silveria).

A entrevistada disse, ainda, que esses processos de mudança estão ocorrendo, porque as mulheres ao conhecerem seus direitos, não agem e nem pensam como antes, despertaram, se reconheceram como mulheres e com essa nova mentalidade, promoveram um novo olhar da sociedade e dos seus familiares para elas e para o que elas fazem, pois, os homens, que antes não acreditavam na cooperativa e, que reclamavam das mulheres, hoje são os grandes apoiadores. E essa aceitação foi se construindo através de estratégias de acolhimento, visando atividades e ações que pudessem incluir os homens, visto não serem eles

cooperados.

Outra experiência coletiva de mulheres verificada na comunidade colombiana foi a rede de mulheres Matamba e Guasa. A rede tem exercido um papel importante nos processos que envolvem questões e discussões de interesses sociais, educacionais e políticos na região, mas, principalmente, tem fomentado as mudanças de pensamento e comportamento das mulheres da costa do pacífico. Pois, segundo Teófila, as mulheres do pacífico têm demonstrado interesse em avançar nas discussões de gênero, de se capacitarem, de crescerem e de se tornarem independentes.

As mulheres que hoje estão falando, participando, no passado, eram mulheres submissas, permissivas, sem capacidade de propor nada. Mulheres que não conheciam a cidade, que tinham um nível de educação muito baixo e hoje, a maioria terminou ou está terminando o primário ou indo além da formação básica. Muitas delas ficam dois dias na cidade, deixam seus filhos na comunidade para terminar o estudo e, estão fazendo isso, porque seu nível de auto-estima cresceu e elas se querem mais, se respeitam mais e estão buscando sua melhoria. (Teófila)

Outro fator que se observa é a mudança de comportamento dos homens e das famílias para as questões relativas às mulheres. A mudança das mulheres tornou os homens mais compreensivos e respeitosos, pois para Teófila “a mulher está sendo vista como uma sócia importante nas questões familiares e comunitárias”. Vale ressaltar, que as mudanças tornaram-se evidentes a partir do engajamento associativo.

Quando começamos muitas dessas mulheres retornavam das capacitações para suas casas e eram violentadas. Agora os homens passaram a fazer parte do processo organizativo e outros que não violentavam suas mulheres, como o senhor de Quiroga, hoje estão juntos com todo o entusiasmo possível. Muitos que eram agressores, hoje estão apoiando suas mulheres e permitindo que as mulheres participem das capacitações. No processo de azotea isso é muito comum, pois os homens ajudam as mulheres a preparar a terra a construir os viveiros de madeira (Teófila).

Confirma-se a veracidade da mudança comportamental e do pensamento de alguns homens na fala do pescador e plantador de coco Luiz Alberto:

Que quem sempre trabalhou foram os homens. Que as mulheres sempre foram amas de casa. Tem que fazer um trabalho para que os homens reconheçam a necessidade de que as mulheres trabalhem e os homens precisam entender que os homens tem de apoiar as mulheres no trabalho delas se as mulheres forem cultivar em azoteia os homens tem que ajudar com as madeiras.

Para Teófila, nesse momento, faz-se necessário uma retomada efetiva das

ações da rede para definir elementos de combate aos conflitos atuais, sejam eles relativos às questões de gênero e ao conflito armado, pois “quando começamos não tinha a guerrilha e nós vivíamos à noite nos rios pescando, cantando e hoje é impossível. Muitas mulheres morreram por conta dessas questões ou tiveram que deixar seu território”. Elas desejam enfrentar esse problema, de forma não armada, com sugestões políticas de negociação, resolução e melhoria desse estado de insegurança. E acreditam que a união faz com que se chegue a conclusões de enfrentamento e solução.

A pesquisadora percebeu em sua vivência na comunidade que os movimentos de mulheres produtivas têm gerado o interesse de mulheres não associadas, como se a experiência das outras estivesse servindo de exemplo ou, como se uma força interna estivesse emergindo e impulsionando-as a se unirem.

Mas, nem tudo são flores, pois, verificaram-se dificuldades nos processos de formação e manutenção das experiências Colombianas, tais quais existentes na rede de mulheres marisqueiras.

Em todas as comunidades visitadas, a grande dificuldade é a financeira, pois, assim como no Brasil os empreendimentos de comunidades tradicionais dependem de ajuda externa, e os aportes financeiros que as associadas fazem não são suficientes para cobrir os custos da produção, comercialização e transporte dos produtos, sendo esse último o grande vilão, porque todo escoamento da região é feito pelo rio e o combustível é muito caro.

Outra questão, semelhante, observada, diz respeito às ações predatórias do homem no meio ambiente, que provocam impactos, diretos, nas atividades desenvolvidas pelas mulheres, os quais são agravados na realidade Colombiana, porque lá, diferente da realidade brasileira, a região não está constituída como uma reserva ambiental e extrativista. Tanto é assim, que as marisqueiras, pescadoras e os pescadores colocaram como ameaças a atividade da pesca: o desconhecimento sobre manejo dos resíduos sólidos, inclusive os descartados pelos pescados, a pesca industrial e predatória e o desconhecimento de mecanismos de extração que sejam sustentáveis.

Outro problema apresentado, no ambiente pesqueiro Colombiano, que no Brasil já se avançou, é a política de apoio financeiro na época do defeso, segundo

os pescadores e pescadoras, eles não recebem nenhuma ajuda governamental, tanto que muitos diversificam a atividade pesqueira com a agrícola, por ser esta também característica da região. E, ainda, disseram que o apoio governamental é mais voltado aos pescadores do Atlântico, sendo o Pacífico esquecido.

Em outra ponta, as mulheres Colombianas também padeceram e, ainda, padecem com o monstro do patriarcado, mas como já relatado, nas comunidades de Guapi essa realidade tem-se alterado em virtude das investidas educativas e socializadoras dos empreendimentos coletivos, transformando a vida das mulheres e refletindo nas atitudes dos homens.

Verificou-se, ainda, a precariedade da saúde local, principalmente para as mulheres, que não possuem assistência médica específica para a condição feminina e, quando trabalhadoras, sofrem com suas doenças ocupacionais e a total ausência de informação.

Contudo, mesmo diante de tantas dificuldades, das responsabilidades, dos compromissos e desafios dos processos organizativos, Silveria disse que os resultados obtidos tem sido satisfatórios. Que as mulheres estão, apenas, começando e, para que as associações, cooperativas e redes não se desfaçam é necessário um esforço conjunto para manter o “elo de ligação” entre as mulheres pois, sem união e sem aderência aos objetivos do grupo, será muito difícil superar todas as dificuldades. Como disse Esperanza Cuervo, mulher empreendedora em Guapi:

Eu penso que estas atividades é como se ter um filho, pois esse não sabe que vai ficar doente, que vai ter dificuldade para andar ou para aprender e os pais não se acomodam e vão buscando soluções para todo o problema, pacientemente. E ter muita vontade e amor pelo que faz. (Esperanza)

Figura 16 – Esperanza Cuervo Mulher empreendedora de Guapi



Fonte: Arquivo Pessoal

Infere-se que as experiências coletivas das mulheres do pacífico Colombiano, também, têm provocado transformações na vida das Guapirenhas, as quais estão alterando o modo como enxergam e vivem as suas realidades.

6 PLANO DE INTERVENÇÃO

Na perspectiva de construir uma proposta de intervenção para a Rede de Mulheres da Resex de Canavieiras, foi realizada uma oficina com um grupo de 10 mulheres com o intuito de conhecê-las, levantar as perspectivas futuras da Rede e delinear, de forma participativa, quais os caminhos futuros a serem percorridos pela rede com o fim de fincar suas raízes e manter-se viva e em funcionamento.

O critério de participação das mulheres foi discutido com a coordenadora da Rede, a qual sugeriu que fossem escolhidas as mulheres que exercem lideranças nas diversas comunidades que compõem a RESEX de Canavieiras, uma vez que elas conhecem as demandas e objetivos da população. Desta forma, todo o território da RESEX seria representado de maneira igualitária.

Com a finalidade de conhecer melhor as marisqueiras e as pescadoras, foi aplicada uma entrevista semi – estruturada com questões relacionadas a aspectos sociais, econômicos e laborativos.

A oficina supracitada ocorreu na sede da Associação Mãe da RESEX, em Canavieiras - AMEX, com um convite prévio as mulheres. A oficina iniciou-se com uma dinâmica grupal de integração, seguida de uma breve explanação dos mediadores da oficina que relataram os objetivos daquela reunião.

Figuras 17 – Vivência de Integração na oficina “Pensando Indústrias Criativas”



Fonte: Arquivo Pessoal

Após a explanação, foi realizada com o grupo a análise dos contextos interno e externo, identificando elementos que poderiam influenciar positivamente ou negativamente no desenvolvimento da rede e, para tanto, foi dotada a técnica de SWOT, ferramenta do planejamento estratégico que possibilita a análise de cenário ou ambiente. A sigla SWOT origina-se da língua inglesa que em sentido acrônimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*), em português conhecida na área da Administração como “FOFA”.

É notório ressaltar que se optou pelo enfoque participativo no processo de construção da proposta de intervenção, visto que a mesma será concretizada pela Rede com apoio de algumas Instituições, daí a importância das marisqueiras e pescadoras participarem da construção, gerenciamento, isto é fazerem “de fato” parte do processo, que segundo Tenório (2007, p. 34) é a apropriação pelos indivíduos, do direito a construção democrática do seu próprio destino através da integração da diversidade de conhecimentos, numa prática social ‘com’ e não ‘para’.

Os resultados dessa metodologia confirmaram os dados obtidos nas entrevistas individuais, evidenciando as necessidades e interesses já apontados pelas marisqueiras, dentre os quais, a vontade de construir um plano de intervenção que viabilize a manutenção da rede, garantindo para o futuro a sua autonomia institucional e financeira. Conforme se descreve abaixo.

No decorrer da oficina foi levantada a hipótese da descrença e desconfiança de algumas marisqueiras/pescadoras sobre a rede, como se fosse, ainda, uma de suas fraquezas. Mas, levando-se em consideração que a rede conseguiu unir em um encontro 400 mulheres das comunidades extrativistas e pesqueiras, reconfigurou-se a ideia para os quesitos de força, coesão, união, solidariedade, carisma, respeito, amor e força de vontade como base e condicionantes para a solidez da Rede.

Na ação participativa foi dito também que apesar de todas essas condicionantes serem sentidas e apropriadas pelas mulheres, elas teriam um grande desafio que era o sustento financeiro da Rede, pois esta não se configura numa estrutura associativa institucionalizada, não possuindo renda própria, necessitando de subsídios externos. No entanto, mesmo que dependesse de um esforço conjunto das mulheres para garantirem a parte financeira da Rede, elas se encontravam em

uma situação favorável, visto que muitos olhares estão voltados a empreendimentos sociais, ainda mais, por ser o delas ligado a perspectiva ambiental, possibilitando a captação de bons parceiros, sejam regionais ou nacionais.

Todavia, pontos críticos e ameaças foram levantados na pesquisa, apontando, vulnerabilidades nos quesitos econômico, político, cultural e espacial. Dentre eles, pode-se apontar, a dificuldade de comunicação entre as diversas comunidades, por não estarem próximas à sede da Rede, que é a cidade de Canavieiras, bem como muitos acessos dependem da vontade da natureza, por estarem as comunidades inseridas na área que compreende o mangue.

Outro ponto abordado, que é de fácil compreensão, é a ação dos atores locais com o despontar da Rede e sua engrenagem como um grande laço social que está se formando, tornando-a alvo para tentativas de cooptações políticas, o que requer das lideranças uma vigilância para não perderem a autonomia, que segundo elas é um dos pontos cruciais à existência da Rede.

Na mão e contramão da formação desse forte aglomerado social, as mulheres apontaram que a maior de todas as dificuldades a serem enfrentadas está no machismo que ainda circunda as relações dentro das comunidades, pois muitos homens entendem que as mulheres são um apêndice do masculino na atividade pesqueira e extrativista porque eles não reconhecem a independência produtiva delas.

Quadro 1 - SOWT Rede de Mulheres

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Pioneirismo - União - Conhecimentos gerais e sobre os direitos das mulheres - Solidariedade - Sentimentos positivos entre as participantes: amor, amizade, carisma e respeito - Trocas de experiência - Força de vontade - Pilares da rede (ancestralidade/ Experiência familiar/tradição) 	<ul style="list-style-type: none"> - Distância entre as aldeias; - Sentimento de centralização das atividades da Rede em Canavieiras - Dificuldade de deslocamento das mulheres da Rede - Recursos financeiros - Metodologia de comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente político favorável em nível federal e estadual - A existência da RESEX - Evidência dos movimentos de defesa ambiental - Parceiros disponíveis e querendo ajudar - Financiadores disponíveis - Sensibilização das Instituições de Ensino Superior - Muitos espaços para serem ocupados (eventos) - Homens da Associação Mãe da RESEX (AMEX) dispostos a ajudar. - Modismo da sustentabilidade e da perspectiva ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Disputa política/poder institucional - Gênero - Tentativas de cooptação política da Rede - Machismo (talvez a maior ameaça)

Fonte: Oficina Rede de Mulheres/RESEX Canavieiras, agosto/2012

6.1 RESULTADOS

Os dados levantados junto às marisqueiras/pescadoras da Rede de Mulheres revelaram o interesse na institucionalização da rede, a possibilidade de criar um mecanismo de fidelização das mulheres que compõem a Rede, a criação de mecanismos eficazes de comunicação da Rede com as comunidades e, diante das necessidades financeiras, principalmente na época do defeso e no inverno, elas apontaram o interesse em desenvolver outra atividade que pudesse gerar renda, mas que estivesse atrelada à atividade da pesca e ao ambiente em que vivem.

As mulheres apontaram para atividades como: o artesanato com os resíduos do marisco e matérias-primas locais: coco e conchas e a culinária com as frutas e produtos da região, os quais seriam interessantes como complementares as suas atividades principais. Além disso, sinalizaram outras formas de movimentar a Rede de Mulheres a saber: participar de festas, seminários, oficinas, encontros, enfim eventos de diversas naturezas, tanto local quanto regional e até mesmo federal. Situação já vivenciada por elas ao participarem de alguns encontros regionais e nacionais, momento em que tiveram o prazer de preparar os pratos do Buffet com a culinária da RESEX.

Ressalto que, nessa última proposta foi ventilada pelos mediadores a possibilidade de desenvolver essas atividades dentro da perspectiva do conceito de Indústrias criativas por serem atividades, diretamente, ligadas à cultural local, tendo como mola propulsora a criatividade e a tradição. Assim, logo em seguida, foi ministrada uma breve explanação dos estudantes do mestrado do Centro Interdisciplinar e Desenvolvimento em Gestão Social – CIAGS da Universidade Federal da Bahia – UFBA sobre o conceito de indústrias criativas.

E, para o deslinde da atividade secundária foi aplicada a técnica do 5W2H para sistematização do processo de implementação da indústria criativa multissetorial. Esse método organiza de forma rápida e objetiva as etapas de uma ação ou projeto a ser executado (O que/descrição de ações e etapas, o por que/justificativa ou motivo, o onde/local, o quando/tempo, datas e prazo, o quem/responsabilidade pela ação, o como/ método ou processo e o quanto/ custo ou gastos envolvidos).

6.1.1 Institucionalização da Rede e seus desdobramentos

Ao vivenciar a realidade da Rede de mulheres, sua história, suas dificuldades e se apropriar dos seus valores e objetivos a pesquisadora percebeu a necessidade imediata de constituição de uma personalidade jurídica para Rede, com a elaboração de um estatuto que disponha sobre sua estrutura orgânica, administrativa e material, com o fim de impulsionar as suas futuras ações.

Nesse processo de institucionalização da Rede, vislumbra-se a necessidade de criação de um organograma que defina a estrutura operacional, as funções e demais segmentos necessários para a realização dos seus objetivos, visto que na realidade atual, não há uma distribuição de tarefas entre seus membros, o que tem implicado na concentração das atividades nas suas coordenadoras.

A possibilidade de institucionalização da Rede foi bem recepcionada pelas marisqueiras que assim disseram:

Que acha interessante que a Rede fosse institucionalizada. (Maria da Glória)

Eu sou a favor e prezo e tenho certeza que um dia isso vai acontecer, espero que até a rede de mulheres tenha uma estrutura física aqui em Canavieiras, tenha uma sede, que possa até, assim pra quando tiver os eventos já tenha local pra poder acolher as mulheradas que venha de outras comunidades. Seria muito interessante e eu espero que a gente consiga fazer assim, fazer um projeto que tenhamos apoio pra poder ser feito isso aí, seria muito interessante, ia bombar viu? (Ana Bárbara)

Um passo importante já foi dado, pois desse encontro foi criado um site na internet – www.rededemulheres.org – com o intuito de dá visibilidade a Rede, seus feitos e objetivos.

Como proposta inicial para a formação orgânica da Rede pode-se apontar a estrutura da Rede de mulheres “Matamba e Guasa” do Pacífico Colombiano. Essa Rede é composta de uma coordenadora geral, uma coordenadora de grupo, uma dinamizadora que pode ser a representante legal da comunidade, uma conciliadora para resolver os conflitos, uma tesoureira e uma secretaria.

Cada comunidade tem uma coordenadora que recolhe as informações e as dificuldades do seu grupo, para serem socializados e discutidos nas reuniões. A dinamizadora tem um papel de retroalimentar as informações trazidas pelas coordenadoras e encaminhá-las a coordenadora geral, para que as demandas não

fiquem obsoletas. Em outra ponta as outras integrantes trabalham focadas no interesse geral da Rede.

A Rede não é formada de escalões e funções tradicionais, possui uma organização mais autônoma e participativa, pois todas integrantes podem se manifestar, opinar, debater, para que ao fim decidam de forma única e conjunta.

Observou-se que, para essa estrutura funcionar é necessário uma dinâmica de encontros mensais ou trimestrais como sugerido por uma das marisqueiras – “que deveria ter uma reunião de três em três meses e todo ano uma reunião grande” – (Maria da Glória), para que as informações sobre as necessidades dos grupos sejam renovadas, avaliadas e organizadas em prioridades para sua realização, pois, cada comunidade tem um anseio diferente, como disse Maria da Glória, o que requer uma análise mais criteriosa dessas demandas para que a rede possa atingir a todos de uma forma equânime. Compreende-se que, assim, a Rede consiga planejar e orientar-se para realizar os anseios de cada comunidade que assiste.

A guinada mais importante com a institucionalização será a garantia de uma autonomia administrativa e financeira, sendo que essa última não deve está atrelada, unicamente, as redes de solidariedade, sendo interessante criar um plano de fidelização, no qual as marisqueiras pudessem oferecer aportes mensais, para que a Rede obtivesse uma verba de sustentação e, com isso, garantir uma estrutura física e orgânica em funcionamento, assistindo melhor suas associadas, bem como ter um respaldo financeiro para poder assumir compromissos eventuais e urgentes decorrentes do seu mister.

Na oficina, não foi ventilada essa ideia porque a pesquisadora só se atentou para essa questão após a vivência na realidade Colombiana, onde, as mulheres das associações contribuem mensalmente com uma quantia para garantir essa autonomia financeira e gerir o empreendimento que elas realizam. Mas, em uma entrevista individual uma das marisqueiras disse que:

Seria interessante, mas não é todas que tem condições, as vezes eu posso tirar R\$10,00 (dez reais), mas a maioria não tem condições. Mas, para isso eu gostaria que vocês fizessem uma reunião para as mulheres da Rede e jogasse a ideia (Maria da Glória).

Em paralelo à institucionalização da Rede, tem-se como prioridade de constituição a realização de oficinas de motivação, de organização associativa e

habilidades individuais no processo institucional, bem como de relações interpessoais, pois, em conversas informais, as marisqueiras demonstraram preocupação com a unidade do grupo e com as relações de poder que vão se formando nas comunidades e com as próprias integrantes da Rede.

Iniciou com as mais idosas, umas disseram que nois poderia ir porque não tínhamos nada pra fazer. Mas, hoje, já tem um grupo que quer se aparecer. E a primeira vez que eu fui a Pedra de Una eu chorei, porque Maria Célia disse que aqui nada vai pra frente, ninguém se interessa em nada e Maria Célia foi a primeira a dá esse passo. E ela está se sentido escanteada, quem ta na frente não avisa nada a ela. A mesma coisa se tem alguém que está no lugar dela tem que incentivar. (Maria da Glória)

Por fim, a comunicação adequada é uma fortaleza no equilíbrio organizacional, seja para a realização dos seus fins, seja para fidelização dos seus membros, pois, como afirmou as marisqueiras, a desmotivação ocorre pela fixação de um sentimento de abandono e de desvalorização da comunidade decorrente das informações truncadas ou não acessadas.

Existe muita dificuldade de comunicação. As pessoas que vive nas comunidades fica mais difícil a gente entrar em contato. Como o celular se eu tivesse uma antena, como uma comunidade dessas, se tivesse uma antena, eu que sou representante, pra mim já era uma coisa melhor porque qualquer hora vocês poderiam ligar para mim dentro de casa. E a informação que, às vezes, manda pra lá passa pra um, passa pra outro, às vezes quando chegava até a gente já é diferente né... e as vezes ta me chamando lá, o recado que chega pra mim já é diferente, eu nem ligo e as vezes eu fico sem participar da rede. (Maria da Glória)

Como sugestão exitosa tem-se a experiência da rede Colombiana que gravava as reuniões e encaminhava os áudios às comunidades para serem ouvidos pelas mulheres que não participavam das reuniões, as quais poderiam, após a escuta, enviar sugestões, críticas, perguntas e opiniões sobre o conteúdo das gravações, que seriam expostas nas reuniões mensais da Rede.

Outro mecanismo de comunicação que pode advir da institucionalização da Rede seria decorrente de um planejamento anual de suas atividades, o qual seria disponibilizado para cada comunidade e, a partir dessa orientação, as mulheres poderiam se organizar para participar dos processos da Rede.

6.1.2 *Stand itinerante*

A partir do processo participativo, as marisqueiras e pescadoras apresentaram as diversas atividades que já realizavam na RESEX e que se configuravam como setores ligados à indústria criativa: turismo ecológico, feiras de culinária, festival cultural e artesanato com conchas e que tinham interesse em difundir toda essa cultura e gerar renda através de um *stand* itinerante que contemplasse todas essas atividades e servissem de vitrine para a comercialização de seus produtos.

Destarte, elas idealizaram um *stand* que pudesse fazer-se presente em atividades e eventos locais e regionais da área da economia solidária, cultura, gênero, de RESEX, sustentabilidade e turismo.

O *Stand* Itinerante da Rede de Mulheres, assim denominado por elas, teria um espaço de exposição de fotos, vídeos, banners e contação de histórias sobre a RESEX de Canavieiras e a arte da mariscagem e pesca artesanal, além de dança e música com o coral de marisqueiras, comercialização de artesanato de conchas e resíduos de mariscos e aula sobre o preparo de peixes e mariscos, com degustação e venda de pacotes de turismo ecológico e comunitário nas áreas que abrange a RESEX.

As marisqueiras explicitaram a necessidade de criar uma marca que demonstrasse a identidade da Rede, assim como sugeriram que durante o defeso as mesmas passassem pelas oficinas de qualificação das atividades de indústrias criativas que já realizam (culinária, artesanato, turismo ecológico e comunitário e cultura local – dança e música –) a fim de agregar valor e torná-las mais organizadas e comerciais.

A partir da proposição do *stand* itinerante, o grupo de marisqueiras e pescadoras construíram, participativamente, o plano de ação da referida proposta. Vale salientar que o grupo de alunos do Mestrado mediou o processo através da explicação do que seria cada etapa do plano de ação, na medida em que iam explicando, as mulheres da Rede iam discutindo e sistematizando seus interesses e contribuições.

Quadro 2 - Plano de Ação Stand Itinerante Rede de Mulheres

5W2H	
O que/ Onde	Estruturar um Stand Itinerante da Rede de Mulheres da RESEX de Canavieiras para participar de eventos, tais como: seminários, encontros, feiras, convenções, festa populares e, etc, nos âmbitos local, regional e até mesmo federal para expor e comercializar atividades culturais e turísticas.
Quem	Rede de Mulheres + Instituições parceiras (Ser Mulher/Universidade Estadual de Santa Cruz, ONU Mulheres, SEDES, MDA, MMA, SETRE, Secretaria de Políticas para as Mulheres Estadual e Federal) e captação de novas parcerias (Bancos, Natura, Petrobrás, Poder público municipal, FABESP, SEBRAE, SECULT, Emancipe-se, Semente Social, Secretaria Estadual de Turismo e de Economia Solidária, IDERB, SERIN, CIAGS, Incubadora Economia Solidária e Sistema S, dentre outros.
Por que	A presente proposta faz-se importante, porque por vários fatores sinalizados pelas mulheres da Rede de Mulheres: 1. Aumentar a renda e a auto-estima das mulheres; 2. Divulgar a Rede de mulheres; 3. Promover o fortalecimento e maior aproximação das marisqueiras e pescadoras da Rede de Mulheres; 4. Afirmar a cultura e identidade local; 5. Dar visibilidade as comunidades da RESEX; 6. Estabelecer outra fonte de renda além do extrativismo; 7. Potencializar as ações já em andamento na Resex pela Rede de Mulheres.
Como	A proposta do Stand Itinerante será sistematizada em um Projeto para fins de captação de recursos e operacionalização do mesmo.

Fonte: Rede de Mulheres/RESEX Canavieiras, agosto/2012.

Ressalto que, “o quanto” decorrente do plano de ação do *stand* itinerante não pode ser realizado nesta oficina porque os mediadores, juntamente, com as marisqueiras entenderam ser salutar uma nova oficina, para elaboração de um projeto para definir etapas da montagem e disposição do stand e sua dotação orçamentária.

Assim, para que a Rede possa prosseguir na sua trajetória de sucesso, ela precisa se emancipar e criar sua identidade própria e se constituir como uma organização que preza pelos interesses das mulheres marisqueiras e pescadoras do Sul da Bahia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

[...] parece valer a pena tomar como modelo uma dessas muitas mulheres que se agrupam na sombra. Pois que um estudo de história e biografia convence qualquer pessoa bem-intencionada de que essas figuras obscuras ocupam um lugar não diferente daquele que a mão do exibidor assume na dança das marionetes, com o dedo posto no coração. É verdade que nossos olhos ingênuos acreditaram por muitas eras que as figuras dançavam por sua livre vontade, dando os passos que bem queriam; [...] (WOLF, 2009, p. 13).

E lá estavam elas, pensando a vida inteira que tinham o poder na dança, mas eram marionetes na mão de quem as conduzia... E assim tudo fazia sentido e era considerado natural, enquanto isso o homem dominava e a mulher obedecia. Por um longo período da história, as mulheres foram criadas para o silêncio, não tinham poder sobre si mesmo e não podiam opinar ou participar nos assuntos públicos. Nasciam para servir aos seus homens e cuidar dos seus lares. Essa condicionante era tão real e evidente que, para todos, uma outra razão na vida das mulheres não poderia existir ou ser.

Mas, ao se aprofundar no referencial teórico, nota-se que essa concepção não passa de uma construção histórica permeada pelas forças do poder dominante na sociedade, porque, remotamente, a mulher já viveu o seu apogeu, quando era considerada a figura sagrada, detentora suprema da procriação, mas que deixou de ser, no momento em que o homem descobre ser participe na perpetuação da espécie e quando a vida passou a ser gerida pelo viés econômico e da propriedade privada.

As diferenças biológicas entre os gêneros, nunca foram os motivos determinantes da dominação masculina, ela se construiu por meio dos valores culturais que foram moldando a conduta e as crenças dos homens nos seus grupos sociais, estabelecendo os campos de comando e os de sujeição. Esses valores nascem do indivíduo e vão se moldando nos espaços de convivência, estabelecendo padrões e firmando certezas, as quais dão a tônica do comportamento social. No momento que um modo de ser torna-se imperativo, aqueles que não se moldarem ao modelo estabelecido serão segregados, maltratados e banidos da sociedade. E quando conseguem sobreviver sofrerão o massacre dos estigmas e da discriminação.

Ora, se uma maneira de ser e de viver não é um fórmula que se extrai da natureza, mas é uma química artificial, chegará uma hora que ela perderá o seu efeito, pois por alguma razão, ou por uma iluminação divina, o indivíduo aprisionado tentará sair do cárcere e resistirá às investidas de manutenção da ideologia dominante. É nesse contexto de resignação e resistência, que as mulheres vêm empreendendo esforços para mudar uma realidade de cegueira, permissibilidade, medo e opressão.

Os reflexos dessa mulher, que foi à luta, trouxeram ao mundo dos homens debates sobre direitos das mulheres e suas especificidades, questionamentos sobre a sexualidade feminina, questionamentos sobre o trabalho das mulheres que deixa de ser um apêndice no sustento de suas famílias, passando a função principal, promoveu a inserção das mulheres na política seja de forma ativa ou passiva e garantiu à mulher o acesso ao mundo do conhecimento por meio da educação formal e educação dos seus direitos. A mulher ganha autonomia financeira e emocional e expande seus horizontes para a conquista de uma emancipação plena.

Percebe-se nessa trajetória de ascensão a importância do coletivo de mulheres, seja desde as primeiras ações dos movimentos feministas do século XIX e XX, bem como das uniões de mulheres em grupos de interesses, fazendo valer a máxima do pluralismo político e da democracia que tem como uma de suas metas a promoção da igualdade de gênero.

Desta forma, deve-se desconstruir padrões históricos que mantiveram a mulher submissa e alijada de reconhecer-se como sujeito de direitos e capaz de interferir politicamente na sociedade. À medida que as mulheres ocuparem os espaços como verdadeiras agentes de transformação, possivelmente haverá um ganho social, pois a capacidade que elas possuem de fazer parcerias, serem cooperativas e priorizar relacionamentos será um somatório importantíssimo à assertividade e objetividade masculina.

Hoje, a mulher tem provado que é capaz de desempenhar as suas funções maternas em conjunto com outras funções que antes eram consideradas exclusivas da natureza masculina. Isto fortalece os vínculos entre os gêneros, pois o objetivo não é promover um empoderamento feminino, criando mais um modelo de supremacia de gênero, mas o que se deseja é que ambos os sexos possam interagir

e se completar nessa árdua jornada de convivência e trocas.

O presente trabalho demonstrou a existência de espaços mútuos de convivência nos quais o homem e a mulher estejam desempenhando as mesmas atividades, desconstruindo a ideia de uma divisão de funções por gênero, que ao longo da história, caracterizou as relações em diversas sociedades. Essa mudança ratifica a concepção de que um padrão cultural não é perpétuo, muito menos preponderante, o que promove mudanças no juízo de valor que vem a dar significado e simbologia à visão que cada ser tem sobre si e sobre a realidade que vive, ou seja, a identidade é um valor que se reconstrói constantemente.

Essa injeção de ânimo tem alterado o contexto de mulheres que sempre trabalharam, além do lar, mas que seu trabalho era considerado uma extensão deste, como ficou demonstrado com a realidade das mulheres marisqueiras e pescadoras, pois, por toda uma vida, essas mulheres nem eram citadas, porque a atividade pesqueira, mesmo que simbolicamente, sempre foi representada pela figura do homem. Contudo, a luz do despertar também alcançou o mundo da mulher da pesca.

No Brasil, elas foram descortinadas no ano de 2006 com o movimento da Articulação de Mulheres Pescadoras, as quais conseguiram debater e, inclusive, mudar o conceito de pesca e de quem pesca no Brasil. Essa movimentação plantou uma semente na realidade que floresceu e produziu frutos como o surgimento da Rede de Mulheres Marisqueiras e Pescadoras de Comunidades Extrativista do Sul da Bahia.

Nesse contexto de luta e conhecimento, as mulheres da rede deram um salto, “quântico”, em suas vidas e estão conseguido desconstruir uma imagem de si mesmo – o quem sou, como sou e como devo ser – sendo que toda essa alteração do cotidiano dessas marisqueiras ocorreu depois da formação e atividades da Rede. Para essas mulheres, elas não têm mais que se submeter aos caprichos do patriarcado, pois, agora, os homens terão que moldar seus valores machistas se agregando e compartilhando com essa nova mulher que brota de um coletivo forte, atuante e transformador.

A pesquisa confirma a importância do estar junto, caminhar junto e buscar junto, quando retrata a realidade de mudanças que também vêm ocorrendo com as

mulheres afrodescendentes do Pacífico Colombiano, as quais também se agregaram e estão lutando por melhores condições de vida para si e para suas famílias. E nesse caminhar descobriram que podem mais e que têm condições de sobra de viver de forma digna, sem abusos e violência. Para elas o conhecimento foi a mola propulsora do processo de libertação e empoderamento.

Cientes dos resultados positivos que a rede trouxe para suas vidas, essas mulheres marisqueiras e pescadoras estão dispostas a continuar na batalha para garantir os benefícios individuais e coletivos trazidos pela rede, mas para isso é necessário que a rede se constitua como uma organização legalmente instituída e, assim, possa adquirir uma autonomia gerencial e financeira.

Por tudo que já foi dito uma semente quando plantada precisa ser adubada, regada e observada para que germine e produza bons frutos e, depois de crescida, para que a planta continue viva e frutífera, todos os beneficiados devem continuar o processo de adubação e alimentação da planta. Assim, deve ser com a Rede que já produz frutos, frutos que tem trazido vida e poder para as mulheres marisqueiras, as quais, diariamente, devem continuar tecendo essa Rede, remendando as suas falhas, refazendo os seus nos, para que seus fios não se desfaçam.

É chegada a hora de entender que o mundo feminino não se resume, apenas, à representação da cama, mesa e cozinha, do culto a beleza, da maternidade, da sensualidade e da sedução. Como se as mulheres estivessem, apenas, desejando rosas, batom, sutiãs e um fogão. A mulher tem que receber flores, batons, perfumes, lingerie, ser fêmea. Mas, tem também, o direito de fazer escolhas, de decidir os seus caminhos, construir sua própria história, compartilhar a vida, amar, ser amada, criar filhos juntos, falar e escrever o que pensa, decidir e opinar sobre o destino do seu país, dançar, vestir-se como quiser, dar gargalhadas na rua, ser sexualmente livre dos estigmas, ser uma cidadã, ser sujeito de direitos, ser livre e digna de muito respeito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciana. Aumenta a inserção no mercado, mas cresce a precarização e o salário baixo. **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Editora Casa Amarela Ltda, 2012, p.11-12.

BARBOSA. Lívia. Os donos e as donas da cozinha, In: FREITAS. Maria Ester; DANTAS. Marcelo. **Diversidade sexual e trabalho**, São Paulo: CENGAGE Learning, 2012, p.149-168.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

BENECICT, Ruth. Padrões de Cultura. **Coleção vida e Cultura**. Edição Livros do Brasil. Lisboa: 2000.

BHABHA. Komi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 de jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm.
Capturado em: 26 out, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. In: PIOVESAN. Flávia. **Código de Direito Internacional dos Direitos Humanos Anotado**, São Paulo: DPJ editora, 2008, p. 222-306.

CORREIO BRASILIENSE. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/120421/1988_18a25deJulho_072_c.pdf?sequence=3. (Correio brasiliense – 21 de julho de 1988). Acesso em: 03 out, 2013.

CORTÊS. Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY. Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p.260-285.

DANTAS. Marcelo. Masculino, feminino e Plural, In: FREITAS. Maria Ester; DANTAS. Marcelo. **Diversidade Sexual e Trabalho**, São Paulo: CENGAGE Learning, 2012, p.01-20.

DARCY, Rosiska. In: PAULINA, Iracy. Pós-feminismo ou retrocesso? **Revista Marie Claire**, Rio de Janeiro: Globo, nº 269, Agosto 2013, p.80-84.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. In: PIOVESAN, Flávia. **Código de Direito Internacional dos Direitos Humanos Anotado**, São Paulo: DPJ editora, 2008, p. 15-21.

DIEESE. **Anuário das Mulheres Brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anuario/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>, Capturado em: 04 out, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Global, 2002.

ERUNDINA, Luiza. O desafio de exercer o poder. **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Editora Casa Amarela Ltda, 2012, p.11.

ECCEL. Cláudia Sirangelo, ALCADIPANI, Rafael. (Re)descobrimo as masculinidades, In: FREITAS. Maria Ester; DANTAS. Marcelo. **Diversidade sexual e trabalho**, São Paulo: CENGAGE Learning, 2012, p. 51 – 78.

FISCHER. Tânia. Residência Social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Dicionário para a formação em Gestão Social**. Salvador: Editora CIAGS, 2014, p. 159 – 160.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record.1995.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Loreley. In: SAMBO, Paula, Uma luta de todas as mulheres. **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Editora Casa Amarela Ltda, 2012, p.29.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN de Recursos Biológicos Alexander Von Humbolt. **Conocimiento ancestral y biodiversidad. Materiales de Trabajo para organizaciones y comunidades negras**, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LINS, Regina Navarro. **A monogamia já era**. Capturado em: <http://revistamarieclaire.globo.com/revista/common/0,emi274984-17735,00-a+monogamia+ja+era+psicanalista+e+escritora+regina+navarro+lins+preve+que+n.html>. Acesso em: 09 nov, 2011.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, 2010, Vol.18, p.871-887.

LOPES, Iriny, O longo caminho à igualdade de gênero. In: MERCELINO, Tatiana. **Revista Carlos Amigos. A Era da Mulher: Conquista e Desafios.** São Paulo: Editora Casa Amarela Ltda., ano XV, 2012, p. 04-06.

MANESCHY. MARIA CRISTINA, SIQUEIRA. DEIS, ÁLVARES. MARIA LUZIA MIRANDA, **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento**, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/07.pdf>, Capturado em 20 out, 2013.

MELO. MARIA DE FATIMA MASSENA DE, LIMA DAISYVÂNGELA E. DA S, STADTLER. HULDA HELENA CORACIARA. **E pescadora pesca? reprodução da hierarquia dos gêneros entre pescadoras artesanais.** Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/qt5/15.pdf>. Capturado em 14 out, 2013, s/p.

_____. **O trabalho das pescadoras artesanais: “coisa de mulher**, Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/qt1/qt1_36.pdf. Capturado em 14 out, 2013, p. 01-11.

MERLINO, Tatiana. In: SANCHES. Mariana. **Os testemunhos das Mulheres que ousaram a combater a Ditadura.** Capturado em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>. Acesso em: 04 out, 2013.

MEZAROBBA, Glenda. In: SANCHES. Mariana. **Os testemunhos das Mulheres que ousaram a combater a Ditadura.** Capturado em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>. Acesso em: 04 out, 2013.

MONCAL, Gabriela, Hora de repensar o paradigma revista, **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Editora Casa Amarela Ltda, 2012, p.10.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: editora Cortez, 2011.

PAULINA, Iracy. Pós-feminismo ou retrocesso? **Revista Marie Claire**, Rio de Janeiro: Globo, nº 269, Agosto 2013, p.80-84.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de “Segunda Onda”. In: PINSKY. Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012, p.238-259.

PAZINATO, Wânia. IN: SALATI, Paulo, É hora de romper o silêncio. **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Editora Casa Amarela Ltda, 2012, p.16-17.

PIMENTEL, Sílvia. Educação, igualdade, cidadania: a contribuição da Convenção Cedaw/Onu. In: IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel. **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 305-321.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v.2, n.3, p.2 1989.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. **A memória do feminino no candomblé: tecelagem e padronização do tecido social do povo de terreiro**. Ilhéus: Editus, 2010.

_____. **O candomblé e o Terreiro Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon**. Itabuna, 11 mar. 2012. Entrevista concedida a Emanuela Oliveira Spínola e Valéria Marques Tavares Ettinger.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

RELATÓRIO UNIFEM. **Criação da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia para Fortalecimento da Equidade de Gênero**. Contrato 103/2009. 2010.

RELATÓRIO ONU-MULHERES. **Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia**. Contrato 019/2011. 2011.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as Luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura. 2009.

RODRIGUES, MARTILENE. **Situação das Mulheres Pescadoras no Brasil**. Disponível em: <http://wp2.oktiva.com.br/portaldomarbd/files/2010/08/pescadoras-do-Brasil.pdf>. Capturado em 26 out, 2013.

ROSÁRIO. JERUZA JESUS DO, **Marisqueiras e pescadoras: cultura e educação rumo à sustentabilidade**, Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278464461_ARQUIVO_Jeruza.pdf. Capturado em 14 out, 2013.

SALATI, Paulo, É hora de romper o silêncio. **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Editora Casa Amarela Ltda, 2012, p.16-17.

SANCHES, Mariana. **Os testemunhos das Mulheres que ousaram a combater a Ditadura.** Capturado em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>. Acesso em: 04 out, 2013.

SANTOS, Cecília Macdowell Santos; Izumino, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil, **Revista RE-sexualização AMÉRICA LATINA: Gênero em América Latina**, Facultad de Humanidades y Sally Lester Entin Escuela de Historia Instituto de Historia y Cultura da América Latina, ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (EIAL), 2005, Vol. 16:, p. 01-16.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Além dos estigmas profissionais, In: FREITAS, Maria Ester; DANTAS, Marcelo. **Diversidade sexual e trabalho**, São Paulo: CENGAGE Learning, 2012, p.149-168.

SCOTT In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012, p.15-42.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA MULHERES. I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Brasília: 2004.

_____ **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Brasília: 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez. 2007.

SILVA, Rachel Marques da. **Evolução Histórica da Mulher na Legislação Civil.** Capturado em: <http://www.mundovestibular.com.br/articles/2772/1/EVOLUCAO-HISTORICA-DA-MULHER-NA-LEGISLACAO-CIVIL/Paacutequina1.html>, Acesso em: 07 set, 2012.

SOIBET, Rachel. A conquista do espaço feminino. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 218-237.

TAVARES, R Elizabeth. Dinámica del poblamiento de la Costa Pacífica y Guapí: Una revisión bibliográfica sobre informaciones etnohistóricas. **Antropacifico.** Vol. 3, nº. 1-2. Popayan: Grupo de Investigaciones Antropacifico. Universidad del Cauca. 2005. p. 51-64.

TELES, Amelinha, In: SAMBO, Paula, Uma luta de todas as mulheres. **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Editora Casa Amarela Ltda, 2012, p.29.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONG's: Principais funções gerenciais.** 10 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 32-36.

VÁZQUEZ, Amparo Novo. El camino hacia el empoderamiento político de las mujeres. **Estudos Feministas**, Florianópolis: setembro-dezembro/2010, p. 681-702.

PAULINA. Iracy, Pós-feminismo ou retrocesso? **Revista Marie Claire**, nº 269. São Paulo: editora Globo, agosto 2013, p. 83-84

WESTWOOD. Vivienne, Floresta em Extinção. **Revista Marie Claire**, nº 244. São Paulo: editora Globo, Junho 2011, p. 27- 33.

WOLF. Virginia. **Contos Completos**. São Paulo: Cosac Naify. 4ª reimpressão. 2004.

APÊNDICE A - Entrevista com Marisqueiras e Pescadoras (lideranças)

Perguntas pessoais (perfil socioeconômico):

Nome, idade e estado civil

Se possui filhos ou dependentes e quantos

Quantas pessoas residem atualmente na casa

Se é chefe de família e desde quando trabalha na pesca/mariscagem

Qual é a renda familiar (1, 2, 3 SM) - qual é a fonte ou fontes?

Como comercializa o pescado ou o produto originado de outras fontes de renda?

Nível de instrução - ensino fundamental, médio etc - ou também pode ser quantos anos frequentou a escola - sabe ler e escrever (algo assim).

Sobre a Rede:

Como surgiu a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras? Você está inserida desde o início ou se agregou depois?

Quais as dificuldades que você apontaria como principais na formação da rede?
Quais as dificuldades que tem enfrentado para a continuidade dessa organização?

A rede promoveu mudanças significativas na sua vida? Em quais aspectos? E nas demais mulheres participantes?

Como a rede tem mudado a sua visão de vida? (se não ficar esclarecido na anterior)

Sua participação na rede modificou em alguma coisa sua relação com sua família? Como?

As mulheres são unidas ou ficaram mais unidas em suas comunidades, defendem umas às outras?

A rede ajudou ou está ajudando a unidade das mulheres no seu fortalecimento?

Há mulheres dessas comunidades que não participam da rede? Por quê?

Como a rede tem se relacionado com parceiros institucionais e outras lideranças locais e regionais?

Essa rede tem sido importante só para as mulheres marisqueiras e pescadoras ou tem contribuído com outros segmentos de mulheres?

Quais benefícios ocorreram nas comunidades após a implementação da rede?

Quais os desafios futuros para a Rede?

Qual deve ser o papel da Rede nas questões ambientais que envolvem o extrativismo?